



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 026 TERÇA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 2015



BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Gladson Cameli - (PP-AC)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Vicentinho Alves - (PR-TO)	1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º SECRETÁRIO Zeze Perrella - (PDT-MG)	2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
	3º Elmano Férrer (PTB-PI)
	4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22 Líder do PMDB - 18 Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13,41) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25 Líder Humberto Costa - PT (22,29) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,32) Walter Pinheiro (31,34) Telmário Mota (4,30) José Pimentel (37) Líder do PT - 14 Humberto Costa (22,29) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (35) Walter Pinheiro (31,34) Lindbergh Farias (33) Fátima Bezerra (38) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,32) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30) Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18)	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16 Líder Alvaro Dias - PSDB (20) Vice-Líder Ataídes Oliveira (36) Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40) Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6) Vice-Líder do DEM José Agripino (39)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB (11,25) Vice-Líderes José Medeiros (15,19,28) Vanessa Grazziotin (21,27) Randolfe Rodrigues (24,26) Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14) Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,28) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,26) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,27)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB (5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7) Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10) Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)	

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 25ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE MARÇO DE 2015	6
1.1 – ABERTURA.....	6
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	6
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	
1.2.1.1 – Aviso do Tribunal de Contas da União	
Nº 131/2015, na origem, registrando recebimento do Ofício nº 97/2015, do Senado Federal, e informando o número de autuação do referido expediente e a unidade daquele Órgão à qual foi despachado	6
1.2.1.2 – Comunicações	
Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 660/2014 (Ofício nº 9/2015). Será feita a substituição solicitada.....	6
Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 664/2014 (Ofício nº 1/2015). Será feita a substituição solicitada.....	7
Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 665/2014 (Ofício nº 2/2015). Será feita a substituição solicitada.....	7
1.2.1.3 – Término de prazo	
Término do prazo, em 5 do corrente, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 652/2014. Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria	7
1.2.1.4 – Requerimentos	
Nº 133/2015, de autoria do Senador Gladson Cameli, solicitando informações ao Ministro de Estado da Educação	7
Nº 134/2015, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, solicitando informações ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego	9
1.2.2 – Projeto de Lei do Senado	
Nº 96/2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que <i>altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições e a Lei nº 4.737, de 17 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para proibir a coligação partidária para a eleição proporcional.</i>	11
1.2.3 – Oradores	
SENADOR FERNANDO COLLOR – Críticas à atuação do Ministério Público no âmbito da “Operação Lava-Jato” por considerar que houve cerceamento da oportunidade de defesa prévia dos políticos cujos nomes constavam da lista divulgada pelo Procurador-Geral da República na última sexta-feira	15
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN, como Líder – Comentários sobre a agenda da bancada feminina do Congresso Nacional para o corrente mês; e outros assuntos.....	18
SENADOR HUMBERTO COSTA – Indignação com a abertura de inquérito para apurar eventual envolvimento de S. Exª com os fatos investigados na “Operação Lava Jato”.....	22
SENADORA ANA AMÉLIA – Cobrança de rapidez na investigação dos políticos mencionados como envolvidos nas denúncias da “Operação Lava-Jato”.....	26
1.2.4 – Comunicação	
Da Liderança do Solidariedade na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para compor a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Ofício nº 56/2015). Designação do Deputado Ezequiel Teixeira, como titular, para integrar a referida Comissão.....	30
1.2.5 – Oradores (continuação)	
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Satisfação pelo fim da greve dos professores do Estado do Paraná; e outros assuntos.....	30

SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO – Encaminhamento de matéria publicada na Revista Veja intitulada “Pesquisa Arrasada”	31
SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	33
1.2.6 – Comunicações da Presidência	
Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional para quarta-feira próxima, às 11 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a leitura de expedientes e apreciação de Projetos de Resolução e de Lei do Congresso Nacional e Vetos Presidenciais	38
Realização de sessão solene do Congresso Nacional quarta-feira próxima, às 14 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e agraciar as vencedoras da 14ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.....	38
1.2.7 – Oradores (continuação)	
SENADOR BLAIRO MAGGI – Comentários sobre alguns temas que devem nortear a reforma política, a exemplo do financiamento de campanha, reeleição e duração do mandato	38
SENADOR TELMÁRIO MOTA – Destaque à necessidade de ser feita uma reforma moral no âmbito dos três Poderes prioritariamente à reforma política; e outros assuntos	43
SENADOR SÉRGIO PETECÃO, como Líder – Relato da situação calamitosa das cidades atingidas pelas enchentes no Estado do Acre.	45
SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA – Apresentação de contradições entre a propaganda eleitoral da Presidente da República e a realidade quanto à execução do Pronatec; e outro assunto.....	47
SENADOR GLADSON CAMELI – Considerações sobre as enchentes que atingem o Estado do Acre; e outros assuntos.....	50
1.3 – ENCERRAMENTO.....	52

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação	53
Bancadas dos Partidos	54
Por ordem alfabética	55

3 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

.....	56
-------	----

4 – LIDERANÇAS

.....	57
-------	----

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

.....	58
-------	----

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	63
CAS – Comissão de Assuntos Sociais.....	66
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	67
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	69
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	72
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	74
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....	76
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	79
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	82
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	84
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	86
CSF – Comissão Senado do Futuro.....	87

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	88
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	89
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	90
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	90
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	90
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	91
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	92
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	93
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	94
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	95
Conselho de Estudos Políticos (Ato da Comissão Diretora nº 21/2006; e Portaria do Presidente nº 8/2015) ..	96
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	97
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)	98

CONGRESSO NACIONAL**8 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	99
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	105
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	105
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	106
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	107
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	108

9 – CONSELHOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	111
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	112
Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999)	113

Ata da 25ª Sessão, Não Deliberativa, em 9 de março de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Sérgio Petecão e Paulo Paim, da Srª Ana Amélia e do Sr. Ataídes Oliveira

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 18 horas e 1 minuto.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Aviso nº131-GP/TCU

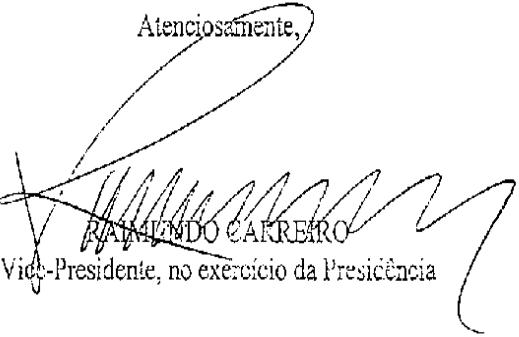
Brasília, 4 de março de 2015

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 97 (SF) de 27/2/2015, por meio do qual Vossa Excelência encaminha a esta Casa o Requerimento nº 17/2015, de autoria do Senador Reguffe, solicitando a realização de auditoria nos repasses feitos pelo Governo Federal para o Fundo Constitucional do Distrito Federal no período de 2011 até 2014.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado neste Tribunal como processo nº TC-003.880/2015-0, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) do TCU, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente,


FERNANDO CARREIRO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

COMUNICAÇÕES

OF./B/9/15

Brasília, 5 de março de 2015

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência indicar a Deputada **Maria Helena (PSD-RR)** como titular, em substituição ao **Fernando Coelho (PSB-PE)** da Medida Provisória nº 660, de 2014, "Altera a Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013, que dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servido-

res civis, aos militares e aos empregados oriundos do ex-Território Federal de Rondônia integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e dá outras providências".

Respeitosamente, – Deputado **Fernando Coelho Filho**, Líder do PSB.

(Será feita a substituição solicitada.)

OF./B/1/15

Brasília, 5 de março de 2015

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência indicar o Deputado **Glauber Braga (PSB-RJ)** como titular, em substituição ao **Fernando Coelho Filho (PSB-PE)** da Medida Provisória nº 665, de 2014, "Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal".

Respeitosamente, – Deputado **Fernando Coelho Filho**, Líder do PSB.

(Será feita a substituição solicitada.)

OF./B/2/15

Brasília, 5 de março de 2015

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência indicar a Deputada **Glauber Braga (PSB-RJ)** como titular, em substituição ao **Fernando Coelho Filho (PSB-PE)** da Medida Provisória nº 664, de 2014, "Altera as Leis nº 8.213, de 23 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 de junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003".

Respeitosamente, – Deputado **Fernando Coelho Filho**, Líder do PSB.

(Será feita a substituição solicitada.)

TÉRMINO DE PRAZO

Término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 05 de março do corrente, para edição do decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 652, de 2014**, que teve o prazo de vigência encerrado em 24 de novembro de 2014.

Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO N° 133, DE 2015

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 215, inciso I, alínea *a*, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Educação as seguintes informações acerca das mudanças trazidas pelas Portarias Normativas nºs 21, 22 e 23, de 2014; e nº 2, de 2015, do Ministério da Educação (MEC), bem como acerca da limitação a 6,4% dos reajustes dos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

1) O art. 19 da Portaria Normativa MEC nº 21, de 2015, dispõe que, para fins de solicitação de financiamento ao Fies, o estudante do ensino médio a partir do ano letivo de 2010 deverá apresentar média aritmética das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) igual ou superior a 450 pontos e nota na redação do mesmo exame diferente de zero. Em relação ao artigo supracitado, requeremos:

- documentação (estudos de impacto pedagógico, memorandos, planilhas e similares) utilizada pelo MEC para definição de 450 pontos como resultado mínimo para acesso ao Fies;
- relação nominal de inscritos no Fies em 2014, que tenham feito Enem a partir de 2010, acompanhada de lista das respectivas médias e notas obtidas na prova de redação.

2) A Portaria Normativa MEC nº 2, de 20 de fevereiro de 2015, cita a utilização de indicadores de qualidade de instituição superior aderentes ao Fies para fins de financiamento, mediante a implementação de mecanismos específicos no Sistema Informatizado do FIES (SISFIES). Solicitamos, a esse respeito:

- listagem dos indicadores a serem utilizados;
- documentação que tenha levado à escolha desses indicadores.

3) O MEC limitou a 4,5% o reajuste nos contratos entre as instituições de ensino superior (IES) e os candidatos ao Fies. Posteriormente, o Sisfies passou a admitir a inscrição de candidatos matriculados em IES que tenham reajustado os contratos em no máximo 6,4%.

Considerando-se o disposto no art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que autoriza a utilização de planilhas de custo para acréscimo, ao valor anual total das anuidades ou semestralidades, da variação de custos da instituição, a título de pessoal e de custeio, inclusive relacionados à introdução de aprimoramentos didático-pedagógicos, solicitamos que nos sejam encaminhados:

- critérios adotados para a restrição dos reajustes a no máximo 4,5% e, posteriormente, a no máximo 6,4%;
- registros do tratamento a ser dado a situações específicas, no que diz respeito às diferenças entre as instituições e suas respectivas planilhas de custo, nos termos da lei supracitada.

Justificação

O Fies, programa do MEC destinado a financiar a educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas, é mecanismo de democratização do acesso às IES, principalmente por parte dos egressos do ensino médio que não dispõem de condições econômicas para se matricular em um curso superior. Hoje, dos 7,3 milhões de alunos matriculados no ensino superior, 1,9 milhão (26%) faz uso do Fies como ferramenta para custeio das mensalidades.

Trata-se, dessa forma, de uma estratégia fundamental para o cumprimento das metas para a educação superior apresentadas no Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. A meta 12, por exemplo, prevê a elevação da "taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público". A estratégia 12.6, por sua vez, traz referência explícita ao Fies, prevento sua expansão, com a instituição de fundo garantidor do financiamento.

Pode-se dizer, assim, que toda alteração nos parâmetros de concessão do Fies causa significativo impacto econômico, financeiro e social nos projetos de inclusão social e educacional do País. Não foi diferente nos últimos meses, com a publicação das Portarias Normativas nºs 21, 22 e 23, de 2014, e nº 2, de 2015, bem como com a definição de limite de 6,4% para os reajustes nos contratos a serem financiados com recursos advindos do Programa.

A exigência de média mínima de 450 pontos e de nota diferente de zero na redação do Enem pode, por exemplo, impedir que muitos estudantes, principalmente aqueles que tiveram menos condições de frequentar boas escolas de educação básica, disponham de um facilitador financeiro para seguir em frente, sanando suas deficiências educacionais e garantindo melhores padrões futuros de emprego e salário.

Além disso, as IES podem encontrar dificuldades para fazer frente a suas despesas, haja vista o limitador de 6,4% nos reajustes contratuais, mesmo que suas planilhas de custo, nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, apontem a necessidade de reajuste maior. Uma situação como essa pode, inclusive, impactar a vida dos estudantes, conforme já vem ocorrendo, pois algumas instituições têm elaborado contratos com previsão de que a diferença entre o valor definido pelo Ministério e o valor registrado nas planilhas de custo deve ser custeada pelo próprio aluno. Trata-se de um cenário que tem potencial para aumentar os índices de evasão escolar, dificultando a consecução do PNE, no âmbito do ensino superior.

Importa acrescentar, nessa lista de medidas que têm gerado insegurança entre IES e estudantes, a ausência de publicação e de divulgação, por parte do MEC, dos critérios a serem considerados, na definição dos padrões de qualidade exigíveis das instituições, para fins de participação no Programa.

Em função dessas dificuldades, busca-se com este requerimento identificar se as medidas adotadas se configuram como eficazes ou se traduzem iniciativas que podem prejudicar o pleno atendimento das necessidades do País, no que diz respeito ao desenvolvimento e à expansão da educação superior, nos termos do Plano Nacional de Educação.

Sala das Sessões, – Senador **Gladson Cameli**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 134, DE 2015

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, informações sobre os valores e as critérios de pagamento do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal desde o ano de 2003.

Nesses termos, requisita-se:

1. A indicação dos critérios para a concessão do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal desde o ano de 2003 e as modificações posteriores até a presente data;

2. Os valores globais gastos com o benefício, ano a ano, desde 2003, indicado por Unidade da Federação;

3. A justificativa para a informação, extraída do Portal da Transparência, de que no ano de 2013 foram gastos R\$ 598.692.818,29 no pagamento do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal, cerca de 1/3 (um terço) do valor gasto no ano anterior (2012 - R\$ 1.723.364.496,96) e 1/4 do valor gasto no ano seguinte (2014 - R\$ 2.117.223.436,11); e

4. A estimativa de economia de recursos com a modificação das regras para a concessão do benefício contidas na MP 665, de 2014, e o número de pescadores que deixarão de fazer jus ao benefício a partir da entrada em vigor da nova regulamentação.

JUSTIFICAÇÃO

O Seguro-Desemprego Pescador Artesanal, também conhecido como seguro-defeso, garante a sobrevivência das comunidades dedicadas à pesca artesanal durante os meses de defeso, quando as espécies estão em período reprodutivo.

Ocorre que logo após as eleições de 2014, surgiram diversas denúncias de fraudes no pagamento do benefício, motivadas pela concessão da carteira de pescador artesanal a quem não teria direito.

Além dessas graves denúncias, houve a recente modificação das regras de concessão do benefício, operada pela Presidência da República por meio da MP 665, de 2014, sob a justificativa de “tornar mais claro o enquadramento para fins de concessão do benefício pecuniário, diferenciando aquelas que vivem exclusivamente da pesca daqueles que exercem outras atividades profissionais”.

As informações ora solicitadas são fundamentais para verificar as fraudes denunciadas no ano passado impactaram no valor pago a título de Seguro-Desemprego Pescador Artesanal e para compreender a utilidade e efetividade das alterações no sistema propostas pela Presidência da República.

Senador **ATAÍDES OLIVEIRA**
(PSDB - TO)

(À Mesa para decisão)

PROJETO DE LEI DO SENADO**PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 96, DE 2015**

Altera a Lei n.º 9504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições e a Lei nº 4.737, de 17 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para proibir a coligação partidária para a eleição proporcional.

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º O art. 6º, da Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

"Art. 6º
§ 6º É vedada a celebração de coligações partidárias nas eleições proporcionais"

Art 2º Os arts. 6º, 10, 15 e 46 da Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária.

§ 1º

§ 1º-A

§ 2º Na propaganda para eleição majoritária, a coligação usará, obrigatoriamente, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram." (NR)

"Art. 10.

§ 1º

§ 2º Nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder de vinte, cada partido poderá registrar candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual ou Distrital, até o dobro das respectivas vagas.

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo." (NR)

"Art. 15.

.....
§ 3º Os candidatos de coligações serão registrados com o número de legenda do respectivo partido. (NR)"

"Art. 46

.....
II – nas eleições proporcionais, os debates deverão ser organizados de modo que assegurem a presença de número equivalente de candidatos de todos os partidos a um mesmo cargo eletivo, podendo desdobrar-se em mais de um dia;

.....
§ 5º Para os debates que se realizarem no primeiro turno das eleições, serão consideradas aprovadas as regras que obtiverem a concordância de pelo menos 2/3 (dois terços) dos candidatos aptos no caso de eleição majoritária, e de pelo menos 2/3 (dois terços) dos partidos com candidatos aptos, no caso de eleição proporcional."(NR)

Art. 3º Os arts. 105, 107, 108, 109 e 111 da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 105. Nas eleições pelo sistema de representação proporcional não será permitida a coligação de partidos." (NR)

"Art. 107. Determina-se para cada Partido o quociente partidário, dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda, desprezada a fração." (NR)

"Art. 108. Estarão eleitos tantos candidatos registrados por um Partido quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido."(NR)

“Art. 109.
I – dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada Partido pelo número de lugares por ele obtido, mais um, cabendo ao Partido que apresentar a maior média um dos lugares a preencher;
.....
§ 1º O preenchimento dos lugares com que cada partido for contemplado far-se-á segundo a ordem de votação nominal dos seus candidatos.
§ 2º Só poderão concorrer à distribuição dos lugares os partidos que tiverem obtido quociente eleitoral.” (NR)

Art. 4º Revoga-se o § 1º do art. 10 da Lei n.º 9504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua promulgação.

Justificação

O presente Projeto de Lei do Senado pretende aprimorar o sistema eleitoral brasileiro extinguindo a possibilidade de serem realizadas coligações partidárias nas eleições proporcionais, uma vez que estas não vêm atendendo ao interesse público de nossa sociedade.

Atualmente, deputados federais, deputados estaduais/ distritais e vereadores são eleitos pelo sistema eleitoral proporcional, em que o candidato é eleito por um percentual de votos distribuídos entre os partidos políticos de acordo com a votação recebida. Nas eleições proporcionais se valoriza o partido político e a ideologia que este partido representa, ou seja, o candidato não se elege sozinho, ele é eleito também de acordo com a votação de seus companheiros de partido e a votação obtida na legenda.

A legislação atual permite a coligação entre partidos, que vem sendo feita sem qualquer critério, permitindo que partidos com ideologias diametralmente diversas se unam. Juntam-se partidos com visão de mundo, ideias, programas, ideologias e doutrinas completamente opostas na disputa das eleições proporcionais com o único propósito de atingir o quociente eleitoral e garantir a eleição de seus candidatos, confundindo os eleitores na hora de sua escolha.

Este Projeto de Lei do Senado tem como principal objetivo consolidar e fortalecer o sistema partidário nacional, cabendo ao eleitor escolher não apenas o seu candidato, mas também o partido ao qual ele pertence e as bandeiras, ideais e programas que defende. E, impede que o voto em determinado candidato, de um partido, auxilie a eleição de candidato de outra agremiação, que após eleito defende políticas diversas as quais o eleitor depositou seu voto.

Ademais, em decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal; entendeu-se que o suplente do partido deve ser chamado a ocupar o assento do parlamentar que renunciou ou que foi convocado a cargo público. A sucessão e a substituição dessa cadeira pertenciam à coligação, mas o STF mudou a diretriz que vinha sendo seguida e determinou que o mandato é sempre do partido.

Assim, não resta dúvida que a extinção da coligação na eleição proporcional depuraria o sistema político brasileiro, coibindo também, práticas nada republicanas como as legendas de aluguel, que são desprovidas de conteúdo ideológico e servem apenas para majorar o tempo da propaganda eleitoral no rádio e na TV.

Certo de que a iniciativa representa importante avanço para o aperfeiçoamento do sistema político brasileiro e da qualidade da representação política, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação do Projeto de Lei do Senado em tela.

Sala das Sessões, em de março de 2015. – Senador **Fernando Bezerra Coelho**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

Das Coligações

Art. 6º É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.

§ 1º A coligação terá denominação própria, que poderá ser a junção de todas as siglas dos partidos que a integram, sendo a ela atribuídas as prerrogativas e obrigações de partido político no que se refere ao processo eleitoral, e devendo funcionar como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários.

§ 1º-A. A denominação da coligação não poderá coincidir, incluir ou fazer referência a nome ou número de candidato, nem conter pedido de voto para partido político.

(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 2º Na propaganda para eleição majoritária, a coligação usará, obrigatoriamente, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram; na propaganda para eleição proporcional, cada partido usará apenas sua legenda sob o nome da coligação.

§ 3º Na formação de coligações, devem ser observadas, ainda, as seguintes normas:

I – na chapa da coligação, podem inscrever-se candidatos filiados a qualquer partido político dela integrante;

II – o pedido de registro dos candidatos deve ser subscrito pelos presidentes dos partidos coligados, por seus delegados, pela maioria dos membros dos respectivos órgãos executivos de direção ou por representante da coligação, na forma do inciso III;

III – os partidos integrantes da coligação devem designar um representante, que terá atribuições equivalentes às de presidente de partido político, no trato dos interesses e na representação da coligação, no que se refere ao processo eleitoral;

IV – a coligação será representada perante a Justiça Eleitoral pela pessoa designada na forma do inciso III ou por delegados indicados pelos partidos que a compõem, podendo nomear até:

- a)** três delegados perante o Juízo Eleitoral;
- b)** quatro delegados perante o Tribunal Regional Eleitoral;
- c)** cinco delegados perante o Tribunal Superior Eleitoral.

§ 4º O partido político coligado somente possui legitimidade para atuar de forma isolada no processo eleitoral quando questionar a validade da própria coligação, durante o período compreendido entre a data da convenção e o termo final do prazo para a impugnação do registro de candidatos.

(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 5º A responsabilidade pelo pagamento de multas decorrentes de propaganda eleitoral é solidária entre os candidatos e os respectivos partidos, não alcançando outros partidos mesmo quando integrantes de uma mesma coligação.

(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)

Do Registro de Candidatos

Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinqüenta por cento do número de lugares a preencher.

§ 1º No caso de coligação para as eleições proporcionais, independentemente do número de partidos que a integrem, poderão ser registrados candidatos até o dobro do número de lugares a preencher.

§ 2º Nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder de vinte, cada partido poderá registrar candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual ou Distrital até o dobro das respectivas vagas; havendo coligação, estes números poderão ser acrescidos de até mais cinqüenta por cento.

Art. 15. A identificação numérica dos candidatos se dará mediante a observação dos seguintes critérios:

I – os candidatos aos cargos majoritários concorrerão com o número identificador do partido ao qual estiverem filiados;

II – os candidatos à Câmara dos Deputados concorrerão com o número do partido ao qual estiverem filiados, acrescido de dois algarismos à direita;

III – os candidatos às Assembléias Legislativas e à Câmara Distrital concorrerão com o número do partido ao qual estiverem filiados acrescido de três algarismos à direita;

IV – o Tribunal Superior Eleitoral baixará resolução sobre a numeração dos candidatos concorrentes às eleições municipais.

§ 1º Aos partidos fica assegurado o direito de manter os números atribuídos à sua legenda na eleição anterior, e aos candidatos, nesta hipótese, o direito de manter os números que lhes foram atribuídos na eleição anterior para o mesmo cargo.

§ 2º Aos candidatos a que se refere o § 1º do art. 8º, é permitido requerer novo número ao órgão de direção de seu partido, independentemente do sorteio a que se refere o § 2º do art. 100 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.

§ 3º Os candidatos de coligações, nas eleições majoritárias, serão registrados com o número de legenda do respectivo partido e, nas eleições proporcionais, com o número de legenda do respectivo partido acrescido do número que lhes couber, observado o disposto no parágrafo anterior.

Art 46. Independentemente da veiculação de propaganda eleitoral gratuita no horário definido nesta Lei, é facultada a transmissão, por emissora de rádio ou televisão, de debates sobre as eleições majoritária ou proporcional, sendo assegurada a participação de candidatos dos partidos com representação na Câmara dos Deputados, e facultada a dos demais, observado o seguinte:

I – nas eleições majoritárias, a apresentação dos debates poderá ser feita:

- a)** em conjunto, estando presentes todos os candidatos a um mesmo cargo eletivo;
- b)** em grupos, estando presentes, no mínimo, três candidatos;

II – nas eleições proporcionais, os debates deverão ser organizados de modo que assegurem a presença de número equivalente de candidatos de todos os partidos e coligações a um mesmo cargo eletivo, podendo desdobrar-se em mais de um dia;

III – os debates deverão ser parte de programação previamente estabelecida e divulgada pela emissora, fazendo-se mediante sorteio a escolha do dia e da ordem de fala de cada candidato, salvo se celebrado acordo em outro sentido entre os partidos e coligações interessados.

§ 1º Será admitida a realização de debate sem a presença de candidato de algum partido, desde que o veículo de comunicação responsável comprove havê-lo convidado com a antecedência mínima de setenta e duas horas da realização do debate.

§ 2º É vedada a presença de um mesmo candidato a eleição proporcional em mais de um debate da mesma emissora.

§ 3º O descumprimento do disposto neste artigo sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56.

§ 4º O debate será realizado segundo as regras estabelecidas em acordo celebrado entre os partidos políticos e a pessoa jurídica interessada na realização do evento, dando-se ciência à Justiça Eleitoral.

(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 5º Para os debates que se realizarem no primeiro turno das eleições, serão consideradas aprovadas as regras que obtiverem a concordância de pelo menos 2/3 (dois terços) dos candidatos aptos no caso de eleição majoritária, e de pelo menos 2/3 (dois terços) dos partidos ou coligações com candidatos aptos, no caso de eleição proporcional.

(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

LEI Nº 4.737, DE 17 DE JULHO DE 1965

Código Eleitoral.

Art. 105. Fica facultado a 2 (dois) ou mais Partidos coligarem-se para o registro de candidatos comuns a deputado federal, deputado estadual e vereador. (Redação dada pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

§ 1º A deliberação sobre coligação caberá à Convenção Regional de cada Partido, quando se tratar de eleição para a Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas, e à Convenção Municipal, quando se tratar de eleição para a Câmara de Vereadores, e será aprovada mediante a votação favorável da maioria, presentes 2/3 (dois terços) dos convencionais, estabelecendo-se, na mesma oportunidade, o número de candidatos que caberá a cada Partido.

(Incluído pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

§ 2º Cada Partido indicará em Convenção os seus candidatos e o registro será promovido em conjunto pela Coligação.

(Incluído pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

Art. 107. Determina-se para cada Partido ou coligação o quociente partidário, dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração. (Redação dada pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

Art. 108. Estarão eleitos tantos candidatos registrados por um Partido ou coligação quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.

(Redação dada pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

Art. 109. Os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários serão distribuídos mediante observância das seguintes regras:

(Redação dada pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

I – dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada Partido ou coligação de Partidos pelo número de lugares por ele obtido, mais um, cabendo ao Partido ou coligação que apresentar a maior média um dos lugares a preencher;

(Redação dada pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

II – repetir-se-á a operação para a distribuição de cada um dos lugares.

(Redação dada pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

§ 1º O preenchimento dos lugares com que cada Partido ou coligação for contemplado far-se-á segundo a ordem de votação recebida pelos seus candidatos.

(Redação dada pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

§ 2º Só poderão concorrer à distribuição dos lugares os Partidos e coligações que tiverem obtido quociente eleitoral.

(Redação dada pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

Art. 111. Se nenhum Partido ou coligação alcançar o quociente eleitoral, considerar-se-ão eleitos, até serem preenchidos todos os lugares, os candidatos mais votados.

(Redação dada pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

(À *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; em decisão terminativa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Há oradores inscritos.

Senadora Vanessa Grazziotin, pela ordem.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. Pela ordem.) – Para pedir minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como Líder?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Como Líder ou comunicação, tanto faz.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador e ex-Presidente Collor, por permuta com este Senador, é convidado a ir à tribuna e, na sequência, falará a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Presidente Paulo Paim, Ex^{mas} Sr^{as} e Srs. Senadores, há quase um ano, o País tem vivido, de um lado, um clima de expectativa e espera e, de outro, de apreensão e desconfianças institucionais em relação ao andamento e aos desfechos das apurações da chamada Operação Lava Jato.

Muito se especula, Sr. Presidente, muito se afirma, muito se acusa. O assanhamento dos meios é visível e já se espalhou por toda a sociedade. Contudo, esse cenário, num clima de terra arrasada, vem sendo demasia-damente corroborado pela atuação do próprio Ministério Público, especialmente quanto ao suposto envolvimento de autoridades e agentes políticos.

Nomes, imagens, listas, estranhas audiências, estranhas audiências, obscuras visitas somam-se a um uni-verso de suposições, deduções, hipóteses, teses e teorias das mais diversas, em que tudo e todos são jogados na vala comum como se fossem um prenúncio escatológico do País, de suas instituições e, propositadamente, de suas autoridades.

Sr. Presidente Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há como deixar de perceber algumas nuvens carregadas – para dizer o menos – que gravitam em torno dessa cena. A pergunta que faço é se é este mesmo o ambiente que o Ministério Público deseja e, mais do que isso, planeja. Ao fomentar a expectativa e a ansiedade da população, estará de fato seu comando exercendo suas atribuições com idoneidade, sensatez, responsabilidade e, principalmente, com estoicismo? Ou seria apenas um meio, um caminho, sem nenhuma sobriedade, para empunhar um cartaz – cena patética! – em busca da pirotecnia de uma precoce, antecipada e momentânea celebração, tão em voga nos últimos tempos?

Meu argumento, Sr. Presidente, é que, ao longo de todo esse processo de investigação, bastava ao Ministério Público se utilizar de um simples instrumento, uma justa medida de bom senso e prudência nesses casos:

a oportunidade de esclarecimentos prévios. Trata-se de um mecanismo sensato, óbvio, que poderia ter sido utilizado em qualquer caso, para qualquer pessoa sobre a qual houvesse indícios, suspeitas ou especulações, quanto mais no caso de agentes com mandato político, sujeitos permanentemente a todo tipo de especulação política e, perseguidamente, perseguidamente, expostos às elucubrações midiáticas.

A simples concessão dessa oportunidade, ou seja, a adoção do procedimento do prévio esclarecimento poderia, em muitos casos, evitar a abertura de inquéritos e, ao mesmo tempo, a exposição desnecessária, por um longo período, de pessoas e agentes supostamente envolvidos. Na prática, seria a chance de qualquer um, perante o Ministério Público, de esclarecer os pontos, tirar as dúvidas que porventura pairassem e, mais ainda, expressar sua versão dos acontecimentos e a verdade das fatos.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, se o Ministério Público, como preceitua a Constituição Federal, é essencial à função jurisdicional do Estado, se a ele incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais – vejam bem, “e individuais” –, por que então não agiu com denodo frente aos mesmos direitos pessoais, concedendo previamente a oportunidade de defesa por meio da simples metodologia do esclarecimento antecipado?

Que motivação teria o Procurador-Geral da República para se portar dessa forma por tanto tempo, por tanto tempo, sem ao menos ouvir os principais interessados pela verdade de suas investigações? Por que não poderia o Ministério Público, antes mesmo de atender aos rigores do devido processo, antecipar-se com naturalidade ao vício do próprio processo? E digo vício, Sr. Presidente, pelo simples fato de que o Ministério Público, ao longo de todo esse tempo, simplesmente desconsiderou a Súmula Vinculante nº 14, do Supremo Tribunal Federal, que garante textualmente – abro aspas:

É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório [e aqui repito eu: “procedimento investigatório”] realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

Fecho aspas.

Acabo de citar a íntegra da Súmula Vinculante nº 14, do Supremo Tribunal Federal.

Então, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, por mais que o Ministério Público alegue que ainda não se tratava de um inquérito ou mesmo de um procedimento investigatório, há de se perguntar então: se não foi isso, foi o quê? Seria o quê? Se todo esse procedimento até aqui promovido pelo Ministério Público, pela Polícia Federal e pela Justiça não configura um processo ou ato formalizado, por que então o Procurador-Geral solicitou ao Ministro Teori Zavascki o arquivamento de alguns desses processos? Arquivar o que ainda nem existia? Ora, se pediu o arquivamento, é porque existia algum ato, algum procedimento, ainda que apenas investigatório. Mas, mesmo nesse caso, Sr. Presidente, ele estaria abrangido pela súmula vinculante do Supremo, e, portanto, obrigado a conceder o acesso aos autos e o direito de defesa aos interessados, ainda que por meio de uma simples oportunidade de esclarecimentos prévios.

Aliás, Sr. Presidente, esse fato do pedido de arquivamento é mais uma ação obscura do Procurador-Geral da República.

Como já dito, se não havia inquérito a ser instaurado, de que exatamente ele pediu o arquivamento? Mais grave ainda, por que citar e envolver nomes de pessoas para as quais não se acharam, nas suas palavras, nas próprias palavras do chefe do Ministério Público – abro aspas – “indícios suficientes para abertura de inquérito?” Por que citar ou fazer referência, por exemplo, ao nome do Senador Aécio Neves e de outras seis autoridades, se ele mesmo, o Procurador, não achou nada suficientemente justificável para solicitar o inquérito? Ora, bastava não pedir, não citar, simplesmente desistir, sem envolver aqueles nomes. Covardia! Mais grave ainda, quando se trata da Presidenta da República, como foi o caso, juntamente com o ex-Presidente Lula, citada por um dos delatores, para os quais sequer o Procurador-Geral pediu arquivamento. Repito: por que citar, em seu documento de encaminhamento dos procedimentos ao Supremo, o nome da Presidenta Dilma Rousseff? E, pior, disponibilizar o documento na página da Procuradoria-Geral da República e, mais ainda, em nota oficial de sua Secretaria de Comunicação Social. Covardia!

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, após a divulgação, na última sexta-feira, da autorização para abertura de inquérito, pelo Supremo Tribunal Federal, em relação a dezenas de nomes do meio político, cabe aqui registrar – e isso todos devem ter bem claro em mente – que o Ministério Público atuou, até aqui, baseado exclusivamente em depoimentos de notórios contraventores da lei, cuja credibilidade não recomenda, de pronto, a certeza e a pacificação da veracidade das informações. Ainda mais, Sr. Presidente, quando se trata de depoimentos oriundos de delações premiadas que, não raro, são colhidas pelo método das aproximações sucessivas, tentando cobrir lacunas ou unir pontos obscuros de depoimentos anteriores, sempre com a intenção de forçar uma sequência supostamente lógica ou coerente aos acontecimentos, verdadeiros sejam eles ou não.

Soma-se a isso a notória precariedade psicológica – e, em alguns casos, até física – dos filhos da delação, cujos depoimentos aos alumbrados foram feitos durante e após um longo período de encarceramento, em condições de tortura psíquica.

Vale lembrar que a Lei 12.850/13, que trata da colaboração premiada, prevê, no §1º de seu art. 4º, que, “em qualquer caso, a concessão do benefício – no caso, a delação premiada – levará em conta a personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do fato criminoso e a eficácia da colaboração.” Será que essas condicionantes foram, de fato, levadas em conta? E digo isso, Sr. Presidente, a partir também de uma outra clara constatação, para a qual basta reproduzir dispositivo da mesma lei que versa – e abro aspas novamente: “São direitos do colaborador – colaborador é aquele a quem foi dada a delação premiada – não ter sua identidade revelada pelos meios de comunicação, nem ser fotografado ou filmado, sem sua prévia autorização por escrito” (art. 5º, inciso V). Ou ainda, Sr. Presidente, o art. 7º, que diz: “O pedido de homologação do acordo – ou seja, de delação premiada – será sigilosamente distribuído, contendo apenas informações que não possam identificar o colaborador e o seu objeto”.

Pergunto, de novo: tudo isso foi respeitado pelo Ministério Público? Houve ou não houve inúmeros vazamentos, obviamente sempre seletivos e distorcidos? Houve ou não houve divulgação de trechos, imagens, áudios, tudo sempre convenientemente com a tendenciosa colaboração dos meios? Que sigilo é esse, se vários nomes já eram de domínio público há vários meses? Onde está, novamente, a seriedade, a responsabilidade do Ministério Público? Por que continua o Ministério Público achando que o centro do mundo é aquela sua sede arredondada e que, em nome de seus virtuosos, inquestionáveis e alumbrados integrantes, a ele tudo é autorizado fazer?

Não por acaso, o presidente da Associação dos Advogados de São Paulo, Dr. Leonardo Sica, foi direto ao ponto – abro aspas: “Eu não posso prender uma pessoa e condicionar a liberdade dela a uma delação, isso é absolutamente ilegal. (...) A gente não pode corromper o processo para combater a corrupção”. E disse mais o Dr. Leonardo Sica: “... quando se elegem bodes expiatórios, (e) algumas poucas pessoas são punidas para combater a corrupção no País inteiro, isso é um pouco de Direito Penal do Inimigo”.

A verdade, Sr. Presidente, é que, desde o início dessas investigações, o Ministério Público atuou com um claro objetivo – com um claro objetivo, atuou o Ministério Público desde o início dessas investigações. Qual o objetivo? O de retardar a abertura de inquéritos para evitar a Súmula 14 do Supremo Tribunal Federal, sob alegação do procedimento dito secreto. Cinismo! Isso chega a ser uma agressão! Sonegar de forma absoluta as informações das pessoas citadas definitivamente não se coaduna com o Estado de Direito.

O fato concreto é que, até o momento, o Ministério Público, coadjuvado histericamente pelos meios, criou em torno da delação premiada todo um ambiente hostil, uma autêntica panaceia pré-condenatória em que a palavra de um notório contraventor vai mais do que as prerrogativas de um agente investido de mandato parlamentar. Como é possível admitir que a palavra de coagidos detratores da lei sirva para abrir inquéritos sem que nenhuma autoridade tenha tido a oportunidade de esclarecer os pontos levantados pela investigação? No fundo, é uma decisão inserida em um processo cuja natureza parte do pressuposto do desrespeito deliberado às autoridades constituídas.

Não foi sem motivo, Sr. Presidente Paulo Paim, Sras e Srs. Senadores, que o próprio Juiz Sérgio Moro declarou que delações premiadas devem ser vistas com o devido cuidado. No mesmo sentido, ressaltou o Ministro Teori Zavascki. Segundo ele, a abertura de inquérito não representa – abro aspas:

juízo antecipado sobre autoria e materialidade do delito, principalmente quando os indícios são fundados em depoimentos colhidos em colaboração premiada. Tais depoimentos [continua o Sr. Ministro Zavascki] não constituem, por si sós, meio de prova, até porque, segundo disposição normativa expressa, nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador

Fecho aspas.

Infelizmente, mas como era de se esperar, há toda uma desvirtuação da realidade por parte dos meios que se encarregaram de tentar convencer a população de que todo e qualquer depoimento oriundo da delação premiada configura uma verdade absoluta, pois, segundo o vago entendimento desses pseudoanalistas midiáticos, se o delator afirma algo, isso se torna inquestionável.

O erro, Sr. Presidente, está em partir da premissa de que, se o delator afirmou algo, é porque ele possui provas, caso contrário, ele perderia o benefício da delação premiada. Ora, em nenhum momento, a lei dispõe sobre isso. E, se assim fosse, um dos dois principais delatores, Paulo Roberto Costa ou Alberto Youssef, já teria perdido essa condição, pois, como atesta o próprio Procurador-Geral, houve contradições entre os depoimentos deles. Um exemplo se deu no caso da citação aos Presidentes Lula e Dilma Rousseff, no episódio em que um dos delatores afirmou e o outro desmentiu que houve doação para a campanha presidencial de 2010 e que

toda a cúpula do Palácio do Planalto teria pleno conhecimento do esquema criminoso na Petrobras. É claro que um dos dois delatores mentiu. Porém, nenhum deles perdeu o benefício.

A única disposição da lei próxima a esse sentido faz referência, com obviedade, ao compromisso legal de dizer a verdade (§14 do art. 4º). Porém, como é sabido, a verdade de um não é necessariamente a verdade do outro. Como diz aquele ditado, para todo fato há sempre três versões: a tua, a dele e a verdadeira.

E volto a questionar: que credibilidade e veracidade supremas pode haver nas palavras de notórios contraventores da lei? Qual o limite disso tudo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores? Aliás, é sempre bom recordar que o próprio Alberto Youssef já quebrou acordo de delação premiada em casos anteriores, em que foi também envolvido – mais especificamente, no caso Banestado, alguns anos atrás.

Enfim, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em prol da transparência pública, agiu corretamente o Ministro Teori Zavascki ao quebrar o suposto sigilo dos inquéritos. Agora, sim, ao ter acesso aos autos, ao conhecer o teor dos depoimentos, todos poderão oferecer os seus esclarecimentos. Ainda é prematuro, neste momento, entrar no mérito e no conteúdo das peças já disponibilizadas, até porque, na prática da Justiça, listas de nomes sem provas não significam absolutamente nada.

Politicamente, recomendam-se a devida serenidade e a prudência que o grave momento institucional requer.

Ao concluir, Sr. Presidente, pelo que constatamos até aqui, mais uma vez, só nos resta lamentar a postura parcial e irretratável frente a todo o processo de um grupelho instalado no Ministério Público que, oportunamente, passou a influenciar e a ditar a atuação do Procurador-Geral da República. Condutas dessa espécie, sob o manto de um inimaginável poço de virtudes éticas, não fortalecem as instituições, menos ainda amadurecem a nossa democracia.

Era o que tinha a dizer, Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão, a quem agradeço pelo tempo adicional que me foi concedido e, também, pela permuta que fez para que eu pudesse abrir a sessão de hoje com este meu pronunciamento.

Muito obrigado a V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o ex-Presidente Collor de Mello, Senador da República, que faz os esclarecimentos sobre a Operação Lava Jato e as suas preocupações pela forma como ela se desenvolveu.

Passamos a palavra, neste momento, como Líder, à Exª Senadora Vanessa Grazziotin; em seguida, ao Senador Humberto Costa, que permitou e está em segundo lugar, como orador inscrito; em seguida, à Senadora Ana Amélia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, hoje, dia 9 de março, um dia, portanto, após o dia 8, ontem, o dia em que comemoramos, no mundo inteiro, o Dia Internacional da Mulher, quero, em primeiro lugar, dizer o quanto, para nós, é importante ver as matérias jornalísticas noticiosas dando conta de inúmeras mobilizações, manifestações, atos públicos que foram realizados, no dia de ontem, no mundo inteiro. O que nós percebemos é que, apesar da nossa luta, apesar dos direitos das mulheres não terem plenitude na igualdade em relação aos homens, há um avanço desses direitos e, principalmente, um avanço da luta das mulheres, que falam pelos seus direitos, ao mesmo tempo em que falam pela democracia.

Eu tenho, nesses últimos dias, ocupado esta tribuna, Sr. Presidente, para falar muito a respeito do assunto e, certamente, voltarei durante a semana toda, porque, repito, nós que compomos a Bancada feminina do Congresso Nacional teremos uma longa agenda de atividades que deverão ser realizadas nestes próximos dias até final do mês de março.

Começamos já na semana passada, quando houve o primeiro encontro da nova Bancada feminina com o Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, em que colocamos os pleitos da Bancada feminina e registramos alguns avanços que já conseguimos conquistar no Parlamento brasileiro.

Houve o primeiro debate sobre a reforma política na ótica de gênero, ocorrido na quinta-feira, semana passada, dentro de um programa denominado Pauta Feminina. Foi um excelente debate com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, do Banco Mundial, da Secretaria de Política das Mulheres e da Drª Conceição que também lá falou. Ela é uma Consultora do Senado Federal que tem se dedicado muito ao estudo dessa matéria que envolve a participação política das mulheres no mundo, principalmente das mulheres brasileiras.

Amanhã, haverá a instalação da comissão mista permanente, Presidente Paim – e isto é muito importante –, que acompanhará a questão da violência sofrida pelas mulheres. E, antes da instalação dessa comissão, que será às 15h, nós faremos um ato. Não será bem um ato, mas uma recepção importante na rampa do Congresso Nacional. Algumas mulheres que são símbolos do gênero virão até Congresso Nacional. E convidamos

não só as mulheres, mas todos os homens também, os Parlamentares, sobretudo, para fazermos essa rápida manifestação às 14h na rampa do Congresso Nacional.

Hoje, Sr. Presidente, daqui a alguns minutos, haverá a sanção, por parte da Presidenta Dilma, da lei que estabeleceu o feminicídio como um tipo de crime em nosso País. É um passo importante que o Brasil dá, tendo em vista que várias outras nações já tipificaram devidamente o crime de feminicídio.

Eu me recordo de que, quando iniciamos o debate, porque esse foi um projeto de iniciativa da CPMI que analisou a violência contra a mulher, muitos de nossos companheiros, colegas Parlamentares, nos perguntavam: "Mas feminicídio? Precisa disso?" Precisa, porque, quando a mulher sofre qualquer agressão ou quando ela é morta, quando ela é assassinada, sem que tivesse cometido qualquer falha, sem que tivesse roubado, sem que tivesse agredido quem quer que seja, sem que tivesse feito absolutamente nada, ela perdeu a vida por uma razão: o fato de ser mulher. Então, é óbvio que esse crime tem que estar tipificado na legislação brasileira.

E, daqui alguns instantes, a Presidente Dilma sancionará a lei, com a presença de várias mulheres do Brasil inteiro, sobretudo Parlamentares.

Aliás, ontem, a Presidente Dilma fez um pronunciamento muito importante à Nação brasileira. Eu quero aqui lamentar alguns episódios ocorridos no dia de ontem, mas não o fato de cidadãos e cidadãs brasileiras terem se manifestado, porque isso é legítimo. A livre manifestação no Brasil é aceitável e é legítima. O que não é legítimo é algumas pessoas – no geral, pessoas que compõem as elites –, na noite de ontem, repetirem aquele triste fato ocorrido na abertura dos jogos da Copa do Mundo do Brasil, quando se dirigiram à Presidente da República, autoridade máxima deste País, da forma mais desrespeitosa, com palavras de baixo calão. Quem abrir as redes sociais hoje vai ver pessoas que iam às suas varandas, ontem, não para protestar. Aliás, eu nem sei bem o que estavam protestando, porque, enquanto a Presidente falava, eles a xingavam. Protestar – repito – é justo e legítimo. O que não é legítimo, o que não é justo, o que não cabe numa democracia são duas coisas: o desrespeito ao ser humano – isso não cabe, Sr. Presidente! – e o golpismo também. Sabemos que, nesse meio de manifestações, existem correntes políticas tentando pregar o retrocesso para a Nação brasileira. Então, eu lamento muito e tenho certeza de que, como eu, lamenta também a maior parte do povo brasileiro, um povo que soube se erguer contra um regime militar que durou mais de 20 anos, um povo que sabe se levantar para defender seus interesses, para defender a democracia, um povo que, sem dúvida nenhuma, saberá continuar se levantando para defender o Brasil. Repito aqui: não estou criticando manifestações, porque elas são justas e legítimas; o que estou criticando são ações golpistas que aparecem nessas manifestações e o extremo desrespeito à figura de uma mulher, a figura mais importante deste País, que é a Presidente da República.

Sr. Presidente, quero dizer que tenho aqui um pronunciamento que trata sobre a questão do feminicídio, que trata sobre a questão da violência contra a mulher, mas eu não poderia, neste momento em que ocupo a tribuna, numa segunda-feira após tantos fatos ocorridos no Brasil nesses últimos dias, deixar de abordar esses outros assuntos.

Portanto, voltarei à tribuna para falar das questões ligadas às mulheres e das nossas lutas da Bancada feminina em prol das mulheres brasileiras, mas, neste momento, quero me deter em alguns fatos. Já iniciei, quando aqui abordei a manifestação da Presidenta Dilma. Penso que ela, de forma correta, está chamando a Nação a se unir neste momento delicado. E veja: ela não chama a Nação a se unir em torno dela; ela chama o povo brasileiro a se unir em torno da Nação.

Mas, em vez de assistirmos a opiniões, de ouvir a Presidente ou, pelo menos, de discutir sobre a fala, o chamamento da Presidente, o que ouvimos são discursos dizendo o seguinte: "Lá vem ela de novo culpando a crise internacional." Senador Paim, isso é o que tenho lido nas mídias. Opa! Quer dizer que o mundo não vive uma crise internacional? O que está acontecendo na China? Os jornais do último fim de semana, todos eles, estampam isto: a China está revendo para baixo o seu nível de desenvolvimento e de crescimento econômico. Então, isso é só uma ficção, não é uma crise econômica mundial. O que a gente está vendo acontecer em vários países da Europa também é mera ficção. Não é verdade o que está acontecendo. A Grécia, aliás, não passa por nenhum problema econômico, isso é só ficção. Os Estados Unidos, da mesma forma, não têm nenhum problema econômico, é só ficção.

Ora, Sr. Presidente, é óbvio que, desde os idos de 2008, o mundo vive atolado numa crise que persiste, uma crise do capital, uma crise capitalista. O Brasil, até agora, como disse a Presidenta Dilma, fez tudo o que pôde para que a Nação sentisse menos a crise, para que, principalmente, o povo brasileiro sentisse menos a crise, mas chega o momento em que todos estão sendo chamados, estão sendo chamados à unidade, estão sendo chamados a debater a situação do Brasil e a buscar juntos a saída para o Brasil. Não é a saída para A ou B, não! É a saída para o Brasil, porque, quanto pior for a crise, pior será para o povo brasileiro. E tudo que, tenho certeza, quer a Presidente e que nós queremos é tentar fazer com que o Brasil atravesse rapidamente este momento difícil, sem que haja reflexos profundos contra aqueles que mais sofrem, que são os trabalhadores brasileiros.

Então, dizer que, mais uma vez, a Presidente culpa a crise internacional é querer rir da inteligência do povo ou, no mínimo, subestimar a inteligência do povo, pelo menos daqueles que têm boa vontade de pensar e de raciocinar.

Então, é óbvio que vivemos um momento delicado, que, como ela própria disse, é piorado ainda com a crise da natureza, com a crise climática, com a crise da falta d'água, que leva reflexos imediatos e profundos também para a economia. Quando falta água, não é só a água que falta, não é só o produto essencial à vida que encarece. Não! Quando falta água, falta energia; quando falta energia, aumenta o custo da energia, e é mais um problema para a nossa economia.

Além disso, Sr. Presidente, há outra questão que eu gostaria que, quem sabe, a Presidente pudesse ter abordado não em maior profundidade, mas, pelo menos, num período maior da sua fala de ontem, que são os problemas relacionados com a Petrobras. É óbvio que, quando uma empresa do tamanho da Petrobras, uma empresa que é a maior da Nação brasileira, passa pelos problemas por que está passando, isso traz reflexos também para a crise econômica, Sr. Presidente.

Então, o momento é delicado, o momento exige de todos nós muita unidade, inclusive daqueles que não apoiam a Presidente Dilma, porque o que está em jogo, o que tem de estar em jogo não é o seu mandato. Isso ninguém questiona. Aliás, alguns questionam, os chamados golpistas. Então, não é o mandato da Presidente que tem de ser questionado. O que tem de ser questionado são as medidas que o Brasil precisa adotar, que o Brasil precisa tomar para atravessar este momento de crise econômica e também de crise política, Sr. Presidente. É uma crise política que parte da economia.

Eu espero que assim nós trabalhemos. Temos recebido sinais positivos da equipe ministerial do Governo da Presidente Dilma de que vamos debater, uma a uma, as medidas provisórias e vamos rever o que tiver de ser revisto, Sr. Presidente. Vamos substituir medidas, inclusive, para que não seja o mais sofrido aquele que der a maior parcela de sacrifício para a superação da crise.

Então, do ponto de vista da economia, são as medidas de ajustes que têm de ser tomadas, não há dúvida. Mas devem ser tomadas na medida certa, sem que levem reflexos profundos ao povo brasileiro. Não podemos deixar o País parar.

Do ponto de vista político, Sr. Presidente, aqui, os pronunciamentos, desde a semana passada, revezam-se. Nós estamos diante de uma lista que foi divulgada pelo Ministro Teori Zavascki, que é o Relator do processo, do inquérito que deverá tramitar no Supremo Tribunal Federal.

Foram mais de 50 nomes de pessoas arrolados na chamada Operação Lava Jato, dos quais em torno de 48 ou 49 são nomes de políticos, de Parlamentares ou ex-Parlamentares, Sr. Presidente.

Creio, Sr. Presidente, que, nesta hora, sem perder de vista a necessária e profunda investigação que tem de ocorrer, sem perder de vista a punição posterior daqueles que comprovadamente estiveram envolvidos em qualquer ato ilícito – aqui, apenas repito o que muitos dos meus colegas já disseram da tribuna –, temos de ter cautela, temos de ter sobriedade e maturidade, para não prejugar e tampouco pré-condenar quem quer que seja. Essa não seria nenhuma atitude republicana, nenhuma atitude que pudesse vir a contribuir com o Brasil.

Veja o que está aqui: "O Supremo Tribunal Federal abre inquérito contra 50 pessoas." Estou lendo uma matéria que foi divulgada pelo próprio STF, em que o próprio Ministro Teori Zavascki destaca que – abro aspas, porque são palavras dele, do Ministro Teori Zavascki, Relator desse inquérito – "a abertura de investigação não representa juízo antecipado sobre a autoria e a materialidade do delito". Repito: "A abertura de investigação não representa juízo antecipado sobre a autoria e a materialidade do delito". Isso se dá principalmente nos casos em que os indícios foram obtidos por meio de depoimentos feitos com base na delação premiada, principalmente nesses casos, mesmo porque não podemos passar uma régua em tudo. Existem casos e casos, todos diferentes uns dos outros. E todos têm de ser investigados, todos, absolutamente todos!

Então, quero deixar isso claro, para depois não dizerem que há pessoas, grupos ou partidos que querem passar a mão na cabeça da corrupção. Não! Não queremos passar a mão na cabeça da corrupção, tampouco tentar atrapalhar ou obstruir qualquer tipo de investigação em curso. Pelo contrário, temos que dar total liberdade. Aliás, essa liberdade nem sempre existiu. Em governos anteriores, não eram tão livres assim as investigações, principalmente por parte da Polícia Federal.

É preciso garantir um ambiente propício a que as investigações tenham curso, para que, posteriormente, possamos analisar, dentro dos fatos investigados, os que devem ou não ser punidos. Aí, sem dúvida alguma, devem ser punidos com o rigor da lei, Sr. Presidente. A Petrobras existe para ajudar o Brasil, não para servir de poste para enriquecer alguns, Sr. Presidente, ou para canalizar recursos para campanhas partidárias.

Para concluir, Sr. Presidente, volto a dizer: quando falo da crise política – já estou concluindo –, bato na mesma tecla, porque essa tecla tem de ser batida todas as vezes, Senador Requião. Falar da corrupção é importante, mas não é a primeira vez em que ela ocorre no Brasil – aliás, nem ocorre só no Brasil.

O Estado do Paraná vive um problema grave, que tenho acompanhado. Não sou do Estado do Paraná, mas tenho acompanhado pela imprensa: professores em greve há muito tempo, servidores sem receber, empreiteira sem receber. É grave!

Ou seja, a corrupção não é uma novidade para o povo brasileiro – quiçá fosse! –, é algo recorrente. E, para que isso não se repita nos próximos anos, precisamos reestruturar o Estado brasileiro. Do contrário, é balela! Falar em combater a corrupção sem falar em reformar o Estado brasileiro, sem falar em promover reformas profundas, é a mesma coisa que passar a mão na cabeça de corruptos, Sr. Presidente.

No sábado passado, estive com várias mulheres do meu Estado na rua, fazendo mobilizações em torno do Dia Internacional da Mulher. E lá debatemos muito isto: a necessidade de se acabar com a relação promíscua entre empresa e política, entre empresa e partidos políticos, entre empresas e parlamentares, políticos. Essa relação de financiamento de campanha não é saudável à democracia, não é tampouco ética, Sr. Presidente. Nem é tampouco ética, creio eu. Então, esta é a oportunidade de acabarmos com isso, e quem está indo às ruas precisa entender isso. Não basta pedir cadeia para o corrupto, tem de pedir mudanças estruturais de que a sociedade precisa.

Enfim, por último, Sr. Presidente, quero tratar rapidamente de um assunto que não é nem um pouco positivo para o meu Estado.

O Brasil vive esses problemas, e o Fantástico divulgou ontem uma matéria longa, mostrando possíveis ações e documentações relacionadas à possível compra de votos nas últimas eleições. Sobre isso, o que tenho a dizer é que espero que a Justiça Eleitoral seja célere não só na investigação, mas também na apreciação dessas denúncias, Sr. Presidente, para que nós, do Estado do Amazonas, possamos continuar seguindo com tranquilidade.

Os fatos mostrados ontem foram graves. Eu mesma tomei um susto, quando vi aquela senhora chamada Nair – nem recordo o nome dela –, de todos nós uma figura muito conhecida, porque envolvida foi, no passado, numa CPI aqui de ONGs, de organizações não governamentais. Aliás, alguns Parlamentares também tiveram problema, porque fizeram emendas para a entidade que essa senhora dirige.

É necessário que, diante de acusações tão graves, haja celeridade nas investigações, para que, repito, possamos nós do Amazonas seguir caminhando e trabalhando em benefício do povo.

Ouço o Senador Requião.

O Sr. Roberto Requião (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senadora, acho que o fundamental nesse processo todo é que nós avancemos com as causas do problema, e a causa principal é o financiamento de campanhas por pessoa jurídica. Sobre a mesa do Senado, há um projeto que fizemos em parceria, pela iniciativa de V. Ex^a, com algumas emendas de minha autoria. Ele foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Posteriormente, ele veio ao plenário pelo requerimento de alguns Senadores. Qualquer projeto que está sobre a mesa por um número determinado de dias, diz o nosso Regimento Interno, tem de ser lido e posto em votação. Esse projeto ainda não foi posto em votação. Eu conversei com a Presidência da Casa, que me garantiu que iria colocá-lo em votação. Estou aguardando isso. A origem do mal é o financiamento de campanhas através de pessoas jurídicas. Por outro lado, nós precisamos dar atenção especial à responsabilidade dos acionistas controladores dessas empresas que financiam, em interesse próprio, a corrupção na estrutura pública brasileira em todas as instâncias, desde a prefeitura, passando pelos Estados, pelo Governo Federal e pelas empresas públicas.

(Soa a campainha.)

O Sr. Roberto Requião (Bloco Maioria/PMDB – PR) – A responsabilidade dos controladores tem de ser definida com clareza, porque estamos examinando a responsabilidade de membros dos conselhos de administração das empresas, estamos examinando a responsabilidade de diretores, mas são os controladores que colocam essas pessoas, para não aparecerem pessoalmente. São prepostos, são mandaletes ou, se V. Ex^a preferir, pistoleiros de aluguel muito bem remunerados, enquanto os corruptores ficam atrás, com o controle acionário dominante e efetivamente exercido dessas empresas. O outro aspecto é a Petrobras. Há uma guerra contra a Petrobras. A Petrobras é uma empresa essencial para o desenvolvimento do Brasil, para o estabelecimento de um País soberano, para os conceitos nacionais. Faço uma comparação agropecuária: se uma vaca está tomada por carrapato, a solução não é a eliminação da vaca; basta se aplicar, no caso da vaca, o Neguvon. Mas a Petrobras foi tomada por carrapatos e por predadores, mas interesses externos, que querem nos manter na condição de um País de terceira linha, produtor de *commodities*, querem, em cima disso, acabar com a Petrobras, ou fatiá-la, ou dão sugestões de que a Petrobras se desfaça de ativos e de terminadas operações, como eu vi, no plenário, na palavra de um colega nosso, que a Petrobras deve se manter como uma empresa para prospecção e extração de petróleo. Esse é o suicídio da proposta de um país soberano, de uma proposta nacional

e de independência. Então, a defesa dura da Petrobras e a exigência de que os verdadeiros predadores sejam punidos. Por outro lado, estive dando uma olhada na tal lista, e, como nós conhecemos esse mecanismo de financiamento de campanha, muitas das pessoas apontadas podem ter recebido subsídios econômicos para o processo eleitoral sem ter a noção exata de onde vieram. Portanto, a lista tem que ser olhada com precaução. Ao mesmo tempo, quero elogiar o trabalho bonito do Juiz Sérgio Moro, do Paraná, que conheço, pessoalmente. É um homem de uma seriedade absoluta. E ninguém espere, como diz também uma parte da mídia que estaria no nosso campo, Senadora, que a mulher dele é assessora do PSDB, o que não é verdade. O juiz é correto.

(Soa a campainha.)

O Sr. Roberto Requião (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O juiz, independentemente de coloração partidária, vai agir contra todas as pessoas envolvidas nos limites da lei. Os vazamentos existiram. O juiz preside esse inquérito. Ele diz “não” ou “sim” para reivindicações e requerimentos da Polícia Federal e do Ministério Público. E os vazamentos que existiram, certamente, não são vazamentos da iniciativa do Juiz Sérgio Moro, mas são devidos à complexidade e ao número de pessoas envolvidas em uma investigação dessas. O juiz tem que ser prestigiado. Ao mesmo tempo, temos que olhar essa lista inicial com a devida cautela. Ela pode ter envolvido algumas pessoas que entraram nesse processo sem saber exatamente o que faziam. Temos que prestigiar e aprofundar essa investigação. O Brasil precisa disso. Ao mesmo tempo, insisto, devemos defender...

(Interrupção do som.)

O Sr. Roberto Requião (Bloco Maioria/PMDB – PR) –... com unhas e dentes a integralidade da Petrobras (*Fora do microfone.*).

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Requião. Como imaginava, eu o incluo, na íntegra, ao meu pronunciamento, que, creio, foi extremamente beneficiado com as observações de V. Ex^a.

Afinal, temos simetria em relação às opiniões que dizem respeito à necessidade de defesa da Petrobras contra os ataques que ela vem sofrendo, sabendo-se que o problema não é dela. O problema é de quem rouba a Petrobras.

No que diz respeito à reforma política e ao projeto de lei em relação ao qual V. Ex^a apresentou emenda, num momento mais do que oportuno, porque é o único projeto, Senador Paim, que está pronto para ser votado aqui, no plenário, ele é de minha autoria. O Relator é o Senador Requião, que apresentou emenda proibindo o financiamento privado, o financiamento de empresas às campanhas eleitorais.

Quero dizer que, assim como a Presidência da Casa se comprometeu com V. Ex^a, também atendendo a um pleito do Senador Humberto Costa, aqui presente, o Presidente da Casa, Renan Calheiros, na reunião do Colégio de Líderes, comprometeu-se e disse que esse será um dos próximos projetos a serem analisados neste plenário, o que é importante.

Repto, como V. Ex^a também registra – e é necessário que se enfatize –, que precisamos combater a corrupção e os corruptos, mas a causa da corrupção é necessário, é imprescindível que seja atacada, que seja enfrentada. Sem dúvida nenhuma, hoje, a maior causa é a possibilidade do financiamento empresarial às campanhas eleitorais.

Muito obrigada. Obrigada mesmo, Presidente, pela benevolência do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Vanessa Grazziotin. Como orador inscrito, conforme permuta, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, povo do meu Estado, Pernambuco, povo brasileiro, como já tive oportunidade de externar por meio de nota, na noite da última sexta-feira, foi com surpresa e indignação que recebi a notícia de que o meu nome está entre os dos Parlamentares contra os quais a Procuradoria Geral da República manifestou-se pela instauração de inquérito para a apuração de fatos ligados à Operação Lava Jato.

Surpresa, porque, em três décadas de vida pública, não há qualquer ato que eu tenha praticado do qual possa me envergonhar ou que envergonhe todos aqueles que me elegeram para diversos cargos ao longo da minha vida política. Não me considero melhor nem pior do que ninguém, mas sempre pautei minha conduta pela lisura, pela correção, pelo respeito à coisa pública e, especialmente, pelo respeito àqueles que sempre me honraram com seus votos e sua confiança.

Jamais os mandatos que exercei e os cargos públicos que ocupei foram desonrados por comportamentos incompatíveis com a retidão pela qual sempre pautei o exercício da minha atividade política. De tudo isso, decorre também a indignação com que encarei a abertura desse inquérito, uma sensação de profunda injustiça, por ser envolvido em um processo com o qual nada tenho a ver.

Pela segunda vez na minha história, sou submetido à tortura pública de responder por algo alheio aos meus atos, como ocorreu na Operação Vampiro. De 2006 a 2010, fui submetido a todo tipo de linchamento moral e acusações torpes. Minha honra foi atacada, macularam minha vida pública, impingiram sofrimento sem tamanho a mim e à minha família, para, ao final, o mesmo Ministério Público que me havia denunciado pedir à Justiça Federal a minha absolvição, pela convicção da minha inocência, o que foi acatado pela unanimidade – unanimidade! – dos desembargadores do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Agora, lamentavelmente, a história se repete com essa Operação Lava Jato.

Novamente sou lançado à arena do espancamento público e ao açodado tribunal da culpa prévia, no qual um pedido de investigação, baseado em elementos frágeis – e eu vou mostrar que os elementos são frágeis –, é antecipadamente transformado em sentença condenatória nos veículos de comunicação e nas redes sociais.

Eu quero pedir aos brasileiros e às brasileiras que estão acompanhando neste momento o meu discurso que entrem no site do Ministério Público Federal e procurem lá a Petição nº 5.256, e tirem, cada um dos senhores e cada uma das senhoras, a sua conclusão quanto à consistência desse pedido de abertura de inquérito contra mim.

É um documento de 20 páginas, das quais não mais que duas trazem especificamente as informações que redundaram na abertura do inquérito. A primeira parte dessas informações vem de declarações do Sr. Paulo Roberto Costa, ex-Diretor de Abastecimento da Petrobras, réu confesso, no âmbito da delação premiada que prestou.

Ele conta que foi procurado por um amigo meu, o Sr. Mário Beltrão, que a ele teria pedido R\$1 milhão para a minha campanha ao Senado em 2010. E diz o Ministério Público, baseado no depoimento do Sr. Paulo Roberto Costa, abro aspas: "que, então, o depoente [ou seja, Paulo Roberto Costa] determinou a Alberto Youssef que ele disponibilizasse a quantia solicitada, que não tem conhecimento de como Alberto Youssef disponibilizou essa quantia", fecho aspas. Disse mais: "É da cota do PP". Não sei se o PP havia autorizado fazer isso, mas disse que foi da cota do PP.

Vamos, então, a outra e última parte da informação em que se baseia o pedido da abertura de inquérito, a da delação do Sr. Alberto Youssef, outro réu confesso, que foi confrontada à fala do Sr. Paulo Roberto Costa. Diz o Ministério Público, abro aspas: "que, em relação a eventual doação para campanha eleitoral de Humberto Costa, em 2010, esta não passou." Repito ao Brasil que Alberto Youssef disse: "não passou pelo declarante", ou seja, por Youssef, a quem Paulo Roberto disse ter determinado o dito repasse.

"Que pode ser que Paulo Roberto tenha feito o repasse por outros meios ou que tenha providenciado para que alguma empresa o fizesse diretamente", fecha aspas.

Ou seja, Paulo Roberto disse que determinou a Alberto Youssef que ele disponibilizasse recursos para a minha campanha, mas que não sabe se Youssef o fez. Youssef diz que isso nunca lhe chegou e que nada dessa natureza passou por ele, que foi um engano de Paulo Roberto.

No meio desse espetáculo de incoerências e contradições, de conflitos gritantes entre os depoimentos dos dois réus, que fulminam completamente essa informação de doação de recursos, parece incrível que alguém tenha encontrado elementos para a abertura de um inquérito. Eu só posso atribuir à tensão que nesses dias os integrantes do Ministério Público viveram. Eu só posso atribuir à pressa de entregar à imprensa nomes que passassem a ter o julgamento sumário que estão tendo até agora.

Mas eu quero ressaltar ainda mais alguns trechos da fala dos dois réus.

Diz o Ministério Público, baseado na declaração do Sr. Alberto Youssef, que, abre aspas: "Alberto Youssef, questionado sobre a pessoa de Mário Beltrão, também disse não o conhecer e que não conhece Humberto Costa e nem qualquer dos seus assessores", fecha aspas.

Completo esse depoimento com a fala do Sr. Paulo Roberto, segundo o Ministério Público Federal. Abre aspas: "que Paulo Roberto fez diversas reuniões e teve diversos encontros em que Humberto Costa e Mário Beltrão estavam juntos, mas nunca para tratar desse assunto de valores para campanha ou de irregularidades envolvendo a Petrobras."

E agora, o que diz o Ministério Público?

Qual o delator que diz a verdade? Os dois estão dizendo a mesma coisa: que eu jamais me reuni com nenhum deles para pedir qualquer coisa que fosse ilegal nem para pedir recurso de campanha. Então, lamentavelmente, essa é uma peça muito frágil.

Obviamente, tive muitos encontros públicos com o Sr. Paulo Roberto Costa, ao lado de uma série de políticos e de outras autoridades de Pernambuco, em razão de ele ser, na época, diretor de Abastecimento da Petrobras e de todos estarmos envolvidos nos esforços para a instalação da Refinaria Abreu e Lima, do polo petroquímico, da fábrica de PET, obras de imensa envergadura para o Estado.

Mas, como fica evidenciado na fala dos réus, jamais houve qualquer relação minha com o Sr. Paulo Roberto que não fosse pública e institucional. O Sr. Alberto Youssef, não o conheço, nunca o vi na minha vida e, em razão disso, jamais poderia ser tratada com ele qualquer doação para a minha campanha, como o próprio Sr. Youssef reconheceu.

O trecho da delação do Sr. Paulo Roberto Costa em que a minha campanha de 2010 aparece citada é completamente vago e impreciso. Ele – reitero aqui – joga para o Sr. Youssef a responsabilidade por eventual doação, tema do qual o mesmo Youssef reconhece jamais ter tratado. Portanto, é uma doação fantasma.

Os dois depoimentos, dessa forma, se afundam e se anulam em suas evidentes contradições, em seu “descompasso” – para usar aqui uma expressão da própria Procuradoria-Geral da República –, tornando insubstancial a fundamentação de um inquérito para investigar o que, de fato, não existe, como eles mesmos reconhecem.

Mas há outras incoerências. Vejam esta:

Por outro lado, quero chamar atenção também para outro trecho da petição, constante das páginas 15 e 16, em que a Procuradoria-Geral da República diz o seguinte – abre aspas:

“Embora não especificamente referido nos depoimentos citados (ou seja, faz-se aqui uma leitura para além do que está nos autos), é de se considerar que as razões para a solicitação feita por Mário Beltrão, em benefício e com a possível aquiescência e participação de Humberto Costa, têm estreita relação com o cargo ocupado por ele – Senador da República, líder do PT no Senado –, e com a própria manutenção de Paulo Roberto Costa como diretor de Abastecimento da Petrobras.”

Fecho aspas.

Senhores, senhoras, Srs. Senadores, Sras Senadoras, sejamos razoáveis! As ilações imputadas a mim são referentes à campanha eleitoral de 2010, quando eu disputei uma vaga para este Senado, num processo extremamente acirrado, contra o ex-Vice-Presidente da República, pessoa honrada, o então Senador Marco Maciel. Como é que a Procuradoria-Geral da República diz no pedido que fundamenta a abertura do inquérito que essa suposta doação tinha estreita relação com o cargo ocupado por mim, de Senador da República e Líder do PT no Senado se, em 2010, eu nem mandato eletivo tinha, eu era um simples candidato a partir do dia 1º de julho daquele ano? Não podia ser Líder do PT também porque não era Senador. Fui Líder do PT em 2011. Isso mostra a fragilidade da peça que está sendo apresentada ao Supremo Tribunal Federal para abrir inquérito sobre alguém que não é melhor nem pior do que ninguém, como eu disse, mas uma pessoa que tem história, passado, decência, honradez, assim como os integrantes do Ministério Público, a quem respeito.

Como é que uma premissa falsa como essa pode constar em um pedido de abertura de inquérito? Como é que usam erroneamente cargos que em 2010 eu não ocupava, eu que não era nem detentor de mandato naquela época, para dizer que os utilizei com a finalidade de conseguir eventuais doações?

Como é que usam cargos que eu não tinha para dizer que eles geravam “estreita relação com a própria manutenção de Paulo Roberto Costa como diretor de Abastecimento da Petrobras? Como se eu, um simples candidato, tivesse poder para tirar ou para manter o Sr. Paulo Roberto Costa como diretor da Petrobras!

A não ser que ele tivesse uma visão de futurologia, a não ser que ele tivesse de fato consultado Mãe Diná ou alguém que tivesse essa capacidade de prever o futuro e dizer: “Ah, esse cidadão vai ser eleito Senador.” “Então eu vou dar esse dinheiro a ele, porque ele, sendo Senador eleito, com a minha ajuda, ele vai me ajudar a ficar aqui.” Nem uma criança de cinco anos de idade é capaz de acreditar num argumento como esse!

Usaram, erradamente, cargos que eu não detinha para dizer até que eles seriam fiadores da manutenção do Sr. Paulo Roberto na função que exercia. É um absurdo, é um erro gritante que não posso deixar aqui de denunciar. De forma que, apesar de cultivar a serenidade, tenho que externar a minha profunda indignação com o que ocorreu.

Tenho imenso respeito pelas instituições republicanas e por seus membros. Dedico o mais profundo respeito e a maior admiração ao Procurador Rodrigo Janot. Tive a oportunidade de dizer, em vários momentos em que ele aqui esteve, que, dos Procuradores-Gerais cuja trajetória acompanhei, ele tinha sido aquele por quem eu tinha maior admiração, exatamente por seu cuidado, por sua preocupação em entender que ele é hoje o homem mais poderoso da República. O Procurador-Geral da República, pasmem os senhores, é o homem mais poderoso da República, porque ele tem o poder de acusar ou de inocentar alguém antes desse alguém ser julgado – porque no Brasil é assim: o nome saiu, é bandido; o nome é citado, é ladrão. E sempre

admirei a postura do Dr. Janot porque ele nunca agiu dessa maneira. Portanto, acho que foi um ponto fora da curva neste momento.

E digo mais: reservo-me aqui o direito de manifestar o meu enorme inconformismo em relação a esse pedido de abertura de inquérito que me afeta.

Já disse e reitero: todas as doações de campanha que recebi foram legais, foram registradas, auditadas, julgadas e aprovadas pela Justiça Eleitoral. O fato de parte dos recursos que legalmente recebi na campanha de 2010 vir de empresas que estão sendo investigadas no contexto da Operação Lava Jato não é, por si só, motivo de suspeição e, muito menos, motivo de abertura de inquérito, porque, se fosse, a PGR teria de abrir inquérito para investigar 150 Parlamentares federais que também receberam legalmente recursos dessas empresas em 2010, de partidos os mais diversos, do PT ao PSDB.

Nas eleições de 2014, segundo levantamentos que realizei, foram 250 Deputados Federais e Senadores que contabilizaram recursos dessas empresas para as suas campanhas e, ao que me consta, não foram abertos inquéritos nessa quantidade para qualquer investigação.

Registro, então, a minha total incompreensão em razão desse inquérito aberto no Supremo Tribunal Federal. Mas não esmorecerei. Não baixarei minha cabeça porque sou inocente. Vou encarar mais essa luta de pé, porque sou inocente e tenho a correção da minha vida para mostrar ao povo brasileiro.

Nessa jornada, conto com a solidariedade do povo de Pernambuco, que tem manifestado de maneira muito tocante o seu apreço e a sua confiança por mim em incontáveis mensagens de apoio. A todos, agradeço imensamente pela força que me têm dado neste momento tão difícil do meu mandato e da minha vida. Ao final, não tenho dúvidas de que esse procedimento será arquivado no STF pela total insubstância dos fatos apresentados e, uma vez mais, provarei que fui envolvido, de forma injusta e desarrazoada, em um processo sobre o qual nada tenho a responder. Será a melhor forma de devolver a todos vocês, pernambucanos e pernambucanas, a confiança que depositaram em mim: provando a honradez que pauta a minha conduta e o exercício do meu mandato, e o respeito por cada voto que recebi.

Quero, neste momento, apenas pedir a duas autoridades da Nação a quem respeito muito duas coisas.

A primeira delas é o Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes. Ministro Gilmar, devolva, para o Plenário votar, a ação direta de constitucionalidade que proíbe o financiamento por empresas privadas das campanhas eleitorais. Esse é o nó da questão, esse é que é o grande problema que nós vivemos hoje, e não há mais como fugir dele.

Senadora Ana Amélia, V. Ex^a, a qualquer momento, pode estar sujeita a uma situação como essa. Basta que alguém que contribuiu formalmente com a campanha de V. Ex^a diga: "Eu dei isso porque ela fez isso ou fez aquilo em troca."

Nós não podemos mais continuar vivendo a atividade política como sendo uma atividade de risco. E ela é uma atividade de risco hoje, porque uma doação legal pode ser criminalizada. Estão querendo cassar o mandato da Presidenta usando também esse argumento de doações legais que foram feitas. Que País é este?

Portanto, Ministro Gilmar Mendes, entregue esse seu pedido de vista para que o Supremo Tribunal Federal vote e se proíba empresa privada de financiar campanha no Brasil. Os brasileiros que vão para a rua, os que vão no dia 13 e os que vão no dia 15, peçam isso também, peçam o fim do financiamento privado de empresas para as campanhas eleitorais. Senão, em breve, terão que fazer outras manifestações pelas mesmas razões que nós estamos vivendo hoje.

Há outra autoridade da República a quem eu quero fazer um apelo: é o Dr. Rodrigo Janot. Tenho absoluto e total respeito por S. Ex^a. Terei o maior prazer de votar nele se for novamente candidato à Procuradoria-Geral da República e passar por este Plenário. Mas eu quero pedir a V. Ex^a, Dr. Janot, já que infelizmente V. Ex^a assinou esse pedido com tão pouca consistência, que pelo menos apresse esse inquérito. Faça com que ele ande nestes 30 dias que V. Ex^a deu, para que em 30 dias eu possa dizer ao povo brasileiro, ao povo do meu Estado, que fui inocentado.

É só o que eu peço. Não vou lhe fazer nenhum pedido político, não sou de fazer isso, e não quero nenhum tipo de benesse. Eu quero a justiça, mas quero que ela se faça rápido, senão, estarei aqui durante um ano, durante dois anos, olhado pelas pessoas como um suspeito, como um bandido, andando nos aeroportos e ouvindo cochichos.

Dê-me esse direito, Dr. Janot. Apure em 30 dias e diga se eu tenho algum envolvimento com essa Operação Lava Jato.

Isso deve valer para todos que foram citados aqui. Vários que estão aqui, citados, eu sei que são pessoas decentes, que são pessoas de bem e que querem que isso seja passado a limpo o mais rapidamente possível.

A cabeça só abaixa quando a consciência pesa. No meu caso, não tenham dúvidas de que a minha estará erguida para lutar, até o fim, pelo que há de mais precioso na vida pública: a honra.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Líder Humberto Costa.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Sr. Presidente, eu queria,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se V. Ex^a deseja o aparte, depende somente do Líder.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – ... antes de o Senador Humberto Costa sair da tribuna... Eu não poderia ficar indiferente ao desabafo, à indignação com que o Senador aqui se pronunciou em relação à solicitação do pedido de inquérito para investigar fatos que foram trazidos pelo Ministério Público Federal, por ocasião da Operação Lava Jato. O testemunho que eu quero trazer, Senador Humberto Costa, é o testemunho da sua vida como homem público de Pernambuco. Acompanhei de perto a sua trajetória como vereador, Deputado Federal, candidato a Governador de Pernambuco em duas ocasiões e Senador da República. V. Ex^a tem uma trajetória reta, limpa, de serviços prestados ao nosso Estado e ao nosso País. Tenho certeza de que, ao final dessas investigações, mais uma vez, V. Ex^a vai provar a sua seriedade, a sua probidade, a sua correção e a força com que V. Ex^a abraça as causas justas em favor do povo de Pernambuco e do Brasil.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, a generosidade de suas palavras. Incorpo-o ao meu discurso e agradeço, novamente, ao Presidente pela sua tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Líder Humberto Costa, que mostrou toda sua indignação por seu nome ter sido citado na falada e famosa lista da Operação Lava Jato.

Passamos a palavra à nobre Senadora Ana Amélia.

O Dia das Mulheres foi ontem; por isso que, como era ele, ele concordou que eu chamassem a senhora. Ele vai falar em seguida.

Mas o Dia das Mulheres são todos os dias, não é Senadora?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Paulo Paim e, especialmente, Senador Alvaro Dias, que fez esse ato de gentileza – agradeço-lhe muito –, caros colegas Senadores, nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, eu ia começar meu pronunciamento falando sobre o pronunciamento da Presidente da República ontem. Mas, diante do que acabamos de ouvir aqui na tribuna, eu vou inverter a ordem.

A frase do Senador Humberto Costa, que deixou a tribuna, pedindo ao Procurador da República – e gostei muito de ele dizer que votará por sua recondução, se ele for submetido a isso, e também terá meu voto – que o Ministério Público faça a apreciação, assim como o Supremo. O Ministério Público porque é ele que terá de fazer a denúncia, se confirmada algumas das denúncias contidas no depoimento do doleiro ou de Paulo Roberto Costa.

A pressa, no caso, será em nome da justiça, em nome da correção, em nome da defesa da relevância e, sobretudo, do respeito às instituições. Nós fomos eleitos e temos o compromisso de dar explicação a nossos eleitores. O Procurador da República, como os Ministros do Supremo, participaram de um concurso público, são agentes de Estados e têm de exercer suas funções com a independência com que vêm agindo até agora. Ministério Público, Polícia Federal e, sobretudo, Poder Judiciário.

Agora, o tempo do julgamento na área política é crucial. E posso dizer isso com muita segurança, porque fui jornalista durante quase 40 anos, mas nunca feri e critiquei injustamente, eu sempre me baseei em fatos.

Agora, como Parlamentar... E a política é perversa, é sim. Porque a qualquer cidadão é permitido fazer coisas que a um político, que é um ser humano, não é permitido fazer. Muito simples.

Então, nós somos aqui submetidos a esse julgamento, que tem que ser feito, porque a nossa missão é esta: estamos representando o povo que confiou em nós para vir aqui fazer um trabalho sério e decente. E não tenho dúvida, neste Senado, de que a maior parte dos Parlamentares que estão aqui está com esse compromisso e tem essa responsabilidade.

Na campanha eleitoral, meus caros Senadores, eu fui acusada pelos adversários de ter sonegado uma informação injustamente. Eu estava liderando todas as pesquisas até o final. Aí o adversário disse que não inclui na minha declaração uma propriedade rural que eu tinha. Mas sabe por quê? Ela estava declarada no espólio do inventário não finalizado do meu marido, que faleceu em 2011. Ela estava declarada. A Receita Federal declara. Em nenhum momento, esse delito foi delito. Seria delito se eu colocasse na minha declaração uma propriedade que não me pertencia, porque era compartilhada com as outras herdeiras, filhas do meu marido.

Senador Blairo – V. Ex^a foi Governador de Estado e sabe a perversidade que é esse processo –, o julgamento dessa acusação pela Justiça Eleitoral só aconteceu depois de passado o pleito. Esse reparo não existe. O dano foi feito. Não condeno os eleitores, mas não é justo o processo e o tempo do julgamento, que teria que

ocorrer, necessariamente, enquanto estivesse correndo a campanha. Isso vale para qualquer um: para os meus adversários políticos ou para um correligionário político. A Justiça é para todos!

Depois, recebi o arquivamento do processo. Já havia passado tudo, Senador Fernando Bezerra. Já havia passado. E eu não estou aqui para fazer uma revanche, porque vou processar, eu vou processar. Já constitui advogado para processar as pessoas que fizeram isso comigo, porque o valor maior que eu tenho é o meu patrimônio pessoal. Não é o dinheiro da herança que eu recebi, não é o que eu posso comprar com o salário. Não, não é. O maior patrimônio que qualquer pessoa tem é o seu nome limpo, é o seu patrimônio pessoal, é o respeito que as pessoas têm, da forma como o senhor, Senador Fernando Bezerra, aqui, pernambucano, fez o aparte ao Senador Humberto Costa.

A dignidade que nós preservamos é o bem maior – é o bem maior – e, por isso, quanto há injustiça, ela é muito mais grave e dolorida quando você sabe que está sendo injustiçado.

Às vezes, ficamos emocionalmente doentes, Senador Blairo Maggi, por conta do contágio de uma injustiça. V. Ex^a sabe do que eu estou falando, sabe como ela afeta as pessoas. Ela é pior do que o câncer. A injustiça é pior do que o câncer, porque o câncer pode ter cura, mas a injustiça não tem cura. Não tem cura a injustiça.

E eu não estou aqui hoje porque o meu Partido, lamentavelmente, para mim, com muita tristeza e preocupação, é o que tem o maior número de Parlamentares citados na relação do Ministro Teori Zavascki, especialmente do meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Isso me dói muito, mas a minha régua moral é a mesma que eu uso para o adversário e para o meu correligionário. Todos devem ter o direito de plena defesa, mas se forem inocentados, a injustiça não cura. O desgaste político já está feito – já está feito. É como a calúnia: espalha e você não tem como recolher todas as penas.

E é exatamente por isso que estou aqui, porque, de maneira muito equilibrada, com muita responsabilidade, no âmbito do partido, as instituições partidárias são entes permanentes. Passageiros somos nós, que estamos, eventualmente, hoje, exercendo um mandato.

Mas o partido, não. Ele é perene, tem uma história de começo, meio e continuará existindo. É maior, a instituição. O Poder Judiciário, o Supremo é maior que os ministros que estão ali. O Ministério Público, da mesma forma. A Polícia Federal, da mesma forma. E eu estou, aqui, dizendo que a minha régua moral é igual para o adversário e para o meu correligionário. E exercendo, todos, essa defesa porque estamos num estado de direito. Que bom que estamos num estado de direito. Não haveria esse imediato julgamento, pré-julgamento ou linchamento moral, mas o desgaste já existe para os citados e, também, para o nosso Partido.

Estamos fazendo, Senador Paim, uma reflexão profunda e com muita responsabilidade no âmbito partidário. Daqui a pouco, o nosso Presidente, lá no Rio Grande do Sul, Celso Bernardi, um dos nomes mais respeitados da política, um homem de integridade – orgulha-me muito ser liderada por ele –, reunirá todos os nossos Deputados para, com ele, avaliarem a situação e os procedimentos a adotar.

E eu, aqui, repito o pedido que fez o Senador Humberto Costa: que haja rapidez. Que haja rapidez para que os inocentes não sejam injustamente condenados. Mas quem for confirmado como réu nesse processo terá de pagar exemplarmente pelo crime cometido, pelo crime que envolve corrupção, desvio de dinheiro público e a destruição da maior empresa que nós temos, que é a Petrobras. Ela foi destruída, ela foi descapitalizada, ela foi moralmente atacada na sua essência, que é a credibilidade. Nós precisamos fazer isso.

E nessa lista há nomes muito importantes desta Casa. A perplexidade maior é exatamente por isso. O Presidente da Casa, o Presidente da Câmara, lideranças expressivas em todos os segmentos das Bancadas no Congresso Nacional. Isso, de certa forma e seguramente, Senadores, contaminará todo o processo do trabalho legislativo nesta Casa, que já está atrasado, muito atrasado. Nós precisamos, exatamente... Daí a relevância de que o Procurador da República o faça e o Poder Judiciário trate essa questão com a excepcionalidade que ela merece, não para beneficiar ninguém, mas é para que esta Casa não paralise, que a Câmara não paralise, que o Congresso não sangre em mais uma crise política, que é uma crise de todas as ordens, crise econômica do País, crise moral.

Nós precisamos, nós todos, com senso de responsabilidade, agir dessa maneira e dizer o seguinte também: que essa crise não atinge só o Legislativo. É injusto também imaginar que são só agentes políticos com mandatos na Câmara e no Senado. Foi uma organização muito bem engendrada, porque quem se vende é porque alguém comprou. E é preciso, então, que tenhamos com essa questão o devido equilíbrio para saber quem foi vendido, quem foi comprado e quem comprou. E comprou por quê? Para ter uma votação aprovada? Um tema de interesse? Quem comprou?

Por isso que nós temos que ter, no senso da justiça, a clareza de não jogar às feras apenas um grupo de agentes que teve, sim, responsabilidade. Claro que teve. Não vamos tapar o sol com a peneira, não sejamos avestruzes. Mas é preciso que a gente identifique claramente quem comprou o que, quem comprou e por que, como esse processo se deu, e quem estava em tudo isso que foi desvendado nessa Operação Lava Jato.

Quero agora, Srs. Senadores, Sr. Presidente, dizer que ontem eu assisti, com muita tranquilidade, com o senso que teremos aqui no Senado, o pronunciamento da Senhora Presidente Dilma Rousseff. A Presidente da República tem uma liderança sobre a administração de uma das mais agudas crises que o País está vivendo, do ponto de vista da gestão pública e do ponto de vista da crise econômica. E, quando nós vivemos uma realidade, quando eu digo que quero que a punição seja exemplar, se o meu correligionário tiver culpa, é preciso também reconhecer o erro que se comete.

O reconhecimento dos erros é um ato não de humildade, mas é um ato de respeito à população e ao cidadão. Se você está pedindo ao cidadão um sacrifício, você tem que dizer a esse cidadão que você está dando exemplo.

E o Governo ainda não teve, Senador Alvaro Dias, o gesto de dizer “cometemos equívocos ao longo de 2014. Não tivemos cuidado com as contas públicas, gastamos demais numa campanha eleitoral.”

E aí, para mim, está o grande problema da reeleição. É aí que está o problema da reeleição. Prefeitos, governadores, presidente da República, no ano da reeleição, cuidam só da reeleição, esquecem que têm de apertar os cintos. Mas não é politicamente correto apertar os cintos num ano de eleição, e aí nós afundamos em déficits, em dívidas.

Eu gostaria que a Presidente da República... E vou ajudar aqui no que for possível, no que for aceitável como compromisso para resolver o problema da economia brasileira. Ajudarei aqui sim, Senador Paim, menos naquelas questões que representarão prejuízos de direitos dos trabalhadores, da classe assalariada, ou que comprometam o desenvolvimento da economia brasileira, com a retirada da nossa competitividade, como, por exemplo, o aumento de impostos ou o massacre à classe média. Vamos encontrar formas de sair dessa crise. Eu vou ajudar, dentro do limite.

Agora, eu gostaria sinceramente que a Presidente, além de dizer e admitir os erros ou os equívocos na gestão do ano passado, do ano anterior, também dissesse: “O Governo vai cortar na carne, vai reduzir Ministérios, vai fazer uma série de cortes em diárias, em viagens, em cartões corporativos” – cartões com os quais não sabemos em que é gasto o dinheiro do povo. Se a Presidente dissesse isso como sinalizador... Um País que tem 39 Ministérios. Trinta e nove! Eu não sei se a Presidente sabe o nome de cor de todos os seus Ministros.

Com muita alegria, concedo um aparte ao Senador Blairo Maggi.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Quero cumprimentar V. Exª pelo pronunciamento e pelo posicionamento que está tendo neste momento. Estou ouvindo aqui atentamente seu discurso, com o qual concordo em gênero, número e grau, mas pedi para fazer um aparte justamente no momento em que V. Exª fala da contribuição do Governo para reduzir ou amenizar a crise que aí está. Eu acho que, sempre que as coisas apertam... E o que está acontecendo no País não é muito diferente do que acontece nas nossas casas: se gastamos a mais em determinado momento, o chefe da família ou a chefe da família tem que chamar todos e dizer: “Olha, nós pulamos o ‘corguinho’, como dizem; nós gastamos além da conta e precisamos agora nos ajustar”. E há duas maneiras de se fazer isso: ou todo mundo trabalha mais para produzir mais dinheiro para essa casa, ou se reduzem as despesas. O certo é fazer os dois: aumentar a receita e diminuir a despesa. Vejo que o Governo, neste momento, pede a nós, brasileiros, a quem está nos ouvindo e assistindo, que façamos mais um sacrifício. Penso que nenhum filho desta Pátria amada vai fugir do sacrifício, mas também quer o exemplo daquele que está pedindo. Aí eu concordo com V. Exª quando diz: “Onde está o exemplo do Governo neste momento?” Redução de Ministérios, redução de cargos de confiança, diminuição das passagens, viagens, estadias, congressos, um monte de coisas, uma série de coisas que podem ser feitas. Às vezes, o resultado financeiro não é tão grande, mas ele...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É o gesto.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR – MT) – Exatamente, é o gesto, o simbolismo disso. “Se eu lhe peço um sacrifício, a minha parte é esta.” E outra coisa, Senadora Ana Amélia, que também me parece que falta neste momento é que, se temos o problema, se admitimos o problema... Acho que essa parte que V. Exª coloca, que a Presidenta tem que reconhecer os erros, já foi feita. Ela não disse verbalmente isso, mas, pelas atitudes, sim. Se está pedindo para se recompor é porque algo estava errado. Mas eu não vejo o Governo dizer o seguinte: “Olha, o problema é A, a causa é B, a solução é C, e vamos trabalhar nessa direção”. Não vejo assim. Vou dar um exemplo do que nós discutimos neste momento no Brasil, a questão da crise energética. Temos um problema de falta de água, uma questão hídrica? Temos. Mas, se o País crescesse o normal, que nós todos gostaríamos, 3%, 4% ao ano, não teríamos energia, porque nós não produzimos o suficiente. Lembro-me de quando houve o apagão em 2002. Fernando Henrique Cardoso, ainda presidente da República, criou um programa chamado Proinfa e chamou os empresários que eram ligados a essa área, ou que tinham potenciais hidrelétricos em suas propriedades, enfim, que pudessem levantar isso. Criou um programa e, em poucos anos, nós tivemos um salto no crescimento nessa questão da hidrelétrica no País. Estou citando como exemplo porque,

nesto momento, a crise energética é grande, a reclamação é grande. Senadora Ana Amélia, em Mato Grosso, um empreendimento que pede a ligação, neste ano, de uma quantidade x de energia só em 2017, 2018, terá essa liberação! Como é que o País vai crescer desse jeito? O que estou dizendo é o seguinte: o Governo deveria, urgentemente, reprogramar-se! Para cada um dos problemas que nós temos, coloque um projeto para a solução no futuro, e vamos todos nós trabalhar! Estamos sendo destruídos – e estamos nos autodestruidos – com aumento de impostos, diminuição do faturamento das empresas, diminuição da oferta de trabalho. Eu diria o seguinte: ainda vai piorar muito antes de melhorar. Esse é o grande problema, e eu não vejo a reação. O seu discurso vem nesta direção: um discurso para cobrar do Governo um posicionamento.

(Soa a campainha.)

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR – MT) – Quanto à questão da Petrobras e outros pontos, também terei a oportunidade de usar dessa tribuna ainda hoje, para falar um pouco do que eu acho da situação. Parabéns pelo seu pronunciamento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Agradeço muito, Senador Blairo Maggi, porque V. Ex^a me deu uma visão mais completa ainda desta abordagem singela que faço aqui. Faço usando o chamado senso comum. É o senso comum, Senador Blairo Maggi.

V. Ex^a, desta mesma tribuna – pois minha memória funciona –, fez um discurso para defender o Bolsa Família, que é o programa social mais importante do Governo e que todos nós defendemos. O que nós queremos é que ele seja um programa de Estado, e não apenas um programa de Governo, e que ele permaneça. Passe Governo, entre a oposição, continue o Governo atual, esse programa tem que ficar como programa de Estado. Lembro, como se fosse hoje, o senhor falando daqui.

E o senhor usou dois dados que me deixaram muito preocupada naquele momento, muito antes desse ajuste. O que o senhor disse aqui? Que o Programa Bolsa Família era representado por um investimento de R\$24 bilhões – muito expressivo, muito relevante. Esse é o programa vitrine do atual Governo. Mas V. Ex^a, daí, entrou em outro programa, o Seguro-Desemprego, e V. Ex^a lembrou, muito apropriadamente, que estávamos vivendo em 2014 um nível de emprego muito maior do que o de hoje – muito maior –, e o Seguro-Desemprego consumia R\$48 bilhões! O que era isso? Uma falta de eficiência da máquina pública na fiscalização.

E agora nós vamos penalizar o trabalhador pelo erro do Governo! A falta de fiscalização e de controle, alguma coisa estava errada. Formaram-se máfias em torno disso, e aí o prejudicado vai ser o trabalhador, que agora, numa situação social de economia retraída, vai buscar o seu direito.

Veja só: é essa a questão, Senador Blairo Maggi, é muito sutil. O senhor disse que a Presidente admitiu que está ruim a situação – e está –, mas que é diferente de a pessoa, com clareza, dizer: “Brasileiros e brasileiras, meus conterrâneos, meus patrícios – o que quiser dizer –, população da minha terra, meus eleitores, nós cometemos esses equívocos e agora nós vamos, antes de pedir o sacrifício para vocês, fazer isto, isto e isto”. Isso não aconteceu. E o tempo político é inexorável. Se não tomarmos a decisão certa na hora certa, Senador Fernando Bezerra, não adianta. E vivemos hoje um problema muito sério, que é o problema da credibilidade.

Assumir a liderança de um processo desses requer disposição, coragem, vontade e tolerância. Não podemos ser soberbos nem aqui, nem no Judiciário, nem no Ministério Público, nem na Polícia Federal, nem do outro lado da Praça dos Três Poderes, no Poder Executivo. Nós temos que agir com responsabilidade, com equilíbrio, comprometidos com o interesse nacional.

Então eu, ao ouvir o pronunciamento da Presidente, penso que ficou faltando isso.

Apesar de tudo isso, assumo aqui o compromisso de ajudar. Ajudar, sim, naquilo que não comprometa direitos adquiridos – porque se falou “nem que a vaca tussa”. Então, é o discurso e a prática. Eu vou trabalhar, e, quanto à questão da Operação Lava Jato, quanto mais rápido as instituições trabalharem, melhor será para o País, porque esta Casa e Câmara Federal têm desafios enormes em relação a esse processo. E repito a minha frase: a minha régua moral é a mesma para o adversário e para o meu correligionário.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Amélia.

Agora, como Líder, fala o Senador Alvaro Dias, e eu leio o seguinte ofício.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Presidência designa o Deputado Ezequiel Teixeira, como membro titular, em vaga existente, para integrar a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, conforme **Ofício nº 56, de 2015**, da Liderança do Solidariedade na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o ofício:

Of. n° 56 Solidariedade/2015 – LID

Brasília, 4 de março de 2015

Assunto: Indicação de Comissão.

Senhor Presidente,

Referindo-me à composição da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, indico a Vossa Excelência o Deputado **Ezequiel Teixeira** como **Membro Titular** para a vaga destinada à bancada do Partido Solidariedade.

Na certeza de sua compreensão, expresso meus sinceros agradecimentos.

Atenciosamente, – Deputado **Arthur Oliveira Maia**, Líder Solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a palavra, o Líder Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras Senadoras, hoje devo falar sobre o Paraná, sobre o fim da greve dos professores, sobre o drama vivido pelos caminhoneiros, mas, antes, eu não poderia deixar também de avaliar o pronunciamento da Presidente Dilma ontem pela TV em cadeia nacional. Aliás, esses pronunciamentos de Presidentes da República tiveram a sua época, eram muito importantes. Houve banalização nos últimos anos e, sobretudo, agora, com a Presidente Dilma, esses pronunciamentos se tornam perfeitamente dispensáveis.

Imagino que a Presidente perdeu por não ficar calada. Acho que o seu pronunciamento não acrescentou, não significou um passo adiante na recuperação da credibilidade perdida. Aliás, não há pronunciamento que convença quando a credibilidade está no fundo do poço. Depois da campanha eleitoral, cenário em que a Presidente fez promessas e alardeou a situação econômica notável do nosso País – vivíamos num paraíso –, depois dos compromissos desonrados, a sua credibilidade se perdeu de forma absoluta. E o que se pretende com um pronunciamento dessa natureza é transferir responsabilidade, como se fosse possível a transferência de responsabilidade diante de uma Nação cansada do infortúnio, do desencanto promovido por quem a governa. Lamentavelmente, a Presidente teve que ouvir o panelaço, manifestação livre e democrática de uma população que vê a sua paciência se esgotar diante das mazelas nacionais sem solução da parte do Governo. Transferir responsabilidade para a crise internacional quando outros países adotaram as providências de forma competente e superaram dificuldades? E eu indago: quais as providências que o nosso Governo adotou a partir do anúncio da crise econômica internacional? Que reforma se fez neste País desde o Plano Real?

O Plano Real foi a última grande reforma. Depois dele, não caminhamos um passo adiante em matéria de modernização do Estado brasileiro. Ao contrário, vivemos retrocessos com o modelo do balcão e do aparelhamento do Estado, fábrica de escândalos e de governos incompetentes. Houve reformas às avessas, porque o Estado brasileiro cresceu de forma exorbitante – ministérios, diretorias, empresas, coordenadorias, secretarias, departamentos, cargos comissionados – aumentando as despesas de custeio e fragilizando o caixa governamental, impossibilitado de atender demandas em setores essenciais, como a saúde, a educação, a segurança pública, enfim, no desenvolvimento do País. Lastimável.

O pronunciamento da Presidente só poderia ser confrontado com o panelaço. E não se diga que o panelaço foi organizado pela oposição partidária. Ele tem origem na oposição nacional, na oposição popular, na indignação da nossa gente diante das fraquezas e mazelas do Governo. Sim, é oposição, oposição ao *status quo*, oposição a este modelo, oposição a este Governo, oposição a estes erros, a estes escândalos, como será a manifestação do próximo dia 15 nas ruas do Brasil. Que seja uma manifestação democrática, pacífica, que traga às ruas as legítimas aspirações da nossa gente, sem confrontos da violência, da prepotência ou da arbitrariedade daqueles que, eventualmente, pensem em invadi-las para desgastar o objetivo final que é mudar o Brasil. O que se deseja é a mudança radical neste País. É por isso que a população vai às ruas no próximo dia 15.

Em relação ao Paraná, Sr. Presidente, eu gostaria de saudar os professores do meu Estado, que, com bom senso e inteligência, se entenderam, pelo menos parcialmente, com o Governo e determinaram o fim de uma greve que prejudicava 1 milhão de alunos, sendo que 400 mil deles estariam impedidos de prestar vestibular, com prejuízo, portanto, irrecuperável. Aos professores, os nossos respeitos e os nossos parabéns. E que o entendimento seja algo de rotina a partir de agora, que a relação de professores e Governo do Paraná possa ser restabelecida no nível que interessa à população do meu Estado.

Estive no último final de semana em Realeza, no sudoeste do Paraná, debatendo o Brasil com estudantes, empresários, líderes políticos, prefeitos de vários Municípios da região. E, depois, reuni-me com lideranças dos caminhoneiros do sudoeste do Paraná, que continuam apreensivos. A última mobilização dos caminhoneiros nas estradas do Brasil revela que eles são indispensáveis. Caminhoneiro longe da estrada, longe do volante do

seu caminhão é um País parado. Não há como sobreviver sem o trabalho dessa gente. E não tem sido proporcional à sua importância a atenção do Governo para com eles. Desde 2012, quando manifestação semelhante ocorreu, o Governo teve tempo suficiente para negociar, para se entender, para resolver, para superar impasse e não o fez.

Eu volto a esse assunto hoje, Senador Ataídes Oliveira. Por quê? Porque amanhã haverá uma rodada de negociação aqui em Brasília com o Ministro dos Transportes. E os caminhoneiros estão dispostos a um entendimento, mas, se entendimento não ocorrer, nova paralisação haverá, e os prejuízos são incalculáveis. Vejam: só no Estado de Santa Catarina, vizinho do Paraná, naqueles dias de paralisação nas estradas, a agroindústria, Senador Blairo Maggi, teve um prejuízo de mais de R\$400 milhões. Certamente, o meu Estado, o Paraná, não teve um prejuízo menor.

É preciso que o Governo encare essa realidade. O que eles desejam não é muito. Uma das principais reivindicações é que o Governo defina a opção por uma tabela mínima de frete nas discussões que serão realizadas amanhã. Os caminhoneiros desejam receber por quilômetro rodado. É essencial que a opção por uma tabela mínima de frete seja aceita pelo Governo. Outras reivindicações dizem respeito a crédito, a financiamento. Um Governo que financia obras em outros países, com empréstimos sigilosos, evidentemente, não pode negar àqueles que prestam serviços extraordinários ao nosso País uma linha de crédito consequente. Olhem o que se deseja: carência de 12 meses para pagamento das parcelas de financiamento para cada conjunto, caminhões, carretas e semirreboques, até o limite máximo de três conjuntos dos contratos em vigor, independentemente da modalidade contratada (Procaminhoneiro, Finame e outros) dos Transportadores Autônomos de Carga etc.

É claro que os caminhoneiros gostariam de ver a redução do preço do diesel, que é um absurdo, e essa redução pode ocorrer se o Governo trabalhar a redução do PIS e Cofins sobre o óleo diesel, redução do percentual. O Governo já fez isso em outros momentos para atender ao setor automotivo do País.

São reivindicações possíveis. Não se requer o impossível. O que ocorre é que o caminhoneiro tem hoje um custo de 112% para trabalhar. O prejuízo, a cada cinco caminhões, por ano, chega a R\$220 mil. Portanto, é impossível permanecer com essa situação.

O Senador Paulo Paim hoje presidiu um debate, na Comissão de Direitos Humanos, sobre esse assunto. Aguardamos, portanto, o evento de amanhã, com a esperança de que o Governo tenha sensibilidade para oferecer aos caminhoneiros a atenção que lhe cabe oferecer proporcionalmente à importância deles para a nossa vida, para a vida das famílias brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Há uma expectativa, de fato, muito grande sobre a reunião de amanhã, e o desenrolar da reunião de hoje pela manhã foi exatamente na linha que V. Ex^a colocou.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Senador Paulo Paim, eu não vi o Senador Ataídes...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Eu estou inscrito para uma comunicação inadiável. Eu não solicitei aparte ao Senador Alvaro Dias, mas queria, sim, lembrar à Presidência que eu estou levantando uma questão de ordem por estar inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Exato.

Como eu falava como Líder, Senador Ataídes, eu não lhe concedi o aparte, mas, se o Presidente permitir, V. Ex^a pode fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O problema não é comigo – eu sou o próximo orador. Acontece que o Senador Fernando Bezerra pediu uma questão de ordem, porque ele está com um compromisso urgente. Agora, por mim, o aparte está concedido.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não há problema, Presidente. Não há problema.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Na verdade, pedi a inscrição para uma comunicação inadiável para fazer aqui o registro, solicitando a transcrição nos *Anais do Senado Federal*, de uma matéria publicada pela revista *Veja*, neste último final de semana. E eu gostaria de rapidamente fazer a leitura.

Trata-se de um episódio lamentável protagonizado pelo Movimento dos Sem Terra.

A matéria diz assim:

Pesquisa arrasada.

Ataque de MST destrói mudas de eucalipto mais produtivo.

O agronegócio brasileiro é uma referência para o mundo, pela capacidade de inovação e pela produtividade. No ramo da celulose, as florestas brasileiras de eucalipto e pírus conseguem produzir mais matéria-prima por hectare do que espécies semelhantes em países desenvolvidos, como o Canadá e a Finlândia. Essa proeminência só se tornou possível graças ao investimento e ao empenho de pesquisadores em desenvolver espécies mais produtivas e resistentes às pragas.

Na última semana, esse trabalho sofreu uma agressão irreparável: mais de 1000 mulheres ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiram uma fazenda da empresa de pesquisas FuturaGene, em Itapetininga, no interior de São Paulo, e destruíram estufas com milhares de mudas de uma nova variedade de eucalipto que está em desenvolvimento desde 2006. A espécie transgênica (geneticamente modificada), que poderá aumentar a produção em 20%, seria avaliada por autoridades e especialistas na quinta-feira passada, para eventual liberação do plantio. A sessão foi adiada para abril, por pressão de manifestantes. O caso lembra outro ocorrido em 2006, quando uma fazenda da Aracruz no Rio Grande do Sul foi invadida por integrantes da Via Campesina. A FuturaGene pertence à Suzano Papel e Celulose, companhia brasileira que emprega 7000 pessoas, faturou, no ano passado, 4,2 bilhões de reais em vendas para o mercado externo e investiu [mais de] 1,8 bilhão de reais em pesquisas e na expansão dos negócios. Para os vândalos do MST, nada disso importa.

Sr. Presidente, quero registrar e lamentar o ocorrido e pedir a transcrição dessa matéria publicada pela revista *Veja* desta semana.

Muito obrigado.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– “Pesquisa Arrasada”, revista *Veja*.

REVISTA VEJA | 11 de março de 2015

PESQUISA ARRASADA

Ataque de MST destrói mudas de eucalipto mais produtivo

O Agronegócio brasileiro é uma referência para o mundo, pela capacidade de inovação e pela produtividade. No ramo da celulose, as florestas brasileiras de eucalipto e pírus conseguem produzir mais matéria-prima por hectare do que espécies semelhantes em países desenvolvidos, como Canadá e a Finlândia.

Essa proeminência só se tornou possível graças ao investimento e ao empenho de pesquisadores em desenvolver espécies mais produtivas e resistentes às pragas.

Na última semana, esse trabalho sofreu uma agressão irreparável: mais de 1000 mulheres ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) invadiram uma fazenda da empresa de pesquisas FuturaGene, em Itapetininga, no interior de São Paulo, e destruíram estufas com milhares de mudas de uma nova variedade de eucalipto que está em desenvolvimento desde 2006.

A espécie transgênica (geneticamente modificada), que poderá aumentar a produção em 20%, seria avaliada por autoridades e especialistas na quinta-feira passada, para eventual liberação do plantio. A sessão foi adiada para abril, por pressão de manifestantes. O caso lembra outro ocorrido em 2006, quando uma fazenda da Aracruz no Rio Grande do Sul foi invadida por integrantes da Via Campesina.

A FuturaGene pertence à Suzano Papel e Celulose, companhia brasileira que emprega 7000 pessoas, faturou no ano passado 4,2 bilhões de reais em vendas para o mercado externo e investiu 1,8 bilhão de reais em pesquisas e na expansão dos negócios. Para os vândalos do MST, nada disso importa.

Durante o discurso do Sr. Fernando Bezerra Coelho, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Petecão, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Pela ordem dos inscritos, com a palavra, o nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Sérgio Petecão, é uma satisfação falar sob a Presidência de V. Ex^a.

Na verdade, eu era o primeiro inscrito, mas cedi a vez para o ex-Presidente Collor. E só não o fiz para os próximos Senadores, porque, hoje, tenho uma consulta com um médico que trata da coluna às 16h30. Por isso, faço meu pronunciamento neste momento, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a, que, de pronto, atendeu o meu pedido para que presidissem esta sessão, a fim de que eu pudesse falar de um projeto que me é muito caro e importante.

Eu vinha trabalhando há praticamente 20 anos com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, desde a elaboração, a discussão, a apresentação na Câmara ainda, sob a relatoria de Flávio Arns. Depois vim para o Senado, onde o apresentamos. Flávio Arns foi novamente Relator. Enfim, nós o aprovamos. Então, foi para a Câmara, onde esteve por praticamente seis anos. Nessa semana, a Câmara aprovou o Estatuto da Pessoa com Deficiência, projeto de nossa autoria que mostra, no bom sentido, um jardim de flores, exprimindo que a natureza respeita a diferença.

É sobre esse tema que vou falar hoje. Vou falar sobre a importância dessa matéria que teve como Relator Flávio Arns, depois, Celso Russomanno e agora, a nobre Deputada Mara Gabrilli, que fez um trabalho belíssimo. Estive na última reunião e vi a firmeza com que ela defendeu os seus pontos de vista. Uso o plural porque são inúmeros artigos tratando de diversos temas no campo da pessoa com deficiência. Enfim, o Estatuto foi aprovado e está chegando agora à Câmara dos Deputados.

Vocês vão perceber que quem fez o discurso é alguém que está falando comigo. Quem fez este discurso foram duas pessoas cegas que trabalharam nesse Estatuto desde o início: Luciano Ambrósio, que trabalha no gabinete aqui, e Santos Fagundes, que é chefe de gabinete no Rio Grande do Sul.

Então, dizem eles na análise quando souberam que o Estatuto tinha sido aprovado na Câmara dos Deputados:

Sr. Senador, chegamos lá. Que bom, que alegria! O relevante é que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei brasileira da inclusão da pessoa com deficiência, será um instrumento de libertação, de emancipação e de dignidade da pessoa com deficiência.

No dia de hoje, Sr. Presidente, a fala, como eu dizia, não será minha, será de meus assessores deficientes visuais Luciano Ambrósio, que me assessorava em Brasília, e Santos Fagundes, que é meu chefe de gabinete

no Rio Grande do Sul. Os dois acompanharam o Estatuto e o embalaram como se fosse um bebê, pois, desde os primeiros meses de vida do Estatuto, eles ajudaram a fazer com que ele se tornasse adolescente e, depois, adulto. Dizem eles:

Nós lembramos bem, Senador Paim, que, no início, não foi fácil! Alguns não queriam, diziam que a pessoa com deficiência não precisava de uma nova legislação [existem centenas de leis, embora todas esparasas], como se a legislação não precisasse de uma constante renovação, uma constante oxigenação [atualização].

Aprimorar, Senador, não significa desconsiderar as conquistas, mas apoiar-se nelas e avançar [ainda mais]. Não podemos esquecer nunca do grupo de trabalho coordenado pela Secretaria nacional de Direitos Humanos, o empreño fundamental [na época ainda] da Ministra Maria do Rosário e a entrega pessoal de todos da equipe [a entrega de corpo e alma de toda a sua equipe], que contou com a participação de membros do Ministério Público, juristas convidados, membros do Conade, assessorias de Parlamentares [Deputados e Senadores] envolvidos [de forma coletiva] com a construção do Estatuto.

Por diversas vezes, mencionamos que o GT não era apenas uma equipe de trabalho; com o resultado de diversos encontros nos tornamos um grupo de amigos [amigos que tinham uma razão, naquele momento, de estar ali, sentados, caminhando ou discutindo, muitas vezes, de forma muito forte, muito dura, mas buscando, de forma prazerosa, o melhor para as pessoas com deficiência] [...].

A trajetória do Estatuto como um todo foi estimulante [foi um desafio] [...].

Foram inúmeras audiências [construídas e discutidas], conduzidas [não tem como não lembrar] [...] pelo Relator no Senado Federal, o Senador Flávio Arns.

Como não lembrar também dos debates que enriqueceram e subsidiaram o substitutivo do Relator Celso Russomanno, na Câmara dos Deputados?

Lembramos ainda, Senador Paim, de outro projeto nosso que virou lei [que tivemos a alegria de ajudar a construir e de lhe apresentar]; foi a Norma nº 11.133/2005, que instituiu o dia 21 de setembro como Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência [no início da primavera].

Referimo-nos a isso para falar da importância da luta e da participação, do protagonismo das pessoas com deficiência para o avanço dos direitos e das conquistas alcançadas.

Nós não podemos ficar em casa, esperando que as autoridades elaborem as leis e formulem as políticas [para nós] [...].

Precisamos ir à luta, mostrar nossa cara [nossa competência], apresentar nossas demandas e nossas soluções.

Por diversas vezes, conversamos sobre o assunto [conversamos com a Deputada Mara Gabrilli; por diversas vezes, conversamos com V. Ex^a; por diversas vezes, conversamos com os Presidentes da Câmara e do Senado] e entendemos que a inclusão é uma via de mão dupla.

As mudanças não vão ocorrer a nosso favor se não fizermos por nós mesmos [dizem eles].

É o que compartilham com todos Luciano Ambrósio e Santos Fagundes, que são apenas dois nomes que estou citando. Eu podia citar 45 milhões, já que são 45 milhões de pessoas que têm algum tipo de deficiência neste País.

Um dos méritos do Luciano é escrever poesia. Um dia, ele escreveu, dizendo:

*A vida me inclui
Porque eu também me incluo na vida
No coração das pessoas
Nos sentimentos que acolhem
Nas palavras que abrigam
Nas ações que respeitam
Nos espaços que me cabem.
A vida me inclui
Porque eu vou ao seu encontro
E encontro espaço ao seu lado
Ao seu lado sigo e sonho.*

Prosseguem eles:

Senador Paim, espalhe aos quatro ventos!!!!!!

No início dessa fala [é uma nova era], o senhor usou a expressão “instrumento de libertação”.

O Estatuto será um instrumento de libertação!

Antes, Senador Paim, a deficiência era a falta ou perda de algum membro ou função corporal.

Por essa ótica, as dificuldades, as restrições de participação enfrentadas pela pessoa com deficiência eram resultado de um corpo fora do padrão [assim eles olhavam para nós].

E o que era isso senão uma opressão [um preconceito]?

Com o Estatuto, essa visão muda completamente, pois a definição de deficiência passa a considerar aspectos do ambiente físico.

Isso significa que as barreiras com as quais costumamos lidar no dia a dia são também responsabilidade da sociedade [eles continuam falando].

As pessoas já compreendiam isso, mas a partir de agora vai constar em lei a obrigação do Estado de eliminar essas barreiras [e de trabalhar com a acessibilidade].

Nós [dizem eles] queremos que o Estatuto signifique para todas as pessoas com deficiência o que esses anos significaram para nós, uma oportunidade de trabalho, de crescimento como pessoa, de ganho de autonomia [para poder ganhar, sim, com suor, o seu salário]

Assim, Santos e Ambrósio, vocês aqui relatam o dia a dia de vocês. Dizem:

Queremos que os empregadores também possam sentir isso ao contratarem pessoas com deficiência [como, no caso, nós somos contratados por V. Ex^a no Senado.]

O ganho em humanização das empresas será claro [será muito bom].

Quem de nós não se alegra ao ver uma pessoa com deficiência atendendo simplesmente num caixa de supermercado? Como foi bom quando compareci à formatura de ambos, na nossa querida universidade, uma no Sul e outra aqui!

Dizem ainda: "E, ao contrário do que muitos possam pensar, a produtividade não será menor [será maior]."

Todos nós temos algum tipo de deficiência, e eles, cientes de que têm algum tipo de deficiência, aprimoram-se e produzem muito mais do que aqueles que acham que são – entre aspas – "normais, normais, normais".

O que precisamos [dizem eles] é de oportunidade de demonstrar nossa criatividade e capacidade de trabalho.

As empresas com mais de cem empregados são obrigadas, pela Lei nº 8.213, de 1991, a preencherem de 2% a 5% de suas vagas com pessoas com deficiência.

O Estatuto mantém essa regra [isto não muda], mas avança [em outro sentido] quando possibilita que as empresas desobrigadas [ou seja, aquelas que têm menos de cem empregados] a cumprirem as cotas poderão receber incentivos fiscais do Estado.

Ou seja, as empresas com 50 a 100 trabalhadores poderão雇用 pessoas com deficiência e usufruir desses benefícios.

Da mesma forma, terão direito aos incentivos aquelas que excederem a quantidade de empregados exigida por lei [ou seja, de 2% a 5%].

E, por falar em cotas para acesso ao trabalho, quero falar também em outro tipo de cotas, cotas de acesso ao maior mecanismo de inclusão: a educação!

O Estatuto prevê que as universidades reservem 5% das vagas para candidatos com deficiência.

Facilitar o acesso das pessoas com deficiência é dar a elas melhores condições [na disputa no mercado de trabalho] de participação no mundo do trabalho [já que eles, com certeza, haverão de ver aqueles bonés ou chapéus voando no dia da formatura, o que nenhum de nós esquece].

É importante também destacar o papel do Estatuto como instrumento de repressão ao descumprimento da norma, trazendo diversas tipificações criminais [para aqueles que não cumprirem a lei].

As pessoas precisam se abrir para a diferença e se identificar com a diferença.

Aí eles dizem: "O senhor lembra, Senador Paim, daquela frase da primeira capa que colocamos no projeto do Estatuto?". É claro que lembro. É aquela frase que está aqui.

"A natureza respeita as diferenças". E trazia também inúmeras flores de cores diferentes. Nós podemos não enxergar as cores das flores, mas conseguimos, com o tato, sentir e perceber o perfume das flores, demonstrando que as diferenças formam, na verdade, um conjunto harmônico e singular.

Lembramos do Sr. Paulo Brandão, deficiente visual, chefe da Gráfica Braille do Senado Federal, que foi responsável por uma tiragem [muito grande] do projeto do Estatuto em formato Braille, possibilitando

que as pessoas com deficiência visual pudessem se inteirar, conhecer o projeto e contribuir [com sugestões para aprimorá-lo] com suas experiências pessoais [foi o que fizeram].

Queremos usar a frase “a natureza respeita as diferenças” para continuar falando em educação, mas, especificamente, da educação infantil.

A infância é a melhor fase para a inclusão. É nesse período em que o convívio entre as pessoas é mais natural [as nossas crianças não têm preconceitos], daí a importância da inclusão escolar nesse momento da vida.

Voltando a falar em flores, isso nos inspirou, Senador, em mais uma poema [eles o escreveram]:

As flores e as cores são diferentes

Tão únicas

E por isso elas são tão belas

Tão identificadas entre si

Quando chegar a primavera, trarão todo o seu vigor

Sua cor, sua riqueza, seu perfume e suas promessas

Que nasceram de um momento de esperança

De um gesto de fé

A fé do ser humano

Que arregou as mangas

E revolveu a terra

E a sementou com os sonhos, o dever, o coração e a consciência.

Quanta gente ombreou conosco ao longo desse caminho! Eu não poderia deixar de mencionar cada um deles.

O Estatuto foi aprovado na Câmara dos Deputados nessa última quinta-feira, 5 de março.

Parabéns à Relatora, Deputada Mara Gabrilli [...].

Parabéns, parabéns à nobre e querida Relatora, cadeirante, Deputada Mara Gabrilli!

Mara, eu me refiro a você como cadeirante e sei que você poderia dizer: “Pode dizer aí que, além de mexer um pouco o braço, consigo mexer e articular mesmo o olhar, a partir dos movimentos que faço com a cabeça.”

Mara! Ah, minha querida Mara!

(Manifestação da galeria.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como foi bom, depois da votação, eu ter recebido seu telefonema e sentir as lágrimas caírem, quando você, Mara Gabrilli, soube o momento de ir à tribuna e apresentar o seu substitutivo.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mara Gabrilli, a grande mentora, organizadora desse projeto tão bonito. Mara Gabrilli, deficiente, sim, mas que tem muito a ensinar àqueles que não são deficientes. Com certeza, se Mara Gabrilli estivesse aqui, estaria explicando a esse moço que o direito de protestar é legítimo, mas, em momento como este, em que estamos fazendo aqui quase uma prece, em cima de um tema que interessa a 45 milhões de pessoas, construído pelos próprios deficientes, ela, com certeza, diria: “Olhe com mais carinho. Esse projeto beneficia 45 milhões de pessoas.”

Sr. Presidente, vamos fazer aqui um pouco o caminho de volta para chegarmos aos finalmentes, lembrando do envolvimento de outros tantos Parlamentares que deram sua valiosa contribuição a esse processo. Quero lembrar e citar a ex-Ministra Maria do Rosário, hoje Deputada Federal; quero citar a Deputada Rosinha da Adefal, que criou e presidiu a Frente Parlamentar da Pessoa com Deficiência; o Deputado Eduardo Barbosa; o Deputado Celso Russomano; o Senador Flávio Arns, Relator aqui, no Senado; o Senador Cristovam Buarque, que presidiu a Comissão de Direitos Humanos na época da votação do Estatuto. Lembro ainda, rapidamente, mas não diminuindo sua importância, o Prof. Adilson Ventura. A esse quero dar um destaque especial, permita-me, Presidente. Ventura, um lutador por essa causa e já faleceu; a Coordenadora da Corde, Dra Izabel Maior; o Coordenador da Setorial Petista com Deficiência, também saudoso, já falecido, nosso amigo Chuchu, que era um cadeirante; os Coordenadores do Fórum Social Mundial de 2001, o Sociólogo Humberto Lippo; a Profa Chiquinha; o Coordenador dos Painéis sobre o Estatuto nas conferências nacionais, o Prof. Antonio Muniz. Não posso me esquecer do pessoal do GT, que contribuiu, de forma relevante, para o aperfeiçoamento do atual texto. Não tenho como não citar o nome de Antonio José Ferreira, da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; os

membros do Ministério Público, Valdir Macieira e Maria Aparecida Gurgel; os juristas convidados, o Prof. Luis Robertto David Araújo e Luis Cláudio; o Conade, na figura de seu Presidente à época, Sr. Moisés Bawer Luis; o ex-Conselheiro do Conade, Sr. Roberto Tine; e todos os assessores que integraram o GT.

Finalizando, Sr. Presidente, agradeço às pessoas com deficiência de todo o Brasil, que, mesmo com as inúmeras dificuldades para chegar às atividades, estiveram sempre conosco nessa verdadeira marcha cruzada, em nível nacional, para aprovar o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Vejo todos como flores que embelezaram essa caminhada, os quais estão aqui, na capa do Estatuto.

Encerrando as considerações, Sr. Presidente, lembro somente que foram mais de 12 anos – foram 12 anos tramitando e 8 anos fora do Congresso Nacional – de encontros, audiências públicas, debates na Câmara, debates no Senado, congressos, conferências, grupos de trabalho e muito, muito, muito trabalho.

Destaco a seguir, Sr. Presidente, apenas alguns avanços que o texto aprovado garantiu e que serão deliberados agora, claro, no último momento, pelo Senado.

Na seara da igualdade e da não discriminação, saliento a proteção contra todo tipo discriminação, exploração, violência, opressão, tratamento desumano e degradante. É assegurada à pessoa com deficiência o direito a exercer a guarda, a tutela, a curatela, ser adotante em igualdade de oportunidades com todas as demais pessoas.

Por outro lado, é dever do Estado assegurar com prioridade os direitos à saúde, à maternidade, à alimentação, à previdência, à educação, à profissionalização, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, enfim, a todas as oportunidades que são concedidas aos outros cidadãos.

Como forma de facilitar o atendimento, ficou assegurada a preferência aos serviços públicos, aos processos judiciais e administrativos, ao recebimento da restituição do Imposto de Renda e em todas as situações de socorro.

Nas situações de risco e emergência, a pessoa com deficiência será considerada vulnerável para efeitos de proteção e segurança.

A habilitação e a reabilitação são um direito da pessoa com deficiência, devendo haver ações articuladas do SUS e SUAS, para plena promoção desse direito.

Da mesma forma, no âmbito da saúde, a lei assegura atenção integral à saúde em todos os níveis de complexidade, inclusive com atendimento domiciliar e oferta de órteses e próteses.

O sistema educacional inclusivo, Sr. Presidente, é prioridade, em todos os níveis, com projeto pedagógico especializado que promove as condições de igualdade necessárias, incluindo a oferta de educação em Libras e Braille, bem como de profissionais de apoio escolar para acompanhar as pessoas com deficiência.

Em relação ao direito à moradia, ficaram reservados, no mínimo, 3% de unidades habitacionais para atender pessoas com deficiência. Garantia a acessibilidade nas áreas comuns e nas unidades térreas, quando tratar de unidade multifamiliar.

O trabalho é direito constitucional. Por isso é assegurada a livre escolha em ambiente acessível e inclusivo, incluindo a implementação de programas de habilitação e reabilitação profissional, respeitadas as habilidades e a vocação de cada um.

A mobilidade é fator preponderante para a inclusão. Como forma de garantir a acessibilidade, ficaram previstos 2% das vagas de estacionamento público ou privado de uso coletivo, 10% de táxis com adaptação, proibida a cobrança diferenciada de tarifa, e a oferta de veículo adaptado nas locadoras.

O acesso à informação e a comunicação estão previstos no formato acessível das embalagens, rótulos, solicitação de recebimento de contas, boletos, recibos, extratos de cobrança de tributos, nos programas de rádio e televisão, enfim, em todos os espaços, telecentros comunitários e nos sítios nacionais disponíveis na internet.

Destaco, por fim, a criminalização, que tornará efetivo o cumprimento dessa relevante norma. A discriminação contra a pessoa com deficiência está tipificada e prevê a pena de reclusão de um a três anos. Caso seja cometida por meio de comunicação, aumentará para dois a cinco anos.

Da mesma forma, desviar bens, proveitos, pensão ou benefício incidirá em pena de reclusão de um a quatro anos e multa, podendo a mesma ser aumentada, se cometido pelo tutor, curador ou outro responsável.

O abandono em hospitais, casas de saúde ou outro estabelecimento de abrigo também foi aqui demonstrado que é crime, sendoominado com a pena de reclusão de seis meses a três anos e multa.

Outras tipificações legais também tutelam essa camada da sociedade.

Sr. Presidente, eu agradeço muito a V. Ex^a.

Terminei.

Tenho certeza de que o projeto aqui, no Senado, será votado com a brevidade que 45 milhões de pessoas esperam.

Um abraço a todos.

Parabéns, Mara, pela redação final, porque você que a apresentou ao Senado, e a matéria foi aprovada. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Quero parabenizar o nobre Senador Paim pelo projeto, que tem alcance social e que, com certeza, vai ajudar muito o povo brasileiro.

Parabéns, Paim!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – A Presidência comunica às Srs e aos Srs. Parlamentares que:

– foi convocada sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 11 de março do corrente, quarta-feira, às 11 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura de expedientes e apreciação do **Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2015**; dos **Vetos Presidenciais nºs 31 a 34 e 34 e 36, de 2014; nºs 1 a 4, de 2015**; e do **Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2014**.

– A sessão solene do Congresso Nacional é destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e agraciar as vencedoras da 14ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, convocada para 11 de março do corrente, quarta-feira, a realizar-se às 14 horas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Sérgio Petecão. Um esclarecimento: V. Exª acabou de ler um comunicado da Mesa a respeito da sessão conjunta do Congresso Nacional para a apreciação de vetos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Certo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu queria saber o horário exato, na quarta-feira, para essa sessão de apreciação dos vetos, entre os quais aquele que corrige a tabela do Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Senadora, o comunicado, aqui, é para quarta-feira, às 11 horas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Onze horas da manhã, sessão conjunta, no plenário da Câmara, para apreciação dos vetos?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – No plenário da Câmara.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Muito obrigada, Sr. Presidente, pelos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – O.k..

Pela ordem dos inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srª Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores presentes nesta sessão, subo à tribuna, Presidente Petecão, Senador pelo Estado do Acre, para falar um pouco sobre política.

Na semana passada, e em alguns dias de outras semanas, já foram aqui discutidos alguns pontos de vista sobre a reforma política, e vários Senadores tiveram a oportunidade de se manifestar. A matéria deverá ser apreciada no Congresso Nacional ou aqui, no Senado, passando, depois, pela Câmara também. E eu gostaria de deixar alguns pontos que me parecem importantes, do ponto de vista meu, do Senador Blairo Maggi, o que acha e o que entende dessa questão da reforma política.

Ouvi o nosso Presidente, Renan Calheiros, dizer outro dia que, se deixasse por conta de cada um dos Senadores ou dos Deputados Federais, nós teríamos uma reforma política para cada uma das nossas cabeças, o que não deixa de ser verdade também. Mas acho que a reforma política que deve vir pela frente deve se concentrar em alguns pontos que nós ouvimos nas ruas, que ouvimos nas nossas casas, que ouvimos nas associações às quais pertencemos ou frequentamos, enfim, que nos pareça um ponto comum entre todos os cidadãos brasileiros.

O primeiro deles é sobre contribuição de empresas privadas para campanhas eleitorais. Eu brinquei agora com o Senador Moka e com o Senador Medeiros, no sentido de que cada vez que se fala em financiamento de campanha, e alguns defendem aqui a não contribuição de empresas privadas para campanhas eleitorais, os colegas Senadores acabam olhando pra mim, como empresário, como se algo fosse na minha direção.

Eu gostaria de dizer que concordo plenamente com aqueles que defendem o fim dos financiamentos das empresas para as campanhas eleitorais. Por vários motivos: um, de ordem pessoal. Acho que as empresas – e, como empresário, falo isto – são constantemente procuradas. Às vezes são até forçadas a participar de campanhas eleitorais que muitas vezes não gostariam e que nem estão relacionadas ao seu negócio. Não é uma causa a ser defendida no Senado ou no Congresso Nacional. Mas eu entendo que empresa não vota e que empresa não deve contribuir para campanhas eleitorais. O que vamos fazer para substituir essas doações é que é o grande x da questão, Senador Requião. Esse é o grande x da questão.

Também ouço alguns colegas que defendem o financiamento público de campanha. Isso também não me serve, também não acho que é o caminho, pelas razões ou por uma das razões que posso citar aqui.

Se não me engano, na eleição de 2010, o custo de um voto era algo como R\$5,00, R\$7,00 ou coisa parecida, pelo cômputo geral das votações. Bem, num Estado como o Estado de Mato Grosso – o Senador Medeiros é de lá e conhece bem –, nós temos um Estado muito grande, territorialmente muito grande, mas com pouca população. Então, se transformarmos em recursos financeiros a quantidade de votos que temos no Estado de Mato Grosso, não dá para fazer uma campanha ou duas campanhas de candidatos a governador, por exemplo, ou a Senador, uma eleição majoritária.

Peço à Senadora Presidenta agora, Ana Amélia, para conceder um aparte ao Senador Requião, já que eu não tenho esse direito, mas temos tempo hoje e podemos fazer um debate aqui.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Blairo Maggi, o Regimento tem o limite, que é o limite da organização, mas hoje, esta é uma semana em que o Regimento penso é marginalizado ante a seriedade e o alcance dos temas que nós estamos tratando.

Então, penso que temos que respeitar o Regimento, mas, com todo o senso de responsabilidade, V. Ex^a tem o direito de fazer o aparte para o Senador Blairo Maggi, Senador Roberto Requião.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado.

O Sr. Roberto Requião (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Além disso, Senador, V. Ex^a poderia invocar a “cláusula José Serra”, que lhe daria o direito de falar duas horas e meia com quantos apartes assim desejasse. É um princípio já estabelecido no Plenário do Senado Federal. Mas deixando a ironia de lado, a praxe de segunda-feira é a flexibilização do Regimento, inclusive em função da parca presença, quase sempre, de Senadores no plenário. Senador, a minha posição é contra o financiamento privado de campanha, de pessoa jurídica. Acho que nós podíamos abrir a possibilidade de financiamento para pessoa física, sua ou minha, dentro de um determinado limite – um salário mínimo, dois salários mínimos; uma coisa a ser fixada –, mas essa proibição, por paradoxal que pareça, vem em defesa também do empresariado. Porque nós temos os grandes complexos empresariais que, decididamente, tentam corromper a estrutura política e administrativa em benefício próprio, mas nós temos um empresariado, de uma forma em geral, que é vítima de uma espécie de um *racket*: eles são obrigados a contribuir como uma prevenção para legislações predadoras que possam vir em retaliação à ausência da contribuição. É a moralização da política e a defesa também do empresariado em relação a inescrupulosos políticos, que existem na mesma proporção – a base genética é a mesma – que empresários que tentem uma vantagem excepcional. Nós estamos corrigindo um processo. Então, não devemos pensar que estamos transformando todo empresário em um sujeito corruptor. Não é assim, até porque não são assim. O comportamento do empresariado não é esse; eles estão criando oportunidades, empregos, viabilizando a produção de riquezas. Dessa forma, Senador, quero cumprimentá-lo pela posição que acaba de colocar: ela não é só a defesa do político do assédio de grandes grupos empresariais; ela é a defesa dos empresários do assédio inescrupuloso da política.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Requião, muito oportunamente a sua observação.

Nessa linha que venho dizendo, nós devemos não permitir mais esse tipo de contribuição para campanhas, agora também não me parece que o financiamento público de campanha seja a solução. Então, cabe ao Congresso Nacional, ao Senado e à Câmara, debater sobre esse assunto para que nós tenhamos um limite da contribuição, como o Senador Requião já colocou, pelas pessoas físicas e para que quem queira contribuir possa contribuir, e seja desburocratizada também a forma da contribuição. Porque, hoje, se um cidadão ou cidadã quiser contribuir para uma campanha eleitoral, é bastante penoso, é complicado fazer as doações. Então, temos que flexibilizar essa parte.

Parece-me também oportuno deixar o meu ponto de vista sobre a questão da reeleição. Eu fui um Governador reeleito no cargo, e hoje a minha posição – já era essa naquele período, mas, deixo claro, também no Senado Federal – é que sou contra a reeleição para os cargos na questão da eleição majoritária, melhor dizendo, no Executivo.

Razões não faltam para isso, principalmente para quem disputou essa eleição no cargo e tem a consciência de que é desproporcional a forma como se faz. Por mais cuidado que o candidato à reeleição tenha, a força da máquina, a forma como a eleição é conduzida é desproporcional. A Senadora Ana Amélia disputou uma eleição dessa forma; vários outros companheiros aqui, colegas, já disputaram e sabem do que eu estou dizendo. Então, a minha posição também é a de que nós não devemos ter, devemos encerrar a questão da reeleição e pensar em um mandato talvez de cinco anos para os cargos do Executivo.

Também penso – e aqui é a minha reforma, vamos chamar assim, a minha reforma política – que nós deveríamos ter eleições gerais no País e, em um único dia, fazermos a eleição para Presidente da República, para Senadores, governadores, Deputados Federais, deputados estaduais, prefeitos e vereadores.

Muitas pessoas alegam que é muito voto para um dia só, mas eu não vejo assim. Nós temos condições, o nosso povo é um povo esclarecido, e hoje nós temos a mídia que todos carregam no bolso, em seus celulares, em seus *smartphones*. Não há problema de informação para que o cidadão possa votar. O que se tem que impedir são os currais eleitorais; é a forma que nós observamos hoje na condução do voto ou no trabalho do voto que tem que ser eliminada completamente.

Também gostaria de dizer que sou favorável ao fim das coligações proporcionais para Deputados Federais e deputados estaduais. Acho que os que são eleitos devem vir pela quantidade de votos que cada um tem. Quem é mais votado tem o direito de exercer a sua função no Parlamento federal ou no Parlamento estadual.

Isso faria, imediatamente, quase que uma reforma política nos nossos partidos ou na forma como temos os partidos. Porque hoje – já concedo o aparte ao Senador Moka – o que acontece? Os partidos pequenos, minúsculos ou quase que inexistentes ou que existem no papel, nas épocas de campanha, servem de aluguel, encarecendo inclusive a campanha daqueles que têm ainda a chance maior de disputar a eleição e de vencer essas eleições.

Então, com o fim dessas coligações, do voto proporcional, nós teríamos condições então de fazer uma reforma no sistema partidário, como disse, nos existentes. Para aqueles que ainda querem criar, nós votamos, na semana passada, uma lei que veio da Câmara e que agora depende da sanção da Presidente Dilma para dificultar um pouco essa questão.

Concedo o aparte ao Senador Moka, com muito prazer.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Blairo Maggi, eu concordo com os dois pontos que V. Ex^a já defendeu. Nesse particular, as chamadas coligações proporcionais são a maior distorção que existe hoje. Por exemplo, no meu Estado, são oito Deputados Federais. Há pelo menos três ou quatro Deputados Federais que tiveram menos votos que o Deputado Federal Fábio Trad. São uma distorção essas coligações proporcionais. Um partido coloca uma celebridade, e ela tem um milhão de votos. Aí, junto com ela, vem um Parlamentar que teve 200, 300 votos, provocando uma distorção que ninguém consegue explicar. Então, em uma Câmara de Vereadores de 11 vereadores – essa é a média –, há cinco, seis vereadores ali que têm menos votos que aqueles que estão de fora. Quer dizer, tem que acabar isso. Quem tem que exercer o cargo na Câmara, na Assembleia Legislativa, na Câmara Federal? Se houver, no caso de Campo Grande, 29 vagas de vereadores, têm que entrar os 29 mais bem votados. Falam que isso vai acabar com os partidos. Ao contrário! O que acontece hoje é que há vereador candidato que corre para uma legenda mais fraca, sendo que o partido por que ele gostaria de disputar a eleição era outro. Então, esse tipo de distorção acabaria, e acabaria da forma mais tranquila possível. Não é preciso votar cláusula de barreira, não é preciso votar nada. Simplesmente se vai dizer: tanto na Câmara quanto no Senado e nas Assembleias Legislativas, serão eleitos aqueles vereadores, deputados estaduais, Deputados Federais – no Senado já é assim – mais votados. Então, nós transformaríamos todas essas eleições em eleições majoritárias. Aí fica muito fácil, porque ninguém vai dizer que votou no fulano e acabou elegendo um outro vereador que não tinha a pretensão de eleger. Então, ele vai eleger aquele em que ele votou. E o vereador, o deputado estadual ou Federal vai escolher o partido de preferência dele, e não em função de uma legenda mais forte ou mais fraca, simplesmente para se eleger. Essa é a minha contribuição, parabenizando V. Ex^a pelo discurso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Moka.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Permito um aparte ao Senador Acir Gurgacz, que representa Rondônia aqui neste Parlamento.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Saúdo V. Ex^a pelo tema que traz esta tarde. Eu também concordo plenamente com o fim das doações de campanha por empresas. Está na hora de nós diminuirmos o custo das campanhas, não há quem aguente mais. Isso tem também, de certa forma, distorcido os resultados das eleições em alguns lugares, em função de verbas que estão à disposição de candidatos A, B ou C, e também gerado compra de votos. Há quem diga que isso vai fortalecer ou pode fortalecer o caixa dois, mas nós temos que enfrentar isso, diminuir o custo das campanhas e fazer com que, de fato, as doações possam acontecer através de pessoas físicas, mas também com um limite. Concordo com o Senador Requião, da mesma forma, que tem que haver um limite por CPF para as doações. Dessa forma, nós vamos ter eleições mais competitivas, vamos fazer com que todos possam disputar com uma igualdade maior para conseguir o seu objetivo, e, assim, nós vamos ter, de fato, um debate sobre políticas públicas, através da televisão, das rádios, dos jornais. Eu entendo que este é o caminho, é o futuro próximo das nossas eleições. Eu tenho alguma

dúvida ainda, Senador Blairo, com relação às eleições gerais. Dá-me a impressão de que, se nós colocarmos eleições de Presidente a vereador, a política pública relacionada a prefeituras municipais ou aos Municípios vai diminuir a importância do debate. Isso me preocupa, porque no passado já era assim, eram eleições gerais, e elas foram divididas exatamente para que houvesse um debate maior com relação às eleições municipais ou às políticas públicas municipais, separado das políticas públicas estaduais e federais. Entendo que ainda há... Não estou convencido de que as eleições gerais, no geral, sejam a melhor solução. É claro que isso diminui o custo de campanha, o custo de eleições para o governo. E hoje nós temos aquela situação: dois anos trabalhando e paralisa um ano; ou um ano trabalhando e paralisa praticamente meio ano; o outro não trabalha e paralisa mais meio ano, porque temos eleições a cada dois anos. Isso, realmente, causa transtornos imensos, um prejuízo muito grande ora para o Município, ora para o Estado, ora para a União. Então, cumprimento-o pelas suas colocações. A sua reforma política está muito próxima da nossa reforma política também. Eu só preciso me convencer – ou convencê-lo – sobre essa questão das eleições gerais. No mais, eu entendo que as suas colocações estão bem alinhadas conosco e com o que a população está pedindo nas ruas hoje, em todos os cantos. É no seu Estado, é no nosso Estado de Rondônia, é em todos os Estados brasileiros, a população quer uma mudança, não mudanças grandes, mas mudanças pequenas que produzam um resultado grande na sua execução. Meus cumprimentos, Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Acir. É justamente isso. Cada um pensa com variantes diferentes sobre esse assunto. Por isso, é importante que o nosso Presidente – e temos n projetos andando na Casa – coloque em votação. Naqueles pontos em que nós não chegamos a um consenso, vamos ao voto, não há problema algum.

Eu, quando defendo eleições gerais, olho pela praticidade, pelo custo que é fazer essas eleições, e as amarras, as formas como vão se conduzindo isso durante esses períodos em que nós temos as eleições.

Mas fica aqui a minha posição sobre esses pontos a que me referi aqui. São pontos básicos de uma reforma política que tem como objetivo final, Senadora Ana Amélia, reduzir os custos. Que sejamos mais transparentes, que não tenhamos governos estabelecidos com corda no pescoço, com faca no pescoço, por ter havido 15, 20 partidos que o apoiaram e cada um quer um espaço dentro do Governo. Eu não quero ver mais isso no meu País...

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Não quero ver mais isso. Eu quero que a política seja uma política transparente, que seja possível a visualização por todos aqueles que votam.

Concedo, então, um aparte ao Senador Hélio.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Blairo – Senadora Ana Amélia também –, V. Ex^a é uma pessoa de altíssima competência e conhecimento e bem sabe o que está dizendo, tanto que representa este País em setores fundamentais. Realmente, não dá mais essa indústria de eleição, todo dia eleição. Eu acho que é hora de aproveitarmos essa vontade do brasileiro de fazer essa reforma para, de fato, chegarmos a um denominador comum, que nos propicie a coincidência das eleições. Senador Blairo, eu não pude, lamentavelmente, ouvir todo o depoimento, todo o pronunciamento de V. Ex^a, mas eu acho que precisamos também abrir uma janela de oportunidade àquelas pessoas que querem mudar de partido. Recentemente, impediu-se aqui a questão da fusão partidária – eu achei que estava tudo bem; sem problema nenhum –, mas essa era uma possibilidade de mudança. Eu acho que temos que aproveitar essa oportunidade, primeiro, para diminuir esse número enorme de partidos que existem hoje no nosso Brasil. Precisamos fazer um rearranjo para que todos possam se acomodar e abrir uma possibilidade àqueles que, porventura, não estejam se sentindo bem em seus partidos, para que possam se enquadrar e até, no caso daqueles partidos que estão fora das regras mínimas que poderiam decidir a existência de um partido, escolher um partido com que se identificassem mais para estarem juntos. Acho que essa questão que o senhor coloca da coincidência das eleições é de altíssima relevância. Poderíamos também aproveitar para definir a questão da desincompatibilização e também a questão do mandato talvez de cinco anos para todo mundo, a fim de não haver essa questão da reeleição e ficar a coisa mais tranquila. Então, com base nisso, eu quero dizer que, para mim, é um prazer estar compartilhando com V. Ex^a esse período de mandato. Vou estar aqui nos próximos quatro anos como Senador da República. V. Ex^a tem um trabalho muito grande com relação a vários assuntos da nossa Nação brasileira, e colaboro com o seu pronunciamento, que acho que está muito adequado para o momento. Rogo para que nós, aqui do Senado Federal, possamos juntos dar ao Brasil a oportunidade de fazer as mudanças que tanto a população anseia. Muito obrigado ao senhor pelo aparte. Estou com essa proposta do senhor das coincidências eleitorais e do mandato de cinco anos. Obrigado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Hélio José, que é um dos representantes do Distrito Federal aqui no Senado Federal.

Realmente, V. Ex^a não conseguiu acompanhar todo o discurso, mas, no seu aparte, já colocou quase tudo aquilo que eu havia dito, quer dizer, não à reeleição, mandatos de cinco anos, fim das coligações nas proporcionais. É isso que eu acho que a população quer neste momento, assim como eleições gerais e que tenhamos rapidez nessas propostas.

Concedo um aparte ao Senador Medeiros, que divide comigo e com o Senador Wellington Fagundes a representação do Estado de Mato Grosso no Senado Federal.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senador Blairo Maggi, agradeço pelo aparte. Muito me honra estar aqui representando o Estado de Mato Grosso junto com V. Ex^a, junto o Senador Wellington Fagundes. Esse discurso de V. Ex^a não poderia vir em melhor hora. Muito oportuno, porque boa parte dele toca justamente no ponto crucial da política brasileira, no se refere, por exemplo, ao debate atual. Hoje, à boca pequena, na sociedade e aqui mesmo pelos corredores da Casa, o que se fala é nessa famigerada lista que saiu. Uma lista que não nos orgulha, que não orgulha a política brasileira e que, de certa forma, nos deixa menor perante o cenário internacional, e isso tudo tendo como pano de fundo o financiamento de campanha. Porque a grande verdade é esta: tudo que se falou aqui agora, seja o dinheiro de corrupção, sejam, vamos dizer assim, como alguém colocou, as atitudes impróprias, tudo está relacionado a financiar eleição, que não está barata, está cara. Aqui, nesta Casa, é consenso que as campanhas estão fora de controle quando se trata de custos. Outro ponto que V. Ex^a colocou foi consenso no nosso Bloco – eu faço parte de um bloco junto com o PSOL, junto com PCdoB, com PSB, PPS. Lá, decidimos lutar justamente pelo fim da reeleição, porque, como V. Ex^a colocou aqui, não tem como separar o candidato do gestor. O Senador Luiz Henrique, por exemplo, quando foi candidato ao governo, se afastou, ou seja, deixou de lado. Mas isso foi uma opção dele, e a grande maioria não faz isso e torna as eleições, como V. Ex^a bem colocou aqui, injustas, desproporcionais para quem está competindo. Como é que se vai proibir os órgãos de imprensa entrevistar o governador? O governador chegou, ele é notícia, não adianta. Logicamente, os outros não vão ter o mesmo tratamento. Então, V. Ex^a foi muito feliz, a fala é muito atual. Estamos aqui, nesta Casa, justamente discutindo a reforma política, mas a grande dificuldade é que o tema é complexo, e chegar a um consenso é quase impossível. Creio que a Casa está acertando em compartimentizar essa reforma, mas o grande temor é que mude tudo e fique pior. Às vezes acontece isso. Creio que sobrou para esta legislatura esta responsabilidade, e tomara Deus que tenhamos a sabedoria de deixar a política melhor do que está, porque a mudança é necessária, mas é importante que não mude para pior. Muito obrigado, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Medeiros.

Agradeço, Senadora Ana Amélia, pela compreensão do tempo, e também pelos apartes que foram feitos. Só quero desejar que possamos, de fato, avançar nessa reforma política aqui. Todos nós, quando fomos aos palanques, defendemos alguma mudança política, e aí chegamos aqui e nos acovardamos, ficamos parados, sem provocar para que haja essa mudança.

Então, estou aqui fazendo um pronunciamento, uma fala, no sentido de dar as minhas posições pessoais para contribuir com essa discussão.

Muito obrigado, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Blairo Maggi, eu queria dizer que concordo plenamente com o fim da reeleição, com o aumento do tempo de mandato para cinco anos e com a coincidência de eleições gerais, de prefeito a Presidente da República, porque penso que isso vai melhorar a forma como as eleições são realizadas em nosso País. Isso é extremamente relevante.

Quanto ao financiamento público de campanha, também entendo que V. Ex^a tem razão. Penso que a eleição com financiamento exclusivo público de campanha, que é defendida por vários setores desta Casa, tem dificuldade de aceitação pela sociedade, pela população, quando lhe falta saúde, educação e segurança, dizer que estaremos colocando recurso público numa disputa eleitoral. Então, esse processo realmente precisa ser visto. Claro, um sistema misto e uma redução dos gastos nas campanhas eleitorais podem, sim, moralizar. Já tivemos períodos em que as campanhas custavam muito caro. Os verdadeiros showmícios, com nomes famosos da música popular brasileira, representavam um gasto extraordinário. Hoje, já está mais limitado, mas podemos ainda reduzir mais, para evitar gasto com campanhas multimilionárias, como tivemos em 2014.

Também concordo com o fim da reeleição, V. Ex^a falou, nem era o meu caso. Vou lhe dizer, comparando, do ponto de vista dos Estados, das prefeituras e da própria Presidência da República, o desnível da competição.

Não há termo comparativo, mesmo com todo esse cuidado, porque o grau de exposição que quem está no poder tem comparativamente a um adversário político que vá disputar eleição é incomparável. E ele está disputando, porque ele é governador ou Presidente da República. Então ele pode ter uma agenda diária, estar todo dia na mídia, enquanto o seu adversário só vai ocupar o espaço destinado ao horário eleitoral.

Para terminar, Senador Blairo, hoje fiquei muito feliz porque uma delegação da universidade de George Washington, em Washington, a capital dos Estados Unidos, visitou o meu gabinete. Para minha surpresa, duas questões muito focadas desses jovens universitários. Uma, sobre o lobi, se era regulamentado no Brasil. Eu disse: olha, há projetos. Mas aí, o que está acontecendo, é preciso que a gente tenha clareza sobre isso. A outra questão é sobre a urna eletrônica, como funciona e se é segura. Eu disse a eles que também nós, aqui no Brasil, temos algumas interrogações a respeito disso.

Obrigada, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito Obrigado, Senadora.

Durante o discurso do Sr. Blairo Maggi, o Sr. Sérgio Petecão, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Estão inscritos para fazer uso da palavra os Senadores Raimundo Lira, Gladson Cameli, Ataídes Oliveira e Telmário Mota. E o próximo orador, pela Liderança do PSD, é o Senador Sérgio Petecão.

O Senador Blairo Maggi falou pela Liderança do PR. Agora, falará um orador inscrito, em seguida V. Ex^a, Senador Sérgio Petecão.

Com a palavra, o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, Sr^s Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu estava ouvindo o Senador Blairo colocando as proposições dele com relação à reforma política.

Fui essa semana no meu Estado, caminhei muito, conversei, fui a feiras. Eu tenho o hábito, inclusive aqui no Senado, de não pegar os elevadores dos Senadores. Eu pego os elevadores onde toda a população anda e também converso com os servidores, com todos.

Na verdade, o Brasil precisa de um choque, Sr^a Presidente. A reforma brasileira não é reforma política para enganar o povo. A reforma brasileira é reforma moral. O Brasil precisa passar por uma reforma moral, em todos os poderes: no Poder Legislativo, no Poder Executivo, no Poder Judiciário.

Não adianta a gente falar: Deu crise no País? Ah, são os políticos. Corre para o Senado, corre para a Câmara, começa a reforma, e começa aí uma verdadeira avalanche de pequenas manobras, panos de fundo para enganar a população.

O Brasil precisa passar por essa reforma moral.

Já vejo as ruas gritarem por um governo ditatorial, porque há uma confusão de valores. Estão confundindo democracia com corrupção – estão confundindo democracia com corrupção.

Hoje, aqueles que não viveram a falta de liberdade de um governo ditador entendem que é muito melhor, talvez, um governo sem o processo democrático do que uma democracia banhada por corrupção. É preciso que a gente mude!

Então, Senador Hélio e Senador Petecão, a primeira reforma tem que ser a reforma moral e aí, depois, vêm as outras reformas. Tem que tirar as laranjas podres do lado das laranjas boas. Não adianta mudar somente o paletó, tem que mudar quem veste este paletó, se ele não tem compromisso com a democracia.

Você pega um táxi, você entra no aeroporto, e a pessoa diz: Ah, este é Senador. Será que este está envolvido? Será que este cara está na lista ou está fora da lista?

Qual é a referência, hoje, para a população? Qual é a referência de um político para a população? Nós temos que mudar isso. Então, tem que cortar na carne.

A Itália viveu esse momento, a Itália viveu essa situação, mas ela reagiu, cortou as mordomias. E aqui também tem que cortar, do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Tem que se fazer políticas pró-ativas, fazer política pública que sirva ao povo. Essa é que é a luz da verdade. (*Fora do microfone.*)

Senador Hélio, reformas políticas: Ah, melhor cinco anos. Ah, tira a reeleição. Aqui não estamos em um programa infantil. Sabemos o que tem que ser correto para um pobre lá da periferia poder disputar com os ricos. Sabemos, sim, qual é o caminho para um cidadão que sai de uma comunidade disputar com um cidadão que vem de uma herança política. Os caminhos são fáceis. Essa burocracia que é criada aqui dentro para dificultar esse acesso todos nós conhecemos.

Claro que tem que acabar com o financiamento. Claro que tem que acabar esse financiamento, sim. Tem que dar igualdade, sim. A questão de vários partidos é que há muitos partidos aí que são coadjuvantes. O senhor feudal tem um partido matriz, e ali ele coloca vários braços em vários partidos, enche esses partidos, levando doces ilusões: Olha, venha para o partido novo, que é um partido que não tem ninguém com mandato, aqui você tem chance. Faz uma matemática lá a gosto de cada clientela, mas, no final, está

tudo coligado. E, com isso, vão sendo mantidos os principais partidos, consolidando-se, e os pequenos são periféricos, partidos de alugueis.

Tem que acabar, sim, com a coligação proporcional. Tem que unificar, sim. Porque, na hora que se unifica, gasta-se menos neste País e deixa-se, muito mais, o País trabalhar. Tem, sim, que acabar com a reeleição, porque quero ver, na ponta do dedo, quem foi que, no segundo mandato, fez um grande governo assim como fez no primeiro, Senador Petecão. Essa é que é a luz da verdade.

Tem que se acabar com a demagogia, tem que se tratar a coisa de forma séria, sair do discurso fácil, da falácia, e colocar a coisa em prática. Esta Casa tem esse compromisso, e o momento é esse. É na hora da crise que se faz as grandes reformas, porque está todo mundo fragilizado – pena que o Senador Medeiros saiu.

Não, senhor. Temos que fazer reforma, uma reforma que dê proporcionalidade, que dê igualdade, para que uma pessoa simples possa chegar ao poder. Vivi isso no meu Estado. O filho de uma empregada doméstica enfrentando os poderosos e os corruptos deste País e do meu Estado. E, para derrotá-los, custou muita dor, muito trabalho, muita dificuldade e, mais do que isso, a consciência de um povo que não aguentava mais sofrer, que foi o povo de Roraima.

Então, essa é a hora de acordar, sim. Essa é a hora de este País acordar. Essa é a hora de começar uma reforma moral. Aquele que errou vem aqui, vamos apurar, vamos dar o direito, sim, de se defender. Eu vi a Senadora Ana Amélia fazer um aparte ao Senador Humberto. Gostei de o Senador Humberto vir aqui a esta tribuna. E todos têm que vir: o Senador Renan tem que vir; o Senador Romero Jucá tem que vir. Todos que estão denunciados têm que vir aqui explicar, nesta Casa, e fazer o que eles querem que façam: dizer se estão ou não nessa lista; dizer se têm cumplicidade ou não.

Claro que eles todos têm o direito de defesa. Ninguém está aqui para acusar ninguém antes de ver os inquéritos apurados. Mas não pode ficar uma penumbra, não pode ficar uma escuridão por falta desses esclarecimentos, dessa sombra, Presidenta.

Este Senado tem que responder à sociedade brasileira. Este Senado aqui tem história. Este Senado aqui são homens de cidadania, de brasiliade, que sentaram aqui e conduziram esta Casa. Nós temos que ter essa obrigação.

Desde que coloquei o pé aqui, sempre digo: "Na hora em que eu errar, quero ser punido, porque o meu povo não me botou aqui para roubar, botou para trabalhar, para melhorar a qualidade de vida deles".

Então, acho que essa é a hora de todo mundo aqui tomar um caminho, o caminho de se encontrar com as urnas, de se encontrar com o povo nas ruas, de dar uma satisfação às pessoas. O momento é muito ímpar para dar a grande moralidade, e em todos os setores, sim.

Não é possível um juiz de direito cometer um delito, roubar os cofres públicos, enganar a população e se aposentar. Um servidor comum vai para a rua, perde o salário, que é um mísero salário. A "Sua Majestade, o Sabiá" pode roubar e vai se aposentar. Acabar com isso! Acabar com essa imoralidade! Isso é imoral! Pode ser legal, mas é imoral!

Na hora em que esta Casa não se ajoelhar para ninguém, na hora em que o Judiciário passar a cumprir rigorosamente, nós vamos ter um País muito melhor, um País muito mais sério, um País que responda à Nação, à Federação.

Então, é isso. É com esse sentimento das ruas que eu venho aqui.

Eu não ando longe da voz do povo. Deus me deu dois ouvidos para eu ouvir mais do que falar. E eu tenho feito isso, Senadora, com muita propriedade: no táxi, nas feiras, no supermercado, dentro dos ônibus.

Nessa semana, eu recebi uma reclamação, no meu Estado, de que os ônibus que carregam as famílias dos presos, dos detentos, não passavam na cidade. Quero aqui fazer até um apelo à Prefeita Teresa Jucá, para que observe essas famílias que estão ali sem os ônibus para levá-las até os presídios, nos finais de semana, para fazer a visita aos seus familiares.

Eu entrei nos ônibus e ouvi e vi o quanto o povo não acredita mais na política. Então, é preciso que a gente dê uma resposta, sim, uma resposta séria e responsável. É isso o que se espera do Senado.

Eu queria também, Srª Presidente, concluir a minha fala, aqui, fazendo um apelo para o meu Estado. Roraima, hoje, passa por uma seca. Eu já vim várias vezes a esta tribuna para pedir ao Ministro da Integração, ao Governo Federal, que estenda a mão ao Estado de Roraima, porque aquele Estado está sofrendo e precisa desse apoio.

Mas eu queria também reiterar o pedido de apoio à Prefeita da capital Boa Vista, Teresa Jucá: que molhe as plantinhas, que faça jardinagem, mas, Prefeita, o gado está morrendo bem aí nas portas da cidade, na área rural de Boa Vista; a criação miúda, a agricultura, as pessoas não têm água potável para beber. Então, Prefeita, molhe suas plantas, mas o ser humano e os animais são muito importantes. Vamos dividir essa água que é jogada na rua à toa e levar para a população.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Cumprimento o Senador Telmário Mota.

De fato, o senhor tem razão. Todos os nossos colegas que foram incluídos na lista do Ministério Público e também do Ministro Teori Zavascki precisam dar explicações, em primeiro lugar, à Casa e, em segundo lugar, tanto quanto à Casa em que eles estão, aos eleitores dos seus respectivos Estados.

Penso que todos os Senadores vão fazer isso, da mesma maneira. É relevante, e concordo com V. Exª: a nossa crise não é só financeira, não é só econômica, não é só política, mas, sobretudo, uma crise moral.

Meus cumprimentos a V. Exª.

Quando V. Exª se refere ao Magistrado, logo nos lembramos desse caso recente, lamentável – condenável, aliás, pelo próprio Conselho Nacional de Justiça –, do juiz que se apoderou de bens que deveriam estar sob a guarda da Justiça, e não de um juiz, no caso do Eike Batista.

Então, V. Exª está com toda a razão em relação a esse episódio, Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Telmário Mota, representante do Estado de Roraima, do PDT.

Eu queria convidar para fazer uso da palavra o Senador Sérgio Petecão, pela Liderança do PSD. Em seguida, será o Senador Ataídes. Todos haviam sido chamados, os oradores inscritos. Então, pela ordem, Senador Ataídes Oliveira e Senador Gladson Cameli.

O Senador Ataídes será depois do Senador Sérgio Petecão, que está falando pela Liderança. Falou agora um orador inscrito, eu lhe informei. Ele fala pela Liderança do PSD. Em seguida, o senhor, Senador Ataídes, fala como orador inscrito, é o último dessa lista. Logo em seguida, o Senador Gladson Cameli.

Com a palavra, o Senador Sérgio Petecão, do PSD do Acre.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, colegas Senadores e Senadoras, eu vou fazer uso da tribuna para fazer um relato da atual situação em que hoje se encontra o nosso Estado. Passei todo este final de semana – quinta, sexta, sábado e domingo – em Rio Branco, acompanhando de perto a situação dos desabrigados. As águas do Rio Acre começam a baixar, e as pessoas começam a fazer a parte mais difícil, que é a parte da limpeza. É quando as águas ficam ali empoçadas, e vêm as doenças.

Hoje tive a informação, através da imprensa do Estado, de que, na quarta-feira, a Presidente Dilma vai estar no nosso Estado, acompanhada, inclusive, de vários Ministros.

Essa notícia foi veiculada em alguns jornais do nosso Estado e estamos aguardando com muita expectativa a ida da Presidente Dilma ao nosso Estado, nós que, na quarta-feira, fizemos uso da tribuna aqui no Senado e fizemos um apelo para que a nossa Presidente fosse ao nosso Estado ver *in loco* a situação por que passam hoje os desabrigados, por que passa hoje o povo acriano.

O que não podemos é esquecer das coisas muito rápido. Hoje, Rio Branco é que está sofrendo, mas nós temos que lembrar que os Municípios de Assis Brasil, de Brasiléia, de Xapuri, de Epitaciolândia, a nossa capital e agora o Município de Porto Acre também foram atingidos pelas cheias. Estou falando só dos Municípios. Não estou nem me referindo à zona rural do nosso Estado. Esta, sim, foi a grande prejudicada.

Nesse momento em que nós temos a expectativa da ida da nossa Presidente ao nosso Estado, era muito importante que o Governo do Estado – e se eu tiver oportunidade de pedir eu vou pedir, já fica aqui este apelo –, que a nossa Presidente não seja blindada para visitar só aqueles lugares que o Governo tem interesse. Deve levá-la ao Parque de Exposições, onde as pessoas estão sendo assistidas, tem que deixar a Presidente ver a verdadeira realidade: que ela vá a um bairro como Taquari, que vá à Cidade Nova, que ela vá a Brasileia para ver como essas pessoas estão vivendo.

Eu não consigo entender, Presidente Ana Amélia. A imprensa está anunciando que o Governo do Estado vai entregar, na quarta-feira, junto com a Presidente Dilma, 966 casas. Ora, se essas casas estavam prontas, por que não entregaram a essas pessoas que foram atingidas pela cheia? Nós íamos ter aí quase mil pessoas que não estariam hoje naquela situação em que estão. Porque não deu tempo de fazer essas casas em uma semana!

A imprensa está divulgando que a Presidente Dilma vai entregar... E graças a Deus que ela vai lá para entregar essas casas. Ora, se as casas estavam prontas, por que não foram entregues à população?

A imprensa divulgou – eu conversava com alguns amigos da imprensa – que hoje fizeram um verdadeiro comício no pátio da Arena da Floresta, para deflagrar a operação limpeza.

Pelo amor de Deus! A limpeza já era para estar sendo feita, em alguns bairros, desde sábado.

Eu, sinceramente, quando falo, é porque sou oposição. Não é, não! Não é querer ser oposição, não. É porque, neste momento de fragilidade, neste momento em que as pessoas estão sofrendo, nós não podemos tentar tirar nenhum tipo de proveito político dessa situação. Nós temos é que unir a bancada e agradecer ao

Governo Federal pela sensibilidade que teve na situação do Acre. O Ministro Gilberto Occhi esteve duas vezes lá no nosso Estado – duas vezes! O Secretário da Defesa Civil, General Adriano, esteve lá no nosso Estado.

O que não pode e não deve acontecer, e que isso sirva de exemplo... Eu fiquei indignado quando soube. E o pior é que nós não podemos reclamar, porque, se vão entregar as casas, que sejam bem-vindas essas casas. Mas se as casas estavam prontas, por que já não tinham entregado essas casas para as pessoas que precisam? Por que as pessoas tinham que passar mais uma alagação. Por que as famílias tinham que sofrer mais uma alagação?

Eu, sinceramente, às vezes, fico indignado, porque não dá para você descrever o sofrimento das pessoas.

No domingo, eu fui ao Taquari e no sábado estive na Cidade Nova. É de cortar o coração você ver aquelas pessoas que perderam quase tudo, aquelas pessoas que não conseguiram tirar nada. Algumas pessoas ficaram totalmente ilhadas, não tinham condições, a água subiu muito rápido. O Governo fez o que pôde, mas muitas famílias perderam seus guarda-roupas, perderam fogão, geladeira. Aqueles pequenos empresários que tem ali, naqueles bairros, que estão ali trabalhando com muita dificuldade perderam tudo. Eu vi lá um rapaz do Taquari, o Marcelo, perdeu quase tudo. O Neguinho, lá dentro do Taquari, perdeu tudo. Então, é essa sensibilidade que o Governo deveria ter.

Eu, sinceramente, me preocupo. Na quarta-feira, a Presidente Dilma está indo lá. Se nós mostrarmos para a Presidente Dilma só o lado bom das coisas, o Brasil, que nos acompanhou aqui, através desta tribuna, fazendo um apelo...

Eu vi hoje o Senador Gladson aqui, participando de uma campanha, juntando benefícios. O Brasil está todo mobilizado, tentando ajudar. Aí, se a Presidente vai ao nosso Estado e nós mostrarmos lá a Cidade do Povo, aqueles meio-fios todos pintadinhos, entregando 900 casas...

Eu estou fazendo um apelo aqui. Se a assessoria do Palácio estiver me ouvindo, que quebrem todos os protocolos possíveis. Pega lá o carro do Exército: "Eu quero ver como é que o cidadão comum, aquele que se deparou com aquela situação dessa enchente, eu quero ver como é que está a verdadeira situação dele". Isso é o que eu quero ver, porque aí você tem um raio X da realidade. Tudo o que eu disser aqui é pouco diante da situação que o nosso povo está vivendo lá. Tudo o que foi dito, esses filmes que aparecem, não condiz com a verdadeira realidade, porque no filme você não vai sentir aquele cheiro horrível que está dentro daquelas águas; na fotografia, você não vai sentir aquele cheiro horrível com que aquele povo está convivendo ali, dentro daquelas águas que estão ficando paradas. Então é isso.

Eu, sinceramente, hoje, quando eu vi... Mandaram as cenas do comício que fizeram na Arena da Floresta. Vai ser deflagrada a operação. Ótimo, mas não precisa disso! Esse pessoal tinha que estar limpando lá dentro da Cidade Nova desde sábado. As pessoas ficam ligando, pedindo que levem produtos de limpeza, ajudem com os produtos de limpeza. Não, tem que reunir, fazer um comício para poder começar a operação.

E aqui queria aproveitar, Senador Gladson, V. Ex^a está presente aqui. Eu queria prestar a minha solidariedade – e eu queria fazer de público isso – à sua pessoa. Esse episódio, essas denúncias. Eu o conheço, conheço seu pai, conheço sua mãe, conheço a luta da sua família. Ontem, lá no meu Estado, conversava com alguns amigos, e alguns setores da imprensa tripudiando, tentando manchar seu nome, o seu trabalho, o nome da sua família. Eu tenho dito: olha, eu, até que me provem o contrário, eu vou acreditar no senhor até a última hora. E eu tenho certeza de que V. Ex^a não está envolvido nisso, em primeiro lugar, porque não precisa e, em segundo lugar, porque é muito fácil as pessoas acusarem sem a pessoa ter o mínimo de defesa. Tenho certeza de que o senhor vai ter acesso a essas informações e vou estar torcendo para que o senhor possa vir aqui, nesta tribuna, como já foi feito hoje por alguns Senadores, mostrar a sua versão e entregar na mão da Justiça. Deixe a Justiça apurar. E eu certeza de que V. Ex^a está inocente nessas denúncias que estão sendo feitas aí.

Agora, é difícil. É difícil porque, às vezes, você não vai ter o espaço para se defender na imprensa. A própria imprensa te destrói, te acaba com a vida. Em lembro, eu fui vítima. Deram uns tiros na minha casa, lá no Acre. A polícia lá, o diretor de polícia representou contra mim aqui, no Senado, fez uma representação, pedindo a cassação do meu mandato por conta de um episódio. E eu não tinha nada a ver com isso. Não tinha nada a ver com isso.

Então, eu penso que o senhor vai ter as oportunidades necessárias para se defender e mostrar a sua inocência.

Obrigado, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Cumprimento o Senador Sérgio Pete-
cão, que falou pela Liderança do PSD.

E eu convido para fazer uso da palavra agora o Senador inscrito Ataídes Oliveira. Em seguida, o Senador Gladson Cameli.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, mais uma vez, é um prazer estar nesta tribuna, e V. Exª presidindo esta Casa.

A Presidente Dilma, em sua campanha eleitoral de 2014, pautou-se em três bandeiras. Várias bandeiras, mas três foram as bandeiras que a Presidente Dilma carregou durante a sua campanha, como o seu grande projeto de Governo, que eram o Pleno Emprego, o Pronatec e o Primeiro Emprego.

O Pleno Emprego, há duas semanas eu estive aqui, nesta tribuna, e mostrei para o Brasil que esse Pleno Emprego, tanto do Governo da Presidente Dilma como do ex-Presidente Lula, nunca passou de um engodo, de uma enganação ao povo brasileiro. Essa metodologia, Srª Presidente, usada pelo Governo Federal para enganar o povo com esse Pleno Emprego, eu desmascarei aqui. Essa metodologia da Pesquisa Mensal de Emprego – PME está errada, subestima os desocupados e infla os ocupados.

E eu fui muito claro. Diante de uma boa pesquisa que nós fizemos, nós mostramos ao povo brasileiro o quanto essa pesquisa é distorcida e enganosa. Só para se ter uma noção, a pesquisa do PME é feita em apenas seis regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio, São Paulo e Porto Alegre. Exatamente regiões onde tem uma oferta maior de empregos, onde nós temos mais indústrias. Centro-Oeste, Norte e Sudeste... Também é Brasil, mas lá não se faz essa pesquisa nem por amostragem.

E aí, então, para não me alongar muito nesse tema do desemprego, porque eu quero retornar a essa tribuna e voltar a falar sobre o desemprego no Brasil, esse Pleno Emprego de 4.3, dito aqui há poucos dias nesta tribuna por uma governista, após o nosso discurso, no dia seguinte, o *Estadão*, então, em uma reportagem, pegando como empresa de pesquisa o IBGE, chegou à conclusão de que o desemprego era de 6.5 e não 4.3.

Mas, de acordo com o que nós falamos aqui nesta tribuna, eu inclusive desafiei: se alguém me provasse o contrário de tudo que eu tinha dito sobre o desemprego no Brasil, que me convencesse, porque o desemprego no Brasil, lamentavelmente, hoje, é acima de 20%. E a prova disso, para ser bastante resumido e claro: só o seguro-desemprego hoje, nós temos mais de 10 milhões de pessoas no seguro-desemprego. Isso representa uma taxa acima de 10%. Seguro-desemprego. E o Governo considera como empregado. Seguro-desemprego. Olha que coisa antagônica!

Os “nem-nem”, Dr. Gladson – permita-me corrigir, Senador Gladson Cameli –, os “nem-nem”, que nem estudam nem trabalham. Hoje, dos seus 17 aos 29 anos, uma força robusta que nós temos hoje. São mais de 10 milhões que estão no mercado aí procurando trabalho. Eles não são considerados como desempregados, porque desempregados são só aqueles que depois de 30 dias que não conseguiram emprego, então eles consideram... Ou melhor, dentro de 30 dias não conseguiram emprego, ok, desempregado. Depois de 30 dias sem conseguir o emprego, aí então o Governo considera como desalentados, não é?

Eu disse aqui o seguinte: desanimados, sem perspectiva nenhuma de vida, principalmente profissional.

Então, desemprego no Brasil, eu mostrei que não é o que o Governo fez em 2014. Simplesmente enganou o povo brasileiro.

E hoje estou aqui, Sr. Presidente, exatamente para falar sobre o Pronatec. O Pronatec, que foi uma grande bandeira também da Presidente Dilma na eleição de 2014. Esse programa, conduzido de forma irresponsável e incompetente pelo Governo da Presidente Dilma, consumiu dos cofres públicos mais de R\$15 bilhões, nesses últimos três anos do governo; R\$15 bilhões.

A ideia por trás do Pronatec é inegavelmente boa. É realmente necessário que o Estado invista na qualificação da mão de obra nacional, para corrigir um dos graves gargalos que impede o crescimento de nossa economia, que é a baixa produtividade do trabalhador brasileiro.

Infelizmente o Pronatec tem apresentado uma série de problemas que o transformam no maior estelionato eleitoral cometido no pleito da Presidente Dilma. Veja só, é exatamente isso que quero mostrar hoje ao povo brasileiro, realmente, o que é o Pronatec.

A primeira falha do Pronatec está no direcionamento de bilhões dos recursos públicos sem qualquer estudo de necessidade dos cursos ofertados. São as empresas privadas e as entidades ligadas ao Sistema S que decidem quais cursos serão abertos em cada cidade, apenas com o intuito de receber mais dinheiro público.

O correto seria que o Governo realizasse pesquisas prévias para identificar, junto ao setor produtivo de cada região, que tipo de trabalhador deve ser formado para atender melhor o mercado de trabalho local. Sem essa informação, abrem-se cursos e mais cursos para capacitar pessoas que, depois de formadas, não encontrarão emprego nas suas regiões.

E aí, Srª Presidente, surge outro grave problema: não há uma só estatística confiável a demonstrar o impacto do Pronatec no mercado de trabalho. Não é possível saber quantas pessoas encontraram emprego ou conseguiram uma melhor colocação profissional depois de passarem por um curso do Pronatec.

Durante a campanha eleitoral do ano passado, o marqueteiro João Santana instruiu a Presidente Dilma – imagino eu – a dizer, exaustivamente, que foram alcançados mais de oito milhões de matrículas no Pronatec, o que seria uma prova do sucesso do programa.

A Presidente só não teve o cuidado de dizer que, segundo as próprias instituições que ministram os cursos técnicos do programa, as taxas de evasão variavam entre 45% e 60%. Olha só que barbaridade!

Oficialmente, o Governo diz que essa evasão é de 12%. Outra mentira para enganar o povo brasileiro. As próprias entidades dizem que a evasão é de 45% a 60%. A evasão altíssima dos alunos do Pronatec já é, por si, um problema grave, mas não é o pior deles.

Uma auditoria realizada pela CGU – Controladoria-Geral da União – demonstrou que, por uma falha operacional, o “aluno desistente continua sendo contabilizado como se estivesse matriculado e a instituição recebe indevidamente o valor do Bolsa-Formação não utilizado.” Veja só.

Depois da auditoria, a CGU recomendou que o sistema de controle de frequência dos alunos fosse corrigido. Por isso, cobrei do Ministério da Educação informações a respeito do atendimento às recomendações da CGU. Recebi a resposta do MEC em 20 de janeiro passado.

Esta foi a resposta que recebi, veja só. O Ministério da Educação me respondeu, aspas:

“Conforme esclarecido na resposta à questão precedente, esta Secretaria mantém permanente processo de interlocução e busca um conjunto de soluções com a Controladoria-Geral da União, o que se materializa no monitoramento do Plano de Providências Permanentes – PPP, objeto de reuniões periódicas entre as equipes da Controladoria e deste Ministério. Tão logo a etapa de monitoramento em curso, o PPP atualizado estará disponível para apreciação.”

Olha a resposta!

Senador Gladson, o que isso significa? Não entendi absolutamente nada! Nenhuma medida concreta foi adotada pelo Governo para impedir que o dinheiro público seja jogado no ralo da incompetência! Mais de 60% de evasão e as empresas continuaram recebendo pelo curso! A CGU verificou, notificou o Ministério da Educação, que não apresentou nenhuma solução, nenhuma providência tomou, inclusive respondendo a mim de forma extremamente evasiva. Isso, sim, Presidente Dilma, é estarrecedor! O seu Governo gasta muito, gasta mal, não corrige um problema mesmo quando alertado. Não sou eu quem diz, Presidente, um Senador da Oposição, mas é a CGU.

Considerando as taxas de evasão indicadas pelas instituições credenciadas para ofertar cursos do Pronatec, o Brasil pode ter perdido entre R\$6,7 e R\$9 bilhões nos últimos quatro anos! Isso é verdadeiro! Se há uma evasão de 60%, as instituições continuaram recebendo e o Governo, Presidente Dilma, continuou pagando para ter voto, para ganhar eleição, aqui foram embora mais de R\$8 bilhões do dinheiro público, do dinheiro do povo, que agora estão fazendo falta. Quer ver?

Isso é imoral! A inércia do MEC, do Governo, mesmo depois de alertado pela CGU, é criminosa, mas os problemas do Pronatec vão além do desperdício do dinheiro público. Dos 8 milhões de matrículas, tão faladas pela Presidente Dilma, cerca de 70% foram feitas no chamado FIC, ou seja, curso de Formação Inicial e Continuada de curta duração. Setenta por cento! Apenas 30% das matrículas foram feitas em cursos verdadeiramente profissionalizantes, os chamados cursos técnicos de nível médio, com carga horária entre 800 e 1.500 horas.

Esses, sim, são capazes de suprir as carências reais do setor produtivo e corrigir a baixa qualificação e produtividade da nossa mão de obra nacional.

A verdade é que não há sintonia entre as necessidades do setor produtivo e os cursos ofertados pelo Pronatec. E isso custa muito caro para o País.

Infelizmente, o Pronatec investe valiosos recursos para formar profissionais que não encontrarão colocação profissional, enquanto as vagas existentes, que exigem maior qualificação técnica, continuarão desocupadas ou, pior que isso, se deslocarão para outros países, prejudicando ainda mais a nossa já combalida economia.

Minha preocupação com a educação profissional, com o ensino profissionalizante no Brasil é antiga e já apresentei uma série de iniciativas, aqui no Senado Federal, para aperfeiçoar o famoso Sistema S.

Eu cheguei até a escrever um livro, Senador Gladson, chamado *A Caixa-Preta do Sistema S*.

No ano passado, eles receberam mais de R\$32 bilhões. Hoje, administrado literalmente pelo Governo PT: Gilberto Carvalho está no Sesi, o Barretto está no Sebrae, o Meneguelli me parece que foi para o Senac, os três juntos vão administrar quase R\$30 bilhões.

E aqui tenho informações de que há uma disponibilidade financeira muito próxima de R\$15 bilhões aplicados no mercado financeiro.

Eu tenho um requerimento que foi aprovado por esta Casa pedindo informações ao TCU sobre essa disponibilidade, e que logo terei em mãos. Mas, de acordo com o acórdão que tenho em mãos, acredito que seja algo superior realmente a R\$12 bilhões. Isso com um único objetivo, o Sistema S, qualificar a mão de obra brasileira e levar lazer e saúde para o trabalhador.

Eu já disse aqui várias vezes que o Sistema S é um sistema extraordinário, uma ideia que nasceu na década de 40. Presidente, que preside a Mesa, Senadora Ana Amélia, que também é uma defensora do Sistema S, eu sou um defensor do Sistema S, Presidente Ana Amélia.

Nós temos que corrigir as deficiências desse sistema! Não é possível que esse sistema vire um fundo de pensão e que ele vá ao mercado comercial.

Hoje, 80% dos cursos de todo o Sistema S são cobrados, e valores caríssimos, acima de mercado; não é possível que o Sistema S hoje vá para o mercado imobiliário. Isso está errado!

Pois bem. No ano de 2014, o orçamento das entidades do Sistema S, passou dos R\$31 bilhões. Como tenho alertado desta tribuna, o Sistema S, se cumprisse os seus objetivos, destinando dinheiro público que arrecada para o ensino profissionalizante, o Governo Federal não precisaria gastar mais um centavo de dinheiro público nessa tarefa, não precisaria; mas, no Governo da Presidente Dilma, tudo o que é ruim ainda pode piorar.

Recebi do Ministério da Educação informação de que, nos últimos quatro anos, cerca de R\$6 bilhões foram enviados para as entidades do Sistema S. Olha só: se eles receberam R\$32 bilhões, devem receber R\$38 bilhões neste ano, compulsoriamente, é tributo. O Pronatec chegou dentro do Sistema S, em 2014, e botou mais R\$6 bilhões lá dentro do Sistema S. Isso é um desrespeito com o dinheiro público, o Sistema S arrecada bilhões e não investe na qualificação profissional como deveria, mesmo assim, é agraciado com repasses bilionários do Pronatec para ministrar cursos que já deveria estar ministrando gratuitamente. Isso é jogar dinheiro público em cima de dinheiro público, sem qualquer resultado, em prejuízo do Brasil e dos brasileiros.

O pior é que, enquanto o Sistema S recebe recursos...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – ... públicos em duplicidade, mais de 500 escolas particulares que ofereceram cursos profissionalizantes pelo Pronatec não receberam, desde outubro do ano passado, os valores devidos pelo Governo Federal.

O acerto feito recentemente mal cobriu o atraso do ano passado, como noticiado na imprensa. Não bastasse a inadimplência, o MEC decidiu, no início de fevereiro deste ano, sem qualquer aviso prévio, reduzir em 50% as vagas do Pronatec, reduzir em 50% as vagas a serem ofertadas pelas instituições privadas.

Segundo o MEC, essa redução teve como objetivo diversificar a oferta de vagas pelo Pronatec, mas, na verdade, a mudança aconteceu porque o Governo não tem mais dinheiro para sustentar o inchaço artificial do Pronatec. Eu disse: mais de oito bilhões, Presidente, foram jogados no ralo. Agora não há mais dinheiro para continuar oferecendo vagas, até porque, neste ano, não há eleição.

O Pronatec foi feito apenas para ser apresentado durante as eleições –o Pronatec foi isso –, e isso fica ainda mais claro diante da notícia de que o Governo decidiu adiar o início das aulas do Pronatec por conta de problemas no orçamento do programa. A expectativa é de que, com essa medida, o número de vagas no Pronatec seja reduzido, porque não será possível abrir duas turmas como nos anos anteriores.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Quero deixar claro que, assim como defendo o Sistema S, apontando suas irregularidades, também defendo o Pronatec. Eu só não posso admitir que ele seja administrado com tamanha irresponsabilidade e incompetência, em troca de votos. Minha passagem por esta Casa terá valido a pena se, ao final do meu mandato, eu tiver contribuído para aprimorar tanto um quanto o outro.

O Brasil precisa do Pronatec para sair desse caos econômico, mas, para isso, o programa precisa investir na qualificação profissional de nossa mão de obra de forma responsável e competente.

O Pronatec, Presidente Dilma, precisa deixar de ser mais que uma propaganda! Trabalhe para que ele deixe de ser um estelionato eleitoral e passe a ser uma peça importante na engrenagem da economia nacional.

Hans Sennholz, um grande economista e professor alemão, escreveu que – aspas: "A grande arte da política está em conseguir, simultaneamente, aplausos dos favorecidos e apoio dos que estão sendo roubados."

A Presidente Dilma talvez ainda receba os aplausos dos favorecidos,...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – ... mas a última pesquisa do Datafolha, Presidente, mostrou que ela, para o bem do Brasil, perdeu o apoio dos que estão sendo roubados. O “panelaço” de ontem em todo o Brasil, durante o pronunciamento dela, prova isso.

E eu quero parabenizar quem fez aquele discurso para a Presidente Dilma, porque o povo não acreditou, mesmo ele sendo lindo e maravilhoso. O povo brasileiro não acredita mais nesse Governo.

A mobilização no próximo dia 15 também provará.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Presidente Dilma, V. Ex^a disse – estou terminando, Presidente Ana Amélia – que precisa do apoio deste Congresso Nacional para realizar o ajuste fiscal necessário para a manutenção do Pronatec.

Ela disse isto: que precisa do apoio deste Congresso para botar dinheiro no Pronatec. E eu peço, Presidente Dilma: Não use esse argumento! O dinheiro público para manter o Pronatec está no Sistema S, basta que seja usado com competência, honestidade e responsabilidade.

Não use o Pronatec mais uma vez, Presidente Dilma; administre-o com responsabilidade e competência. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Ataídes, pela abordagem desse tema e pela relevância que tem a Pátria Educadora. O ensino profissionalizante faz parte dessa prioridade.

Convido para fazer uso da palavra – V. Ex^a é rápido, Senador Gladson – o Senador Gladson Cameli, antes que um aventureiro o faça, Senador Gladson.

Com a palavra o Senador Gladson Cameli, como orador inscrito.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta Senadora Ana Amélia, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu discurso, eu quero parabenizar todas as mulheres, porque ontem, Senadora, foi o dia de V. Ex^{as}, e dizer que a mulher cumpre um papel fundamental nas nossas vidas.

Também amanhã – a minha assessoria irá informar – eu irei fazer um discurso na tribuna desta Casa sobre o último episódio de sexta-feira, a famosa lista do lava jato, na qual inclui o meu nome. Amanhã, eu irei fazer um esclarecimento para a sociedade brasileira, para a sociedade do meu Estado, o Estado do Acre, o qual eu represento nesta Casa.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado do Acre passa por um dos piores momentos de toda a sua história. No dia primeiro de março, foi decretado estado de calamidade pública em Rio Branco, e, de lá para cá, ainda houve mais chuvas. O Rio Acre chegou a mais de 18 metros acima de seu nível normal, segundo informou a Defesa Civil. É a pior enchente do Estado em 135 anos! Mais de 10.500 pessoas estão desabrigadas, instaladas em abrigos.

Felizmente, o nível das águas baixou alguns centímetros no fim da semana passada, mas há previsões de chuva para os próximos dias. Seguimos em alerta!

A economia do Acre, calcada, em boa medida, no extrativismo da borracha e da castanha, será tremenda-mente prejudicada pelos alagamentos. E boa parte da população que vive da agricultura familiar, de pequenas culturas de subsistência de mandioca, feijão, cana-de-açúcar e arroz perdeu praticamente todas as lavouras. É um prejuízo para a zona rural do nosso Estado para mais de R\$52 milhões.

Na capital, principalmente, que teve 20% de sua área alagada, vários pequenos comerciantes, donos de mercadinhos, padarias e lojas tiveram seus comércios tomados pelas águas, que destruíram equipamentos e mercadorias, deixando dezenas de famílias sem fonte de renda.

O Ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, visitou Rio Branco e a área rural do Município e está acompanhando o problema. Sou testemunha de seus esforços no sentido de fazer chegar ao Acre a ajuda federal tão necessária neste momento, da qual depende o auxílio aos afetados nos Municípios atingidos por essa tragédia. Os acreianos agradecem ao Ministro o apoio.

Para socorrer a população, o Governo Federal já destinou mais de R\$2,5 milhões, que serão usados na construção e manutenção de abrigos entre outras ações emergenciais e de resgate. A Presidente Dilma Rousseff já determinou que tudo o que for necessário e estiver ao alcance da União para ajudar o Acre a superar esse momento tão difícil será feito com a maior celeridade possível.

Mas o que já fizemos e os recursos que já foram recebidos até o presente momento serviram apenas para abrandar as urgências por que passa a população. Ainda precisamos estudar o que fazer, como e com que dinheiro, para reerguer a capital e os Municípios atingidos, depois que baixarem as águas do Rio Acre.

A reconstrução das cidades que foram parcialmente destruídas poderá ser feita em menos tempo se conseguirmos um atendimento diferenciado para suas populações pelos programas federais, como, por exemplo, o Minha Casa, Minha Vida. As famílias acrianas que tiveram que deixar suas casas e que hoje estão precariamente instaladas em abrigos coletivos precisam ter acesso o mais rápido possível às unidades do programa, de modo a retomarem suas vidas normais, depois de superado o trauma das enchentes.

Além disso, há necessidade de mais linhas de créditos, com prazos mais longos e juros menores para que seja possível aos pequenos comerciantes reformarem os seus negócios, reestruturarem os seus estoques e recuperarem suas fontes de renda.

Os pequenos produtores rurais e as cooperativas extrativistas também careceram de recursos para reiniiciar as suas atividades de modo a recompor a economia dos Municípios.

Portanto, chamo a atenção desta tribuna das instituições financeiras, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do Basa para o meu Estado e faço um apelo para que estudem a possibilidade de fornecimento dessas linhas de créditos emergenciais.

A população acriana precisa como nunca desse apoio.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Cameli, um aparte, por gentileza?

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Toda honra, Senador Hélio.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Cameli, V. Ex^a é um eminent representante do Estado do Acre, como o Senador que o antecedeu, Senador Petecão. V. Ex^as contam com a nossa sincera solidariedade; o Estado do Distrito Federal, que represento, não poderia ficar calado perante tamanha calamidade que abala o seu Estado. Eu acho que são muito oportunos os esclarecimentos que V. Ex^a traz a esta Casa, como o nosso Senador Petecão também do meu Partido assim já o fez. Eu acho que a Bancada do Acre, com o apoio do Ministro Occhi, da Integração Nacional, com o apoio do Ministro Kassab, do meu partido, que esteve lá na semana passada, com a Presidenta Dilma, que vai estar lá, nesta semana, enfim, todos nós precisamos ser solidários ao Acre. Mas precisamos, Senador Cameli, e eu sou parceiro nisso, como um servidor da Infraestrutura, estudar melhor essa questão da cheia do Rio Acre, porque ela está sendo recorrente, quase todo o ano tem ocorrido. Este ano a tragédia foi maior, bem maior do que a do ano passado, do que outras tragédias anteriores. Mas nós precisamos estruturamente dar uma estudada na questão de como faremos uma regulagem, se vamos ter que fazer alguma barragem, se vamos ter que fazer alguma questão para que esse tipo de tragédia não volte a acontecer daqui a pouco tempo novamente. Consequentemente, sou solidário ao povo acriano e sou solidário a V. Ex^a. E sou solidário a V. Ex^a também pelo processo que V. Ex^a está sendo caluniado; sei da sua índole, V. Ex^a não precisa disso, nunca precisou e nem vai precisar.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – Amanhã estaremos aqui atentos ouvindo o seu pronunciamento, excelência. Com certeza, conte aí com a nossa sincera solidariedade ao povo acriano, a sua pessoa e também ao nosso Senador Petecão e a todos os políticos lá do Acre. Muito obrigado.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP – AC) – Muito obrigado, Senador Hélio.

Também faço um apelo aos brasileiros e, em especial, aos brasilienses. Convido todos para participar da campanha “ACREdite na Solidariedade #Brasília – Neste momento, todo brasileiro é acriano”, que foi inaugurada hoje, às 3 horas da tarde, na Praça das Abelhas – Anexo II, próximo ao Túnel do Tempo. O objetivo é arrecadar alimentos não perecíveis, roupas e fraldas descartáveis para crianças e idosos das famílias desabrigadas.

Em Rio Branco, alguns pontos de coleta de doações estão localizados na OCA, no Palácio das Secretarias e no Quartel da Polícia Militar, Senador Hélio, além de igrejas e em alguns supermercados. A população local também tem demonstrado grande solidariedade e disposição para ajudar os vizinhos que tiveram perdas por causa das enchentes.

O Banco do Brasil abriu uma conta para receber doações de quaisquer valores, que serão destinados à compra de alimentos e produtos de primeira necessidade para as famílias acrianas instaladas nos abrigos, Sr. Presidente. Os dados são: conta-corrente 500-2 e agência número 0071-x, em nome de “SOS Enchente Rio Acre”.

Para terminar, gostaria de agradecer especialmente aos voluntários que se mobilizaram para ajudar nos abrigos, nas ações de resgate e de limpeza das áreas atingidas. O governo do Estado e algumas prefeituras decretaram ponto facultativo nas repartições públicas, Sr. Presidente, municipais e estaduais, mas boa parte dos servidores se ofereceu para trabalhar dando apoio aos necessitados.

A todos os que têm sido incansáveis no esforço de minorar o sofrimento do provo acriano, o meu sincero agradecimento. Muito obrigado. Agradeço também as doações de empresários, de entidades religiosas e de pessoas físicas, que chegam de várias partes do Brasil.

Essas demonstrações de solidariedade nos enchem de esperança de ver o nosso Estado superar esta calamidade rapidamente. Esperamos ver prontamente reestabelecido o abastecimento de água e energia e o fornecimento dos serviços essenciais para a população nas áreas atingidas.

A partir disso, começaremos a reconstrução das casas e demais edificações perdidas ou danificadas pelas águas. Neste momento de grave crise, a união de todos em solidariedade ao meu Estado – o Estado do Acre – será fundamental para superarmos as tremendas dificuldades que estamos enfrentando!

Por toda a ajuda já recebida e pela ajuda que ainda vamos receber, agradeço a todos os brasileiros, em nome do Estado do Acre.

Sr. Presidente, eu quero ressaltar a V. Ex^a que o nosso Estado do Acre é o único Estado brasileiro que brigou para ser brasileiro. E eu agradeço extremamente a toda a população brasileira, que está atenta aos problemas do nosso Estado.

Muito obrigado!

Durante o discurso do Sr. Gladson Cameli, a Sr^a Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ataídes Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Gladson Cameli, pelo seu brilhante discurso, falando do seu querido Estado do Acre.

Não havendo mais oradores, encerro esta sessão, desejando a todo o povo brasileiro uma semana abençoada.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 1 minuto.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
 Bloco-PT - Walter Pinheiro*
 Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
 Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
 Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
 Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
 Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PMDB - Fernando Ribeiro* (S)
 Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
 Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
 Bloco-PT - Humberto Costa*
 Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
 Bloco-PT - Marta Suplicy*
 Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
 Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
 Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
 Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
 Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
 Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
 Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
 Bloco-PT - Paulo Paim*
 Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
 Bloco-PT - José Pimentel*
 Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
 Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
 Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
 Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
 Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
 Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
 Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
 Bloco-DEM - José Agripino*
 Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Luiz Henrique*
 Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
 Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
 Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
 Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
 Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
 Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
 Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
 Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
 Bloco-PMDB - Roberto Requião*
 Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
 Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
 Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PDT - Delcídio do Amaral*
 Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
 Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
 Bloco-PSD - Hélio José* (S)
 Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
 Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
 Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
 Bloco-PR - Vicentinho Alves*
 Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
 Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
 Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
 Bloco-PMDB - Romero Jucá*
 Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-14 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz.....	PDT / RO
Ana Amélia.....	PP / RS
Angela Portela.....	PT / RR
Benedito de Lira.....	PP / AL
Ciro Nogueira.....	PP / PI
Cristovam Buarque.....	PDT / DF
Delcídio do Amaral.....	PT / MS
Donizeti Nogueira.....	PT / TO
Fátima Bezerra.....	PT / RN
Gladson Cameli.....	PP / AC
Gleisi Hoffmann.....	PT / PR
Humberto Costa.....	PT / PE
Ivo Cassol.....	PP / RO
Jorge Viana.....	PT / AC
José Pimentel.....	PT / CE
Lasier Martins.....	PDT / RS
Lindbergh Farias.....	PT / RJ
Marta Suplicy.....	PT / SP
Paulo Paim.....	PT / RS
Paulo Rocha.....	PT / PA
Reguffe.....	PDT / DF
Telmário Mota.....	PDT / RR
Walter Pinheiro.....	PT / BA
Zeze Perrella.....	PDT / MG

Bloco da Maioria - 22

PMDB-18 / PSD-4

Dário Berger.....	PMDB / SC
Edison Lobão.....	PMDB / MA
Eunício Oliveira.....	PMDB / CE
Fernando Ribeiro.....	PMDB / PA
Garibaldi Alves Filho.....	PMDB / RN
Hélio José.....	PSD / DF
João Alberto Souza.....	PMDB / MA
José Maranhão.....	PMDB / PB
Luiz Henrique.....	PMDB / SC
Omar Aziz.....	PSD / AM
Otto Alencar.....	PSD / BA
Raimundo Lira.....	PMDB / PB
Renan Calheiros.....	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.....	PMDB / ES
Roberto Requião.....	PMDB / PR
Romero Jucá.....	PMDB / RR
Rose de Freitas.....	PMDB / ES
Sandra Braga.....	PMDB / AM
Sérgio Petecão.....	PSD / AC
Simone Tebet.....	PMDB / MS
Valdir Raupp.....	PMDB / RO
Waldemir Moka.....	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.....	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.....	PSDB / SP
Alvaro Dias.....	PSDB / PR

Antonio Anastasia..... PSDB / MG

Ataídes Oliveira..... PSDB / TO

Cássio Cunha Lima..... PSDB / PB

Davi Alcolumbre..... DEM / AP

Flexa Ribeiro..... PSDB / PA

José Agripino..... DEM / RN

José Serra..... PSDB / SP

Lúcia Vânia..... PSDB / GO

Maria do Carmo Alves..... DEM / SE

Paulo Bauer..... PSDB / SC

Ronaldo Caiado..... DEM / GO

Tasso Jereissati..... PSDB / CE

Wilder Morais..... DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blaíro Maggi.....	PR / MT
Douglas Cintra.....	PTB / PE
Eduardo Amorim.....	PSC / SE
Elmano Férrer.....	PTB / PI
Fernando Collor.....	PTB / AL
Magno Malta.....	PR / ES
Marcelo Crivella.....	PRB / RJ
Vicentinho Alves.....	PR / TO
Wellington Fagundes.....	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares.....	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.....	PSB / PE
João Capiberibe.....	PSB / AP
José Medeiros.....	PPS / MT
Lídice da Mata.....	PSB / BA
Randolfe Rodrigues.....	PSOL / AP
Roberto Rocha.....	PSB / MA
Romário.....	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.....	PCdoB / AM

Bloco de Apoio ao Governo..... 25

Bloco da Maioria..... 22

Bloco Parlamentar da Oposição..... 16

Bloco Parlamentar União e Força..... 9

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia..... 9

TOTAL..... 81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Luiz Henrique* (Bloco-PMDB-SC)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TD)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Marta Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Ribeiro* (Bloco-PMDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4º SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4</p> <p>Omar Aziz (13,41)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,29)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,32) Walter Pinheiro (31,34)</p> <p>Telmário Mota (4,30)</p> <p>José Pimentel (37)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 14</p> <p>Humberto Costa (22,29)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (35)</p> <p>Walter Pinheiro (31,34)</p> <p>Lindbergh Farias (33)</p> <p>Fátima Bezerra (38)</p> <p>Líder do PDT - 6</p> <p>Acir Gurgacz (3,32)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Benedito de Lira (16,18)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líder Ataídes Oliveira (36)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23)</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5</p> <p>Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,28) Vanessa Grazziotin (21,27) Randolfe Rodrigues (24,26)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6</p> <p>João Capiberibe (1,14)</p> <p>Líder do PPS - 1</p> <p>José Medeiros (15,19,28)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (24,26)</p> <p>Líder do PCdoB - 1</p> <p>Vanessa Grazziotin (21,27)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blaíro Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3</p> <p>Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Blaíro Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella (2,7)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n/2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blaíro Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).

14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),.
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 19 vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
37. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. O senador Omar Aziz está afastado do exercício pelo motivo "Licença saúde" no período de 09/03/2015 a 13/03/2015.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

Finalidade: Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores representativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

MEMBROS

3) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinícius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agostini Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agostini Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, composta por onze senadores titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Leitura: 05/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
1.	
2.	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
1.	
2.	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
1.	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
1.	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
1.	

2) CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 93, de 2015, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete membros titulares e cinco suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 02/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	1.

Notas:

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 94, de 2015, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 02/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
1.	
2.	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
1.	
2.	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
1.	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
1.	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
1.	

Notas:

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4.
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5.
Senador Roberto Requião (PMDB)	6.
Senador Omar Aziz (PSD)	7.
Senador Valdir Raupp (PMDB)	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador José Serra (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz Henrique, Eunício Oliveira, José Maranhão, Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 009/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4.
Senador Sérgio Petecão (PSD)	5.
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁵⁾
VAGO	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(3,2)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDAG).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Marta Suplicy (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Wilder Morais (DEM)
Senador Aécio Neves (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senador João Capiberibe (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Ângela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Benedito de Lira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferreiro (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5.
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloisio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dario Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: scomce@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Paulo Rocha (PT)	4.
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDAB).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Mem. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ^[1]

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	3.
	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4. Senador Antônio Anastasia (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 3, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.leg.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a criação da Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, destinada a tratar de assuntos de seu interesse.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 5, de 2006)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 61 3303-3546

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 9, de 2009)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 61 3303-3546

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Gladson Cameli (PP)	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Fernando Ribeiro (PMDB)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 32, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^[2]

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Lasier Martins (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador José Maranhão (PMDB)	2. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁵⁾	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
Senador Antônio Anastasia (PSDB) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 04/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDAG).

2. Em 04.03.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^[1]

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^[1]

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ^[2]	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Morais (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ^[3]	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Finalidade: Discutir os serviços prestados ao cidadão e à sociedade mediante o uso de informática.

(Requerimento Da Comissão De Ciência, Tec., Inov., Com. E Informática 4, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
1.	
2.	
3.	
4.	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
1.	
2.	
3.	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PT	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
PSDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PTB	
VAGO	1. VAGO
PP	
VAGO	1.
PDT	
VAGO	1.
PSB	
VAGO	1. VAGO
DEM	
VAGO	1. VAGO
PR	
VAGO	1. VAGO
PSD	
VAGO	1. VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 31/01/2015

Notas:

* Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
	COORDENADOR

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
(*Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.*)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 23/03/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 04/03/2015

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senadora Maria do Carmo Alves (SE)

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 04/03/2015

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

SD

VAGO

PROS

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(*Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012*)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

11) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)**Notas:**

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(*Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.*)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 20/12/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

PP

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

SD

VAGO

Atualização: 31/01/2015

13) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL
(*Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013*)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN) Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)⁽¹⁾

Relator do PLDO: Vital do Rêgo (-)⁽³³⁾

Relator do PLOA: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)⁽³²⁾

Designação: 19/03/2014

Instalação: 25/03/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Eunício Oliveira - PMDB/CE	1. VAGO
Romero Jucá - PMDB/RR	2. VAGO ⁽³⁴⁾
Waldemir Moka - PMDB/MS	3. Valdir Raupp - PMDB/RO ⁽²⁾
Ana Amélia - PP/RS	4. VAGO
Gleisi Hoffmann - PT/PR	1. Humberto Costa - PT/PE ⁽³⁰⁾
Jorge Viana - PT/AC	2. Angela Portela - PT/RR
Zeze Perrella - PDT/MG	3. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
VAGO	1. VAGO
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. VAGO
VAGO ⁽²⁴⁾	1. VAGO
VAGO ⁽¹⁵⁾	2. VAGO ⁽¹⁵⁾
Vicentinho Alves - PR/TO	1. Ataídes Oliveira - PSDB/TO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (17,35)
VAGO (35)	3. VAGO (8,35)
VAGO (35)	4. VAGO (35)
VAGO (35)	5. VAGO (35)
PMDB	
VAGO (31,5,29,35)	1. VAGO (5,35)
VAGO (5,35)	2. VAGO (10,35)
VAGO (10,35)	3. VAGO (35)
VAGO (35)	4. VAGO (27,35)
VAGO (35)	5. VAGO (28,35)
PSDB	
VAGO (35)	1. VAGO (11,35)
VAGO (35)	2. VAGO (16,35)
VAGO (35)	3. VAGO (18,35)
PSD	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (26,35)
VAGO (4,35)	3. VAGO (4,35)
PP	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (9,35)	2. VAGO (35)
VAGO (35)	3. VAGO (35)
PR	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
PSB	
VAGO (20,35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
DEM	
VAGO (35)	1. VAGO (12,35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
SD	
VAGO (7,22,35)	1. VAGO (7,23,22,35)
PTB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
Bloco PV, PPS	
VAGO (13,25,35)	1. VAGO (35)
PROS	
VAGO (6,35)	1. VAGO (6,35)

TITULARES	SUPLENTES
PDT	
VAGO (19,35)	1. VAGO (19,35)
PCdoB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
PSC	
VAGO (35)	1. VAGO (14,35)
PSOL	
VAGO (3,35)	1. VAGO (3,35)
PRB	
VAGO (35)	

Notas:

- *. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
1. Mesa eleita em 25-3-2014.
 2. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.
 3. Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.
 4. Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.
 5. Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.
 6. Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.
 7. Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SDD.
 8. Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.
 9. Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.
 10. Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.
 11. Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.
 12. Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.
 13. Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.
 14. Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.
 15. Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
 16. Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.
 17. Designado o Deputado Geraldo Simões, em substituição ao Deputado Márcio Macêdo, em 13-5-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.
 18. Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.
 19. Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.
 20. Vago em razão da afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
 21. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.
 22. Designado, como membro titular, o Deputado Benjamin Maranhão, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, e, como membro suplente, o Deputado Henrique Oliveira, em substituição ao Deputado Benjamin Maranhão, em 6-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2014, da Liderança do SD.
 23. Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.
 24. Designado, como membro titular, o Senador Alfredo Nascimento, em substituição ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 73, de 2014, da Liderança do BLUFOR.

25. Designado, como membro titular, o Deputado Penna, em substituição ao Deputado Paulo Wagner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2014, das Lideranças do PV e do PPS.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Thadeu, em substituição ao Deputado Roberto Dorner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PSD.
27. Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Coimbra, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
28. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Setimo, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Alexandre Santos, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1054, de 2014, da Liderança do PMDB.
30. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador João Capiberibe, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83, de 2014, da Liderança do PT.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Santos, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, em 26-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1062, de 2014, da Liderança do PMDB.
32. Relator do PLOA 2015 (PLN 13/2014)
33. Relator do PLDO 2015 (PLN 3/2014)
34. Em virtude de renúncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, conforme ofício nº 23, de 2014, lido em Plenário em 22/12/2014
35. Vago em virtude do final da 54ª Legislatura.

Secretário: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefone(s): 3216-6892 **Fax:** 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C", Sala 08, Térreo

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I - Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
II - Saúde	Senador Jorge Viana (PT-AC)
III - Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Deputado Cyro Miranda (-)
V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
VII - Justiça e Defesa	Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VIII - Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (-)
IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Moreira Mendes (-)
X - Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Gastão Vieira (-)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSB	Senador João Capiberibe (PSB / AP)
PSDB	Senador Flexa Ribeiro (PSDB / PA)
PR	Deputado Alfredo Nascimento (PR / AM)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Gastão Vieira
PR	Deputado João Maia
PSD	Deputado Eliene Lima
PTB	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
PSB	Deputado Paulo Foffetto (PSB)
PP	Deputado Sandes Júnior (PP)
PT	Deputado Ronaldo Zulke
PSDB	Deputado Cesar Colnago

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB / AM)

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador João Alberto Souza (PMDB / MA)
SD	Senador Vicentinho Alves (PR / TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSD	Deputado Urzeni Rocha
PSC	Deputado Sílvio Costa (PSC)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PMDB	Deputado João Magalhães
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)⁽¹⁾

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador Vital do Rêgo
PTB	Senador Mozarildo Cavalcanti
PSDB	Senador Cyro Miranda

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PMDB	Deputado Sandro Mabel
PSB	Deputado Alexandre Roso
PSD	Deputado Roberto Dorner
PDT	Deputado Marcos Rogério (PDT)
PP	Deputado Betinho Rosado
PPS	Deputado Arnaldo Jardim (PPS)

Notas:

1. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senadora Gleisi Hoffmann (PT / PR)
PP	Senadora Ana Amélia (PP / RS)
PMDB	Senador Valdir Raupp (PMDB / RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Assis Carvalho (PT)
PT	Deputado Luiz Alberto
PMDB	Deputado Alexandre Santos
PR	Deputado Luciano Castro
PSD	Deputado Moreira Mendes
PP	Deputado Lázaro Botelho (PP)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

Instalação: 27/02/2013

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

Resolução nº 02, de 2013-CN (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO
Líder da Maioria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder da Minoria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Maioria VAGO	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Resolução nº 2, de 2014

Número de membros: 3 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Resolução nº 1, de 2014-CN

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PT/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSDB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. VAGO
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, SD, PSC, PHS, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Marinha Raupp - PMDB/RO	7. VAGO
Tia Eron - PRB/BA	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ	9. VAGO
VAGO	10. VAGO
VAGO	11. VAGO
VAGO	12. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
Dr. Jorge Silva - PROS/ES	2. Ronaldo Fonseca - PROS/DF
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
VAGO	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
Shéridan - PSDB/RR	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
PDT	
VAGO	1. VAGO
PSOL ⁽¹⁾	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

Secretário: Gigliola Ansiliero**Telefone(s):** 61 3303-3507**E-mail:** cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - CMCLF

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder da Minoria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania VAGO	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania VAGO
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Atualização: 04/02/2015

Conselho de Comunicação Social

**Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

**Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto
dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 3 Senadores e 3 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PMDB VAGO	PDT VAGO
PSDB VAGO	PMDB VAGO
PT VAGO	PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO	

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
scop@senado.leg.br

**Edição de hoje: 114 páginas
(O.S. 10602/2015)**

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

**SENADO
FEDERAL**

